

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LII Nº 262 – JULHO/AGOSTO 2023



Reportagem

Contador Parceiro: profissionais da contabilidade que têm a missão de ajudar no crescimento das micro e pequenas empresas do Brasil

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente 3



Reportagem

Contador Parceiro: profissionais da contabilidade que têm a missão de ajudar no crescimento das micro e pequenas empresas do Brasil

Deividi Lira

5



Artigo

Ações dos influenciadores digitais na área financeira

Lisiane Mattiello Bevilacqua e Ligia Greatti

9



Artigo

Análise da relação entre a agressividade fiscal e o ciclo de vida de empresas brasileiras listadas na B3

Luana Karoline Soares Santos Sousa e Samuel de Oliveira Durso

25



Artigo

O uso da tecnologia na contabilidade brasileira e a perspectiva para o futuro

Fellipe Matos Guerra

39



Artigo

Educação financeira: percepção de professores de escolas públicas de Minas Gerais

Carlos Alberto de Souza, Carolina Pinheiro Batista e Vanda Aparecida Oliveira Dalfior

55



Artigo

A influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal sob a ótica da governança

Marta Raquel Zuchelli Felipetto, Emerson Orsini Ferrari e Delci Grapégia Dal Vesco

71



Artigo Convidado

O impacto do trabalho remoto durante a crise pandêmica de Covid-19 no *work-life Balance* e na produtividade dos profissionais da contabilidade: um estudo comparativo entre Brasil, Peru e Estados Unidos

Márcia M. dos S. B. Espejo, Guilherme A. de S. Andrade, Charles Stanley e Ruth M. R. Huamani

87

PALAVRA DO PRESIDENTE

Os profissionais da contabilidade são essenciais para o desenvolvimento sustentável do país. Demonstramos isso, diariamente, seja cumprindo as obrigações acessórias que movimentam o calendário tributário brasileiro, seja na posição de analistas de dados e de consultores de negócios, que assessoram as empresas e os governos brasileiros.

Contudo, para que sejamos mais eficientes, precisamos estar preparados e, nesse sentido, ressaltamos a educação profissional continuada. Não há como seguir outra trajetória: durante toda a carreira, contadores e técnicos em contabilidade precisam se atualizar. Estudar faz parte da rotina dos profissionais que almejam oferecer trabalhos com excelência.

A busca pelo conhecimento possui uma dupla função benéfica. Por um lado, capacita o profissional da contabilidade, de modo que o torne apto para enxergar oportunidades para implementar estratégias e inovações que contribuam para o crescimento de sua empresa contábil. Por outro ângulo, aqueles que estão mais bem preparados fortalecem e desenvolvem os negócios de seus clientes, assim como proporcionam o progresso dos governos.

O programa “Contador Parceiro – Construindo o Sucesso”, tema da reportagem deste mês, é um exemplo de como a união entre a formação do profissional da contabilidade e o bom assessoramento dos clientes pode contribuir para o desenvolvimento do país. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

nas Empresas (Sebrae). Trata-se de um curso gratuito, que acontece na modalidade on-line, e tem o objetivo de preparar os contadores para formar uma rede de suporte e de consultoria para os pequenos negócios. Para isso, tem como foco capacitar os participantes para a atuação nas áreas de gestão, empreendedorismo e inovação.

As micro e pequenas empresas representam mais de 90% dos negócios brasileiros. Temos a certeza de que a evolução desses empreendimentos é essencial para expansão do Brasil. Do mesmo modo, as pesquisas acadêmicas no campo das Ciências Contábeis trazem respostas para a Contabilidade e para o mercado, de modo que tenhamos mais ferramentas para colaborar para o desenvolvimento sustentável de nossa nação.

Portanto, convido os caros leitores a avançarem em seus conhecimentos a partir da leitura desta rica edição da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC). Essa experiência, sem dúvida, trará novas ideias, respostas para questionamentos antigos e inspiração para a produção de novos saberes.

Uma ótima leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 261, julho/agosto de 2023 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

> **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidentes
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vítória Maria da Silva

> **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aguinaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sitônio Fialho de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador José Domingos Filho
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Sérgio Faraco
Contadora Ticiane Lima dos Santos
Contador Wellington do Carmo Cruz

> **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloisio Rodrigues da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Arleon Carlos Stelini
Técnico em Contabilidade Cil Farnes Assis Rodrigues
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo de Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Leonardo Silveira do Nascimento
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Nilton Luiz Lima Praseres
Contador Norton Thomazi
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes

> **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Fernando de Almeida Santos

> **Jornalista Responsável**
Rafaella Feliciano – 7830/DF

> **Redação**
Deividi Lira

> **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> **Diagramação**
Jailson Belfort

> **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega e Elaine Cristina Oliveira

> **Ilustrações**
Jailson Belfort

> **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega

> **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REPORTAGEM

Contador Parceiro: profissionais da contabilidade que têm a missão de ajudar no crescimento das micro e pequenas empresas do Brasil

Por Deividi Lira / Apex Comunicação

O Programa Contador Parceiro - Construindo o Sucesso é resultado de uma parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo é capacitar os profissionais da área contábil para atuarem em gestão, empreendedorismo e inovação, visando à criação de uma rede de suporte e consultoria para micro e pequenas empresas em todo o país

Em mais um dia desafiador da pandemia imposta pelo coronavírus, um empreendedor do setor de Comércio de Camaragibe (PE), desacreditado, estava prestes a baixar as portas do seu negócio, porque o número de clientes que frequentava sua loja caiu. Mas, antes disso, decidiu conversar com uma conhecida técnica de contabilidade da cidade, a Lourdes Gama. Ela, por sua vez, aconselhou o microempresário a mudar o foco do negócio e a forma de comercialização, implantando

o sistema de delivery. Deu certo. A partir da conversa com a Lourdes, ele conseguiu alavancar as vendas e aumentou o faturamento do negócio em 30%.

Há 45 anos, Lourdes atua na área da Contabilidade. No município, que tem aproximadamente 148 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela atende principalmente a micro e pequenas empresas (MPEs) de Serviços e Comércio. Lourdes, é uma das participantes do Programa Conta-

dor Parceiro, desde sua implantação em 23 de abril de 2021.

“O programa nos mostrou a necessidade de a gente investir em inovação, não só na parte de tecnologia, mas inovar mesmo, trazendo para o nosso negócio uma repaginação. Investimos em pessoas, investimos no nosso atendimento e em processos internos. Para mim, o Contador Parceiro foi um divisor de águas, porque além de ajudar os empresários da minha cidade, eu pude aprender tudo isso e colocar em prática”, disse.

Um levantamento feito pelo Sebrae, com base em dados do Caged, revelou que, em fevereiro de 2023, dos 241.785 novos postos de trabalho criados no Brasil, 85,5% foram pelas micro e pequenas empresas. Isso representa 206.697 vagas abertas, em números absolutos. O setor de Serviços das micro e pequenas empresas foi o que mais contratou naquele mês, com a abertura de 135.238 empregos em fevereiro deste ano.

Já em 2022, a cada 10 postos de trabalho gerados no país, 8 foram criados pelas MPEs. O acumulado do ano ultrapassou 2 milhões de novas vagas, das quais quase 1,6 milhão foram nos pequenos negócios: cerca de 78,4% do total.

Segundo o Ministério da Economia, o segmento de Serviços ainda é o que mais detém micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, sinalizando mais da metade dos cadastros ativos, seguido do Comércio, da Indústria e da Construção Civil.

De acordo com a coordenadora do Contador Parceiro, Maria Dorgivania Arraes Barbara, o programa foi criado pensando na essencialidade do profissional da área contábil para o contínuo desenvolvimento das MPEs em todo o Brasil, especial-

mente na retomada econômica no pós-pandemia, gerando trabalho e renda para milhares de famílias.

“A gente observou que esse público em específico precisava de um profissional da contabilidade que fosse muito mais consultor de negócios e menos técnico, menos executor de atividades contábeis. As empresas precisavam de um profissional que fosse realmente um braço direito e pudesse orientar o gestor na tomada de decisões. E ainda hoje é assim. O profissional da contabilidade, por meio do programa Contador Parceiro, desenvolve habilidades e competências além da área técnica, ajudando o ambiente de negócios do Brasil”, afirmou a coordenadora.

O Contador Parceiro contempla, entre outros tópicos, como se posicionar frente às tendências de mercado, como traçar estratégias vencedoras de relacionamento digital, como implantar técnicas de liderança e como atuar em equipe. Além disso, o profissional da contabilidade aprende a como ser parceiro dos pequenos negócios e auxiliar na implantação de técnicas e ferramentas de gestão, na realização de análise de viabilidade de negócios e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

“A partir das trilhas de capacitação ofertadas pelo Sebrae, o profissional participante do programa, passa a ter uma visão ampla da empresa que ele atende, que é sua cliente. Ele não se preocupa mais apenas com aquelas tarefas diárias do seu escritório de Contabilidade, mas passa a ter conhecimento que contribui com o desenvolvimento dessa empresa”, complementa a coordenadora do programa.

O curso tem duração de 80 horas e está dividido em 13 módulos que abordam temas como tendências de mercado, liderança, estratégia, empreendedorismo, diagnóstico, consultoria, sustentabilidade, tecnologia e inovação. O Contador Parceiro está



Foto: Acervo CRCPE

Maria Dorgivania Arraes Barbara, coordenadora do Contador Parceiro

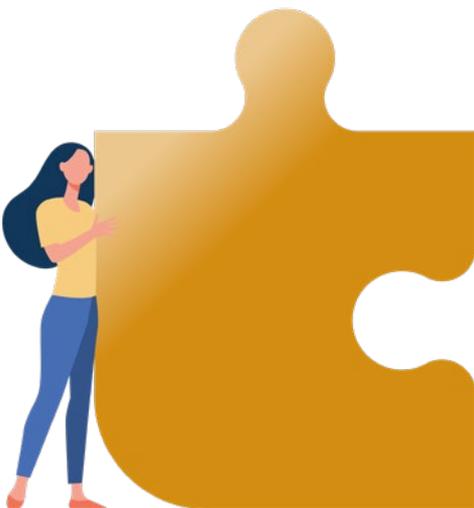


Foto: Arquivo Pessoal

José Donizete Valentina, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade

credenciado no Programa da Educação Profissional Continuada (PEPC). A formação é realizada na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e não tem custo algum. Além de contadores e técnicos de contabilidade, empresários também podem participar.

Uma das metas do programa é que, até o final de 2023, sejam qualificados mais de 100 mil profissionais da Contabilidade em todo o país, o que representa algo em torno de 20% do total de profissionais registrados nos Conselhos Regionais. Outra meta é habilitar 20 mil profissionais para atuar na rede de atendimentos do Sebrae e atender a 550 mil micro e pequenas empresas.



“A gente observou que esse público em específico precisava de um profissional da contabilidade que fosse muito mais consultor de negócios e menos técnico, menos executor de atividades contábeis. As empresas precisavam de um profissional que fosse realmente um braço direito e pudesse orientar o gestor na tomada de decisões.”

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Federal de Contabilidade, José Donizete Valentina, concorda que o Contador Parceiro traz uma contribuição significativa para que, cada vez mais, o profissional da contabilidade se capacite para atuar como um consultor de negócios, expandindo seu conhecimento profissional e sua atuação no mundo do trabalho, o que lhe possibilita maiores oportunidades. Segundo ele, o programa também abre oportunidades para a sociedade.

“Vejo que essa parceria com o Sebrae, além de contribuir para o desenvolvimento da nossa profissão, também contribui para que muitos outros cidadãos tenham acesso a conteúdos importantes, como a educação financeira. Tudo isso tem motivado o CFC, por intermédio da sua área de Desenvolvimento Profissional, a sempre buscar fortalecer cada vez mais esse programa”, disse.

Para mais informações e para se inscrever no Contador Parceiro, basta acessar: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/contador-parceiro-construindo-o-sucesso,af35681a0e0f8710Vgn-VCM100000d701210aRCRD>.

“Nós precisamos aprender que o mundo girou de uma forma tal



Conheça o Programa Contador Parceiro

Criação	23 de abril de 2021
Modalidade	on-line
Público-alvo	profissionais da contabilidade e empresários
Duração	80 horas
Quantidade de módulos	13
Valor	gratuito
Pontuação no PEPC	sim
Temas abordados	tendências de mercado, liderança, estratégia, empreendedorismo, diagnóstico, consultoria, sustentabilidade, tecnologia e inovação

que exige que a gente se atualize, não só para aplicar no nosso próprio negócio, nos nossos próprios escritórios de Contabilidade, mas também para ajudar o nosso cliente, que é quem ajuda a manter o nosso negócio de pé. Eu recomen-

do aos meus colegas que participem do Contador Parceiro. O Sebrae oferece trilhas de capacitação maravilhosas e que agregam muito na nossa vida profissional”, convida entusiasmada a técnica de contabilidade, Lourdes Gama.



Ações dos influenciadores digitais na área financeira

Este artigo teve como objetivo analisar as ações dos influenciadores digitais da área financeira, bem como a influência deles sobre percepções e comportamentos dos formandos do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que investem em ações na bolsa de valores do Brasil. O estudo pode ser considerado qualitativo-quantitativo. A coleta dos dados se deu por meio da análise de artigos, material disponibilizado na internet como vídeos e conteúdo de redes sociais. Ademais, utilizou-se o Google Forms para elaboração de um questionário, aplicado aos formandos, do período de fevereiro a março de 2022, caracterizando a amostra do estudo. Os principais resultados demonstram o nível de interesse e percepção sobre finanças pessoais e investimentos. Com isso, averiguou-se que há uma certa interferência dos influenciadores digitais nos comportamentos e nas ações dos respondentes do estudo. Isso se deve ao interesse em conteúdo on-line, principalmente dos influenciadores financeiros digitais que abrangem análises de empresas, educação financeira, cenário macroeconômico e recomendações de compra e venda de ações.

Lisiane Mattiello Bevilacqua

Pós-graduanda do Curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
E-mail: lisiane.bevilacqua@gmail.com

Ligia Greatti

Possui graduação e mestrado em Administração pela UEM, doutorado em Administração pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é professora Adjunta (TIDE) da Universidade Estadual de Maringá. Possui experiência na área de Administração com ênfase em Administração de Empresas. Atua e desenvolve pesquisas na área de Administração Financeira, Empreendedorismo e Inclusão Financeira.
E-mail: lgreatti@uem.br



1. Introdução

Durante a vida, é preciso realizar inúmeras decisões financeiras, desde as mais simples até as mais complexas, como, por exemplo, a compra de um imóvel ou aquisição de um investimento ou financiamento. Para que essas escolhas sejam sensatas e não criem gastos excessivos, é essencial que se possua um conhecimento básico acerca de práticas financeiras, evitando decisões errôneas e, conseqüentemente, o endividamento (PICCINI & PINZETTA, 2014). Uma ferramenta importante no auxílio de decisões financeiras que impactarão o dia a dia dos indivíduos é a educação financeira (SILVA, 2021). O objetivo dela se traduz em apresentar a im-

portância do dinheiro, bem como ele é poupado e gerido de maneira consciente e que leve o indivíduo, tanto a curto quanto a longo prazo, a adquirir e acumular bens promovendo uma tranquilidade financeira (CAMARGO, 2007).

No entanto, de acordo com Sousa & Júnior (2021), no currículo educacional do país esse tema não é tão abrangente, deixando lacunas as quais ficam a critério da própria população ir em busca de informações a respeito do tema. Com isso, nota-se um aumento na procura sobre educação financeira, bem como é nítido que se tem iniciativas de instituições em orientar a população acerca do assunto. Com a educação financeira em ênfase, empresas buscaram oferecer esses conhecimentos básicos à população mediante anúncios e vídeos a respeito de investimentos, bolsa de valores

e o universo dos ativos financeiros.

Considerando também os avanços tecnológicos, a população se encontra mais esclarecida sobre o mercado financeiro e a educação financeira (BITTENCOURT, SARDINHA, BARBOSA, SILVA-ALVES & OLIVEIRA, 2019). Isso se deve, em grande parte, às mídias sociais presentes no cotidiano da sociedade.

Elas transmitem conhecimentos e viabilizam o compartilhamento de ideias, as percepções e as opiniões entre emissores e receptores de informações (MOTA, DE MELO & ANDRADE, 2019). Ainda de acordo com os autores, é nesse ambiente que

se encontram os produtores de conteúdo digital, ou seja, influenciadores digitais, que associam o seu conhecimento científico à sua alta reputação na mídia. Eles influenciam várias decisões de seus expectadores, desde discussões e comportamentos a decisões de compra (KARHAWI, 2017).

De acordo com a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) (2019), o interesse pelo mercado de capitais está em constante crescimento. No entanto, é importante salientar a importância da educação financeira nesse contexto, pois, com maior conhecimento, os agentes econômicos saberão se relacionar com o dinheiro nesse mercado e tomarão decisões mais assertivas para trazer melhores resultados para si e para a economia. Fontes de conteúdo que trazem o tema se encontram principalmente em mídias digitais, como, por exemplo, o YouTube, *blogs*, Facebook (e outras redes sociais), que são guiadas por influenciadores digitais, tais como especialistas e estudiosos da bolsa.

Para o site Valor Investe, os influenciadores digitais financeiros, ou seja, as pessoas que abordam virtualmente assuntos de finanças e investimentos, possuem um público médio de 74 milhões de seguidores. De acordo com a Associação Brasileira do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima), e o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPA), em análise de cerca de quase 600 perfis sociais nos canais de YouTube, Instagram e Facebook, obteve-se em média 160 mil publicações no período de setembro de 2020 a fevereiro de 2021 por aproximadamente 240 influenciadores, o que gerou um engajamento de público de 937 interações por publicação (VALOR INVESTE, 2021).



“Educação financeira pode ser compreendida como um processo no qual o indivíduo busca conhecimentos necessários para gerenciar as suas finanças.”

Assim, apesar de maiores discussões a respeito do interesse pelo mercado e pelo conteúdo disponível, não são encontrados muitos estudos que aprofundem a relação desses conteúdos com investidores, bem como a repercussão gerada neles. Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a repercussão e o alcance dos influenciadores digitais da área financeira, sobre os graduandos do curso de Administração da UEM.

Portanto, este estudo justifica-se por buscar entender melhor pesquisas que envolvam essa temática e contribuir com essas. Ademais, avaliar o perfil dos acadêmicos de administração frente a decisões de investimento, assim como a sua relação com o conteúdo abrangido por influenciadores digitais, permite contribuir para a literatura com dados sociodemográficos e uma possível explicação do aumento de investidores na Bolsa de Valores.

2. Reflexões Teóricas sobre Educação Financeira e Ações dos Influenciadores Digitais

2.1 Educação Financeira

Educação financeira pode ser compreendida como um processo no qual o indivíduo busca conheci-

mentos necessários para gerenciar as suas finanças. Isso permite tomar melhores decisões, visto que ao gerenciar de maneira correta as receitas, gera-se uma segurança financeira para o futuro. Ademais, a educação financeira promove o planejamento, possibilitando que as pessoas administrem suas rendas com ênfase em poupar e investir a curto e longo prazo (FRANCISCHETTI, ET AL., 2014; LIZOTE; VERDINELLI, 2014).

Ainda conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira é definida como o processo no qual, tanto consumidores quanto investidores, compõem a sua compreensão sobre os produtos financeiros; e sobre a adequada informação e orientação que os tornam capacitados para tratar de oportunidades e riscos financeiros (OCDE, 2005).

Segundo Assaf Neto (2005), quando os indivíduos não apresentam o conhecimento necessário para a administração das suas finanças, um impacto é gerado nas operações de mercado, o que compromete as forças competitivas. Isto posto, ressaltamos o valor da educação financeira como forma de or-

ganizar um planejamento financeiro que promova um consumo saudável, não pautado em dívidas, ou seja, que a renda seja compatível com o consumo consciente e planejamentos futuros. Isso permite que os indivíduos façam investimentos em ativos, bem como ajustem o seu orçamento com as suas capacidades financeiras. Para que esse processo seja desenvolvido, deve-se saber onde procurar ajuda e informação. É essencial dispor de conteúdo à população com o intuito não somente individual, de melhoria do seu bem-estar, mas também contribuindo para a formação de sociedades responsáveis financeiramente (BRASIL, 2010).



Diante do cenário exposto, entramos em alguns pontos importantes da educação financeira. São poucos os indivíduos que conhecem ou possuem noções de como planejar as finanças, o que pode resultar em um primeiro ponto importante: o endividamento pessoal (SILVA et al., 2020). Observam-se aqui dois perfis de consumidor: o ativo e o passivo. O primeiro caracteriza-se por realizar empréstimos, em que, em determinado momento, não consegue mais honrar seu compromisso, ocorrendo, assim, uma discrepância entre a sua real condição e a sua necessidade. Já o segundo perfil, o passivo, tem a sua origem em situações inesperadas, por exemplo, problemas de saúde e situações instáveis da economia. Portanto, com o intuito de auxiliar nessa e nas demais questões, o planejamento financeiro se faz necessário, sendo este aspecto da educação financeira um processo de gerenciamento de recursos para atingir as necessidades e os objetivos que uma pessoa possui ao longo da vida.

Por meio do planejamento financeiro, é que se estabelece um plano que pode determinar o fracasso ou sucesso na vida financeira (SILVA, 2021). Em um planejamento efetivo é necessário considerar todas as receitas líquidas, despesas fixas e variáveis, bem como uma reserva. Nas receitas, entram salário, pró-labores, rendas informais, ou seja, todas as receitas. Já nas despesas fixas, devem ser considerados os gastos com moradia, transporte, educação, lazer, saúde entre ou-



tras, enquanto as variáveis são gastos não previstos ou que ocorrem em determinados períodos, como IPVA e IPTU. Por fim, na reserva são considerados os imprevistos como juros por atraso, multas, além de despesas extras com saúde, por exemplo (FRANCISCHETTI; CAMARGO; DOS SANTOS, 2014).

O ideal em um planejamento é que se tenha uma reserva, no entanto, frente as adversidades, a melhor equação possível é obter as receitas=despesas. Ferramentas como fluxo de caixa e planilhas de entrada e saída são exemplos que demonstram onde o capital está sendo gasto e também o local e momento para alocar recursos para investimentos (FRANCISCHETTI; CAMARGO; DOS SANTOS, 2014).

A partir dessa perspectiva, outro ponto a salientar da educação financeira está relacionado aos investimentos, geralmente provindo das reservas de um planejamento financeiro. Investimentos comprometem dinheiro ou outros recursos em um período atual, com a intenção de colher no futuro um montante mais compensatório que o valor inicial (BODIE; KANE; MARCUS, 2015). Os retornos dos investimentos podem ser recebidos de duas formas básicas, pelo valor do rendimento corrente ou pelo aumento desse capital. Assim, pode-se confirmar que a conta poupança é um tipo de investimento,

bem como a aplicação em imóveis, veículos, terrenos em que o indivíduo possa obter algum retorno futuro sobre estes recursos. Contudo, todo investimento possui seu risco, sendo necessários conhecimento e análise de dados históricos para “prever” possíveis retornos (SILVA, 2021).

Esses e diversos conteúdos estão disponíveis on-line, em portais específicos na internet, em vídeos disponíveis em plataformas on-line, em cursos a distância, perfis em redes sociais, aplicativos, competições virtuais e, principalmente, influenciadores digitais, são meios que se constituem como eficientes na divulgação da educação financeira, devido ao grande alcance e ao baixo custo de produção. Todavia, são mais restritos à parcela da população que possui acesso à internet, competindo com a gama de conteúdo disponíveis on-line (MELO, 2016).

Ante esse novo cenário, nos últimos anos ficou mais fácil encontrar mentores em educação financeira dispersos em livros, conteúdos na internet ou mesmo em consultorias e assessorias de investimentos (VAI INVESTIR, 2020). A partir disso, a internet se torna responsável pela expansão e pela sofisticação da oferta de produtos financeiros disponíveis no mercado, em que, aliadas a novos produtos, essas inovações contribuem para o acesso e a disponibilidade dessas informações.



“Em um planejamento efetivo é necessário considerar todas as receitas líquidas, despesas fixas e variáveis, bem como uma reserva.”

De acordo com Valverde (2021), nota-se um aumento no interesse de indivíduos em aprender sobre finanças pessoais e familiar, assim como investimentos, relação de juros e taxas. Para a CVM (2018), na busca por orientações sobre decisões de investimentos e canais de informação online, 50,7% procuram estes recursos em sites especializados em educação financeira, seguido por influenciadores digitais e *youtubers* com 44,2% e demais canais 5,1%. De acordo com Wisniewski (2011), o uso de ferramentas da educação financeira no âmbito da gestão de finanças pessoais, colabora com o hábito de economizar, além de direcionar conhecimentos sobre investimentos de maneira geral, dentre eles, o mercado de capitais e financeiro. Dessa maneira, os instrumentos empregados por meio dos investimentos são primordiais tanto na gestão de finanças empresarial quanto pessoal.

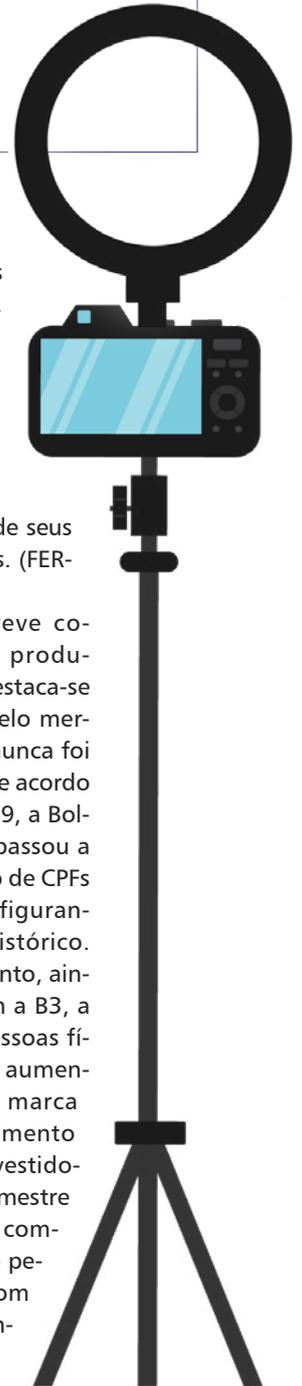
Ao tratar de investimentos em um processo de desenvolvimento econômico, o mercado de capitais assume um papel fundamental ao se tornar um intermediador entre os investidores e os que apresentam déficit de investimentos. Segundo Lund et al., (2012), esse mercado impulsiona o crescimento e auxilia no desenvolvimento de uma sociedade, já que os projetos de investimentos são

realizados com recursos angariados da população. A estrutura do mercado de capitais envolve diversas instituições financeiras e nele se encontram as negociações com direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, ações e demais derivativos, que são denominados como títulos de renda variável emitidos por sociedades de ações.

Frisamos os investimentos de renda variável, em que, para Gouveia (2019), estes possuem maior risco, dado que o investidor não possui nenhuma garantia de ganho ou perda, assim, o dinheiro sofre oscilações no tempo, de acordo com o comportamento do mercado. Por esse motivo, Pitzer (2018), salienta a importância de um maior grau de conhecimento técnico, incluindo as consultas aos especialistas do mercado, objetivando-se reduzir esses riscos. Dentre diversos tipos de renda variável, têm-se as duas mais buscadas nos últimos anos: fundos de investimentos, com destaque aos fundos de investimentos imobiliários, e ações. Embora os FII's sejam muito atrativos, o investimento de renda variável mais conhecido se traduz nas ações. Segundo a B3 (2021), as ações se caracterizam por valores mobiliários emitidos que representam uma parcela do capital social das empresas do tipo sociedades anônimas. As empresas disponibilizam as ações na bolsa de valo-

res com o objetivo de financiar dívidas ou realizar projetos. Já os investidores, os detentores dessas ações, possuem a participação na sociedade da empresa bem como de seus lucros ou prejuízos. (FERREIRA, 2021).

Após esse breve conhecimento dos produtos financeiros, destaca-se que o interesse pelo mercado de capitais nunca foi tão alto no país. De acordo com a B3, em 2019, a Bolsa brasileira ultrapassou a marca de 1 milhão de CPFs cadastrados, configurando um recorde histórico. Em um levantamento, ainda de acordo com a B3, a quantidade de pessoas físicas cadastradas aumentou, atingindo a marca de 43% de crescimento no número de investidores no primeiro semestre de 2021, quando comparado ao mesmo período de 2020, com 3,8 milhões de contas (B3, 2021).



Seguindo o estudo, a maior parte dos investidores, no período, tem entre 25 a 39 anos, representando a marca de 50% de novos entrantes. Um fato relevante é o expressivo comportamento de investidoras mulheres, que possuem um aporte, com *ticket* médio, superior ao dos homens, sendo uma diferença de R\$178,00. Por fim, outro dado relevante da pesquisa é em relação ao crescimento de investidores das regiões Norte e Nordeste. Já a região Sul, mostrou um bom crescimento em que se sobressai o estado do Paraná, com cerca de 18.935 CPFs cadastrados (B3, 2021).

Inúmeros fatores podem ocasionar esses aumentos de participações, denominados de pequenos investidores na Bolsa de Valores. Esse movimento está relacionado à Taxa Selic e ao surgimento de um interesse por investimentos. Outrossim, as crises financeiras também despertam o interesse de novos investidores, por exemplo, a crise advinda pelo novo coronavírus, na qual foi relatado um aumento significativo do número de investidores pessoas físicas na B3 entre o período de março e julho do ano anterior (FRAUCHES, 2021).

Dado o exposto, de acordo com Viana e Welter (2021), as informações a respeito de produtos financeiros, investimentos e economia não são mais restritas aos bancos. Com a evolução de mídias sociais, a exemplo do YouTube, o acesso a esses dados é mais facilitado. Ainda, o autor reforça que o conteúdo compartilhado nas mídias digitais passa a ser um produto almejado para o *marketing* e, conseqüentemente, aquece o interesse pelo mercado de capitais. Corroboram para esse impacto, de acordo com a pesquisa realizada pela AMBIMA (2021), influenciadores digitais que abordam assuntos como investimentos, e que possuem juntos uma base de 74 milhões de seguidores em plata-

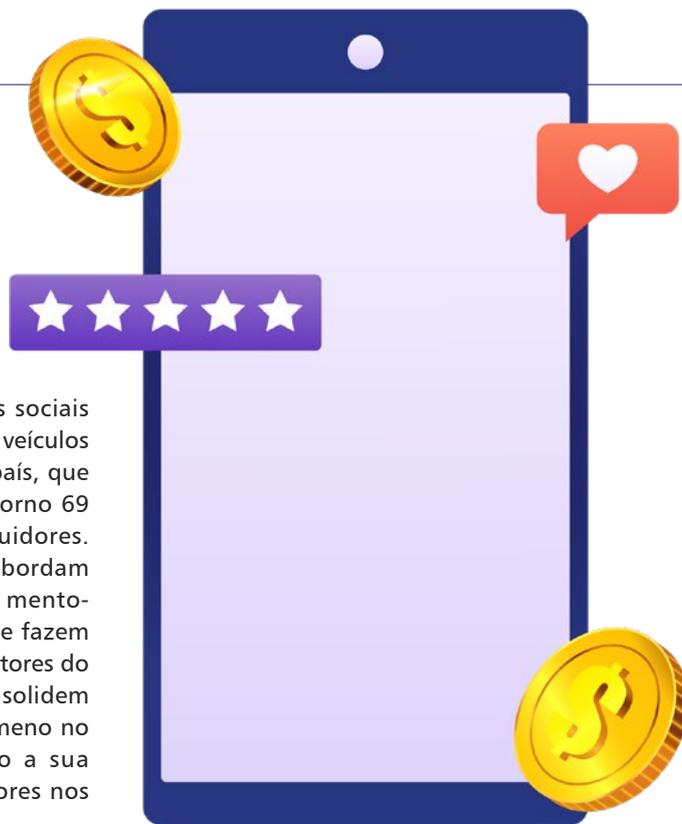
formas como Twitter, Instagram, Facebook e YouTube. Esse número supera o alcance das redes sociais e dos principais veículos de notícias do país, que abrangem em torno 69 milhões de seguidores. Os conteúdos abordam dicas, análises, mentorias e cursos que fazem com que esses atores do mercado se consolidem como um fenômeno no país, crescendo a sua base de seguidores nos últimos anos.

2.2 Influenciadores Digitais

Um espaço que se encontra em crescimento é o denominado de mídias sociais digitais, ambiente em que conteúdos são criados e dissipados por interações sociais (FRITZEN, 2021). Essas mídias compreendem um fenômeno complexo que abarca o conjunto de novas tecnologias de comunicação mais participativas, rápidas e populares, de modo que facilitam a comunicação entre usuários (CIRIBELI, 2011). Assim sendo, tem-se um consumo mais personalizado de conteúdo elaborado pelos próprios usuários que são compartilhados por meio de vídeos, imagens, áudios e textos, formando as redes sociais (CIRIBELI, 2011). Nesse cenário, as redes sociais mais utilizadas e com mais usuários em nosso país são o Facebook, WhatsApp, Instagram e YouTube, seguindo o pressuposto de criar, compartilhar e consumir conteúdos. Entre as características mais pertinentes desses ambientes virtuais, destaca-se a possibilidade de identificação com con-

teúdos populares, ou mesmo de interesses específicos dos indivíduos, dado que é possível ter informações sempre imediatas e atualizadas de acordo com o interesse individual do usuário (FRITZEN, 2021).

Karhawi (2017) complementa que o influenciador ou produtor de conteúdo, com a sua visibilidade em anunciar discussões, pode influenciar nas decisões, seja no âmbito cultural, no estilo de vida, no aspecto financeiro, entre outros, de seus seguidores. Os influenciadores não têm apenas a competência de influenciar de maneira direta as decisões de compra de seus seguidores, mas principalmente o poder de se tornarem fontes de informação confiáveis (DE VEIRMAN, CAUBERGHE, E HUDDERS, 2017; SCHOUTEN, A. P.; JANSSEN, L.; VERSPAGET, M., 2020). A partir desse pressuposto, quando usuários compartilham interesses, valores ou características com um influenciador, estes se sentem mais predispostos a partilhar e até replicar seus comportamentos e crenças.



3. Metodologia

Este trabalho se utilizou-se de pesquisa qualitativa-quantitativa para a análise de dados. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados documentais, visando compreender os fenômenos analisados, ou seja, buscam explicar o porquê das coisas. Para explorar o conteúdo elaborado pelos influenciadores, este estudo utilizou-se de pesquisa qualitativa exploratória que compreende diversas técnicas interpretativas que objetivam descrever e decifrar o sentido dos fenômenos no mundo social, com base na análise e descrição dos fatos (RICHARDSON, 1989). Para corroborar a pesquisa, careceu-se de abordar uma pesquisa quantitativa, esta baseia-se em populações previamente determinadas e toma como verdade o resultado obtido a partir dos números captados desta mesma população. De acordo com Richardson (1989), esse método se dá pelo emprego da quantificação, tanto na coleta de informações quanto no tratamento dessas via técnicas estatísticas.

Para a coleta de dados da pesquisa quantitativa, foi aplicado um questionário, com o intuito de observar o impacto dos conhecimentos de educação financeira, bem como a relevância dos conteú-

dos abordados pelos influenciadores por parte dos graduandos do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Aquele contou com 39 questões, tendo sido divulgado aos graduandos via Instagram e WhatsApp dos grupos de 5º ano de graduação, em que foram obtidas 98 respostas de um total de 102 formandos. A análise do questionário se deu pela análise estatística descritiva dos dados, por meio da frequência e percentual da amostra. Para uma melhor visualização, foi utilizado o software Google Sheets para a compilação dos dados e a elaboração das tabelas presentes neste artigo.

4. Análise dos Resultados da Coleta de Dados

A pesquisa qualitativa acerca dos conteúdos trabalhados pelos influenciadores mostra que eles atuam em diversos segmentos nas redes, e com o mercado financeiro não é diferente. Vários conteúdos estão disponíveis por meio de nomes conhecidos, os quais elencamos três escolhas para este estudo. A partir de análise de redes sociais dos influenciadores, coletamos as informações a seguir, em que a primeira escolha é o influenciador Thiago Nigro Formado em Relações Internacionais, iniciou no mercado financeiro investindo sem experiência alguma, o que o levou a perder todo o seu dinheiro. A partir de então, iniciou seus estudos na área e conseguiu aprovação nas principais certificações financeiras, que o capacitou para atuar na área. É um dos grandes responsáveis sobre conteúdo de gerenciamento de finanças e inte-

resse no mercado de capitais. Hoje, Thiago possui o maior canal de finanças do mundo no YouTube e um dos *podcasts* mais reproduzidos na plataforma Spotify, além de dois livros publicados e diversos cursos na modalidade on-line.

Um segundo influenciador que vem ganhando espaço nas mídias digitais é o Tiago Reis. Sua formação é em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. É fundador da Suno Research, empresa que realiza análises do mercado financeiro. Tiago Reis inspira-se no grande investidor Warren Buffett, e leva uma filosofia de investimentos para a sua empresa: “Value Investing”, ou seja, prevê investimentos em boas empresas a bons preços, estratégia aplicada a ações, fundos imobiliários e investimentos no exterior. Com cerca de 40 mil seguidores em seu canal no YouTube e mais de um milhão nas redes sociais, o influenciador tem relação mais direta com os investidores do que com conteúdos voltados à educação financeira. Um terceiro nome é o de Nathalia Arcuri, que, ao longo dos anos, dado o seu interesse por finanças, buscou cursos e especializações que a levaram a um dos maiores canais sobre finanças pessoais do mundo. O “Me Poupe” trabalha conteúdos de educação financeira com ênfase em gestão das finanças pessoais com uma linguagem mais simplificada e exemplos cotidianos. A influenciadora também trabalha com conceitos básicos de investimentos em que explica as diferenças dos produtos financeiros e como eles têm influência na vida da população, da relação com a política, economia em geral e gestão de gastos pessoais. Ademais, é autora de dois livros que tratam de gestão de finanças pessoais. Ela também promove cursos na modalidade on-line.



No segundo momento do trabalho, foram coletados dados sociodemográficos de uma população de 102 indivíduos, obtivemos 98 respostas dos formandos do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foram utilizadas 4 variáveis: gênero, idade, fonte de renda e renda mensal. Quanto ao gênero, observa-se que, apesar de haver similaridade entre eles, houve uma participação ligeiramente maior de homens (57,1%) do que a participação de mulheres (42,9%), convergindo com a maioria dos matriculados no 5º ano de graduação. Já em relação a faixa etária, foi possível verificar que há uma grande participação dos estudantes com idade entre 20 e 24 anos, possíveis investidores da B3, o que corresponde a 76,6% da amostra total. De acordo com a B3 (2021), o relatório do terceiro trimestre de 2021, 52% de novos investidores possui entre 25 e 39 anos, seguida pela faixa etária de 19 a 24 anos, com 29% de participação, o que converge com a maioria dos respondentes deste estudo.

Segundo os dados econômicos referentes às questões 3 e 4, podemos observar que a maioria dos graduandos possui bolsa estágio (50%), seguida de graduandos que possuem emprego formal (38,8%), resultado que pode contribuir para a renda bruta mensal, que demonstrou maiores resultados nas faixas de ganho entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00 (23,1%) e acima de R\$2.500,00, representando 32,7%, maioria de ganho mensal.

Na Tabela 1, foram compilados os dados que obtiveram maiores porcentagens de respostas quanto à educação financeira. No que diz respeito às fontes mais buscadas sobre conteúdos ou informações acerca de educação financeira, estão relacionadas, principalmente, as redes sociais (22,7%), seguidas dos influenciadores digitais (13,8%), da

universidade (12,9%), dos familiares (12,6%) e dos amigos (11,3%). Dentre os menos frequentes, estão os sites especializados em educação financeira (10,7%), livros (9,2%) e gerentes ou corretores de investimentos (4,3%). Ademais, 2,4% não consideram buscar informações sobre o tema.

Com relação ao modo como o planejamento financeiro é elaborado, percebeu-se que o método mais comum de acompanhamento do planejamento é por meio de planilhas (36,7), seguido dos aplicativos (30,6%) e anotações manuais (23,5%) e os que não realizam planejamento (9,2%).

Quanto ao objetivo de realizar o planejamento financeiro, 30,1% dos respondentes se preocupam com a independência financeira, seguida pela reserva de emergência (22,1%) dos respondentes. Ademais, os objetivos se apresentaram em comprar um automóvel (14,8%), seguido de abrir um negócio (11,6%), investir em educação (13%), saldar dívidas (3,7%), outros (3,7%) e os que não realizam planejamento (1%). Para finalizar o bloco, foi indagada a porcentagem poupada da renda mensal em que grande parte afirmou que economiza de 5 a 10% de sua renda (67,3%), seguida de 11 a 15% de economia (13,3%), mais de 25% da renda (8,2%), também um total de (2%), respectivamente, entre 16 a 20% e 21 a 25%, e, finalmente, os que não economizam dinheiro (7,2%). Apesar de não conseguirmos efetivamente relacionar esses dados, tal resultado pode advir da relação entre o valor de ga-

no mensal *versus* valor de gastos, ou mesmo de um hábito em poupar pensando no planejamento financeiro.

Na Tabela 2, podemos verificar os dados coletados acerca de finanças pessoais. Ao serem questionados quanto à motivação para investir, a maior parte da amostra afirmou que o faz pela busca de independência financeira (29,7%), seguida dos respondentes que consideram o incentivo de familiares (8,2%), logo após os indivíduos que visam ao acúmulo de patrimônio (16,3%). Temos, ainda, na mesma proporção (1%) os respondentes que investem com o objetivo de obter uma condição financeira próxima aos influenciadores digitais e, por atuar profissionalmente com investimentos, respectivamente. Contudo, temos 43,8% dos indivíduos que não investem.



Tabela Síntese 1 - Educação Financeira

Assertiva	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e nem Discordo
Redes Sociais (22,7%)	Planilha (36,7%)	Independência Financeira (30,1%)	5% a 10% da renda mensal (67,3%)
Total 100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

“Quanto ao objetivo de realizar o planejamento financeiro, 30,1% dos respondentes se preocupam com a independência financeira, seguida pela reserva de emergência (22,1%) dos respondentes.”

Posteriormente, nesse bloco, investigou-se a faixa de valor investido pelos respondentes. A menor faixa de até R\$500,00 se sobressaiu (27,6%), seguida pela faixa de R\$500,00 a R\$1.000,00 (9,2%). A minoria se distribuiu entre as faixas de R\$1.000,00 a R\$2.000,00 (4,1%), acima de R\$3.000,00 (6,1%) e R\$2.000,00 a R\$3.000,00 (1%). Novamente, tivemos os que responderam que **não** se aplica (52%). Esse resultado converge com a renda bruta mensal dos graduandos, assim como o perfil de dinheiro poupado mensalmente da renda deles, ou seja, conforme se aumenta a renda, aumenta-se a % de dinheiro economizado, o qual geralmente é utilizado nos investimentos. Outrossim, para a B3 (2021), em seu relatório de perfil de investidores pessoa física, ao considerar novos entrantes na Bolsa de Valores no mês de dezembro de 2021, sejam homens ou mulheres, o valor encontrado para o primeiro investimento, é de até R\$200,00.

Na sequência, em relação à faixa de ganho com ações, o valor mais citado foi de até R\$50,00 (14,3%), seguido de R\$50,00 a R\$200,00 (12,3%), em seguida de R\$200,00 a R\$500,00 (6,1%), entre R\$500,00 e R\$1.000,00 (6,1%) e acima de R\$1.000,00 (5,1%), além dos que

Motivação para investir	Faixa de R\$ investidos	Ganho no Mercado Financeiro	Perda no Mercado Financeiro
Independência Financeira (29,7%)	Até R\$ 500,00 (27,6%)	Até R\$50,00 (14,3%)	Até R\$50,00 (20,4%)
Total 100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

N.º de influenciadores que acompanham	Influenciador(a) Digital mais seguido(a)	Plataforma que mais acompanha	Acredita que os conteúdos (PF e Ed. Fin) são relevantes	Contribuem para formação de opinião sobre MF e Macroeconomia
De 1 a 3 (48%)	Nathalia Arcuri (32,7%)	Instagram (34,2%)	Sim (84,7%)	Sim (42,9%)
Total 100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

não obtiveram ganho (56,1%). Por fim, em relação à faixa de perda com ações, o valor mais encontrado foi de até R\$50,00 (20,4%), seguido de R\$50,00 a R\$200,00 (9,1%), em seguida de R\$200,00 a R\$500,00 (7,1%), entre R\$500,00 e R\$1.000,00 (4,1%), e acima de R\$1.000,00 (1%). Contamos, também, os que não investem, juntamente com os que consideraram não ter perdas de capital (58,2%).

A Tabela 3 mostra o bloco que abrange a existência da relação dos formandos pesquisados com os in-

fluenciadores financeiros digitais. Buscou-se apurar a quantidade de influenciadores financeiros digitais que os respondentes seguiam nas mídias sociais. Embora grande parte dos participantes não invista na bolsa de valores, um número expressivo relatou acompanhá-los, sendo que 48% deles acompanham de 1 a 3 influenciadores, 20,4% de 4 a 7, 6,1% de 8 a 11, 1% de 12 a 14 influenciadores, assim como 15 ou mais mentores, e 23,5% declararam não acompanhar nenhum influenciador financeiro digital.

De acordo com o relatório Finfluence: quem fala de investimentos nas redes sociais (AMBIMA, 2022), comparado a edições anteriores, o número de influenciadores digitais financeiros cresceu e juntos contam com uma audiência de 91,5 milhões de espectadores em várias mídias. Ademais, esse dado ultrapassa veículos de mídia especializados no mercado financeiro, que hoje apresentam em torno de 80 milhões. Sendo assim, em convergência com os dados obtidos pela pesquisa, os influenciadores possuem participação expressiva ao se tratar de conteúdos financeiros. Na sequência, foi indagado quais influenciadores os respondentes mais acompanham pelas redes sociais, seguindo os três escolhidos nesta pesquisa. Os influenciadores com mais prestígio e que obtiveram número muito próximo de seguidores foram, respectivamente, Nathalia Arcuri (32,7%) e Tiago Nigro (29,6%), seguidos por Tiago Reis (17,3%). Ainda, foi percebido no campo "outros", (3,1%), nomes como Nath Finanças, Gustavo Cerbasi, Ricardo Amorin e Ramiro Gomes e as pessoas que não seguem nenhum influenciador (17,3%).

Influenciadores financeiros te amparam na análise de ações e empresas	N.º de vezes que mudou de opinião sobre um ativo com base nos influenciadores	Já adquiriu ativo(s) por recomendação	Já vendeu ativo(s) por recomendação
Sim (25,5%)	De 1 a 5 vezes (39,8%)	De 1 a 5 vezes (36,7%)	De 1 a 5 vezes (32,7%)
Total 100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

Foi questionado também em quais plataformas os participantes da pesquisa mais seguem os influenciadores financeiros. Com o maior número de respostas, tivemos: Instagram (34,2%), YouTube (24,8%), Spotify ou outros *podcasts* (18,1%), Twitter (5,7%), LinkedIn (5,7%), Facebook (4,45) e que não acompanham (7,1%).

Quando questionados sobre a capacidade dos influenciadores digitais financeiros contribuírem para conceitos de educação financeira e finanças pessoais, apenas 4,1% dos respondentes não acreditam que essa demanda seja atendida pelos influenciadores, 11,2% não sabem opinar, pois são respondentes que não seguem nenhum criador de conteúdo. Finalmente, 84,7% acreditam que esses conteúdos são abordados pelos influenciadores financeiros.

Para finalizar esse bloco, com a percepção de conteúdo, para 42,9% dos graduandos há uma contribuição dos influenciadores financeiros digitais para o conhecimento do cenário macroeconômico e do mercado financeiro, seguido por 42,9% dos alunos que acreditam que isso ocorre somente às vezes e 14,2% que não concordam. Nessa última resposta, podem estar incluídos respondentes que

não seguem nenhum influenciador e os que seguem e realmente não convergem para a opinião que esses auxiliam na formação de sua opinião acerca dos assuntos.

Para finalizar a análise, compilamos dados da maioria dos respondentes quanto aos influenciadores digitais e às decisões de investimento. Foi questionado aos graduandos se os criadores de conteúdo digital dão assistência no momento de realizar análises de empresas e ativos em geral. Assim, constatamos que a maioria (51%) alegou que os produtores de conteúdo digital não atendem a essa necessidade, ou não buscam ajuda daqueles para tal. Já 23,5% consideram que, às vezes, os influenciadores auxiliam nesse fim e 25,5% procuram se informar sobre ativos e empresas por meio desses influenciadores. Nesta abordagem, foi percebido que a maioria dos respondentes nunca alterou sua opinião acerca de algum ativo financeiro a partir de um influenciador financeiro digital (59,1%), contudo, aqui, estão contabilizados os alunos que não investem e também alguns que não são influenciados quanto a essa opinião. Logo em seguida, com a segunda maior porcentagem, estão os graduandos que já mudaram de opinião sobre algum ativo de 1 a 5 vezes (39,8%). Seguindo, 1,1% da amostra já trocou de opinião de 6 a 10 vezes, seguida dos que alteraram sua opinião mais de 10 vezes (0%).



“Ademais, esse dado ultrapassa veículos de mídia especializados no mercado financeiro, que hoje apresentam em torno de 80 milhões. Sendo assim, em convergência com os dados obtidos pela pesquisa, os influenciadores possuem participação expressiva ao se tratar de conteúdos financeiros.”

Da mesma maneira, em relação à compra de ativo de acordo com a recomendação de um influenciador financeiro digital, o maior fragmento da amostra (62,2%) nunca o fez. Nesse dado, estão incluídos os formandos que não investem. Ainda, 36,7% já adquiriram algum ativo por recomendação dentre 1 a 5 vezes. Para 1,1%, essa aquisição se deu entre 6 a 10 vezes, por fim ninguém consumiu alguma recomendação de compra mais de 10 vezes. Para finalizar o questionário, coletamos as respostas acerca da venda de ativos a partir de recomendações dos influenciadores digitais. Novamente, para a maioria dos alunos (66,3%) isso nunca ocorreu, seguido dos graduandos que já venderam entre 1 a 5 vezes seus ativos a partir de recomendações (32,7%). Apenas 1% da amostra vendeu entre 6 a 10 vezes e, finalmente, nenhum dos respondentes considerou a recomendação de venda mais de 10 vezes.

Ao analisar de maneira geral os dados obtidos por meio do questionário, percebe-se que há uma preocupação por parte dos graduandos com as suas finanças pessoais. Assim, esta pesquisa vai ao encontro do que tem sido informado pela B3, por seu diretor de Relacionamento, Felipe Paiva, o qual afirma que o aumento nos níveis de

educação financeira é inegável, sendo grande parte decorrente do maior acesso à informação, inclusive por meio dos influenciadores digitais financeiros (MOURA, 2020).

Isso converge com a preocupação dos graduandos em conhecer mais sobre educação financeira e finanças pessoais, áreas em que a maioria afirma necessitar de mais conhecimentos acerca do assunto. Essa busca se dá principalmente devido a locais de rápido acesso à informação, como redes sociais, influenciadores financeiros digitais, universidade e familiares, ou seja, ambientes que envolvem o cotidiano dos graduandos. Para Viana e Welter (2021), educação financeira, produtos financeiros, investimentos e economia são assuntos que possuem dados atualizados e de fácil acesso a qualquer momento.

Outrossim, a maioria dos respondentes afirmou realizar e monitorar um planejamento financeiro com foco na busca por independência financeira, utilizando-se principalmente da ação de poupar parte de suas receitas mensais. As finanças pessoais se caracterizam pela administração do capital a fim de atingir seus objetivos financeiros, tendo como intuito final atingir a independência financeira. Realizar um pla-



nejamento da renda pessoal, assim como efetuar investimentos, permite alcançar certa rentabilidade e, como consequência, a independência financeira a longo prazo (LUCENA; MARINHO, 2013).

Com o objetivo de alcançar independência financeira, um número significativo de respondentes afirmou aplicar em investimentos no mercado de capitais. Nesse caminho, procuram intensificar a busca por conteúdos de finanças pessoais e investimentos. É nesse ponto que se destaca a importância dos influenciadores digitais financeiros. Para o Relatório Finfluence (2022) e Ambima (2021), influenciadores digitais que abordam assuntos como investimentos possuem juntos uma base de 91,5 milhões de seguidores em plataformas como Twitter, Instagram, Facebook e YouTube, com conteúdos que variam de dicas a análises, mentorias e cursos, voltados a investimentos, finanças pessoais e macroeconomia, consolidando-os como um fenômeno no país.

O mesmo relatório aponta os tipos de influenciadores digitais financeiros que possuem o maior prestígio no que se refere à audiência e aos conteúdos, dentre eles, os três analisados nesta pesquisa. Na categoria criadores de conteúdo, Nathalia Arcuri encontra-se na 2ª posição, seguida pelo seu próprio canal, “Me Poupe”, na 3ª posição. Em 4º lugar, o canal “O Primo Rico”, do influenciador Tiago Nigro. Na categoria analistas, na 1ª posição, está o influenciador Tiago Reis.

Entre os graduandos que se consideram persuadido pelos influenciadores financeiros digitais, os respondentes que acreditam que sim (18,4%) e às vezes (28,5%), somam maioria, reforçando a importância dos influenciadores para o mercado de capitais. Além disso, grande parte dos respondentes já comprou ou vendeu ativos por recomendação desses. Corroborando esses dados, a entrevista realizada com investidores pela B3 demonstra que tais investidores tomam decisões por meio de várias fontes, sendo que 60% dos entrevistados utilizam-se de influenciadores digitais financeiros, gerando um dado de 32% da amostra que certificaram

tomar essas decisões com base nas recomendações feitas por eles (MOURA, 2020).

Pode-se considerar, assim como para Simon (1957), que indivíduos pos-

suem capacidades cognitivas distintas e ao tomarem decisões se apoiam nas heurísticas, caracterizadas por atalhos mentais. Isto posto, os atores entendem informações mais rapidamente podendo influenciar a sua decisão final. A heurística da representatividade é uma que se refere ao julgamento baseado em estereótipos (SHEFRIN, 2000). Ao pensar em investimentos, essa pode influenciar a percepção de indivíduos por formarem uma opinião estereotipada, ou mesmo por informações obtidas por meio de comunicação, nesse caso, influenciadores digitais.

Embora a maioria das dicas e das análises de ações feitas pelos influenciadores financeiros digitais tenham sempre um aviso de não recomendação de compra, grande parte dos espectadores o entendem como tal, levando a algumas consequências. Nesse sentido, podemos considerar o efeito manada que ocorre quando, em detrimento de suas percepções e análises, investidores espelham comportamentos de outros investidores (SANCHES, 2013). Da mesma maneira, isso acontece diante de crises ou períodos de instabilidade, em que investidores vendem ou compram as suas ações na bolsa ao perceberem um movimento comum. Isso ocorre pelo nível de popularidade, pois ao analisar as opções viáveis apresentadas o indivíduo influenciável toma a decisão, comportamento observado diante de decisões dos demais atores do mercado.

Para o colunista Paschoarelli (2022), alguns cuidados devem ser tomados acerca dos influenciadores digitais, como, por exemplo, não haver nenhuma exigência de certificação ou diploma para quem produz conteúdos nas mídias digitais, assim como cursos de investimentos realizarem apologia, ou seja, recomendação de investimentos e, por fim, a viralização de conteúdos

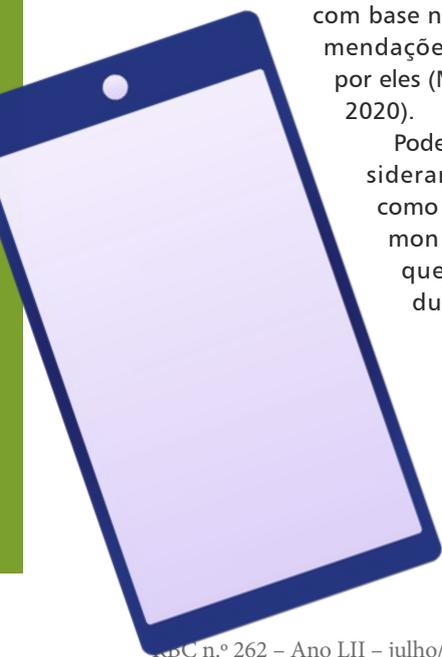
em tantos canais digitais que não podem ser controlados. Ainda há a divulgação de propagandas enganosas que atraem um público que busca maiores rentabilidades a curto prazo, o que já chamou a atenção do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que iniciou ações investigativas nesse sentido (DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO, et al., 2021).

No entanto, mesmo considerando essas ressalvas, os influenciadores abordados nesta pesquisa possuem certificações e diplomas válidos no mercado financeiro, o que os torna confiáveis quanto aos conteúdos produzidos. Além disso, eles promovem uma grande difusão de conteúdos de educação financeira e investimentos, como exposto no Relatório Finfluence Ambima (2021).

5. Considerações Finais

A elaboração do presente trabalho proporcionou um maior entendimento do cenário das finanças pessoais entre os formandos do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá e uma compreensão da relevância do conteúdo de influenciadores financeiros digitais em relação ao conhecimento adquirido em finanças pessoais e mercado de capitais.

Foi observado que os graduandos compreendem aspectos da educação financeira e das finanças pessoais, como, por exemplo, a importância de poupar dinheiro, realizar um planejamento financeiro e investir. Da mesma maneira, foi possível perceber que a maior parte dos graduandos busca se aprimorar acerca desses assuntos por meio de canais digitais e influenciadores digitais, os quais tiveram seus conhecimentos aprimorados por consequência do consumo de materiais divulgados por eles.

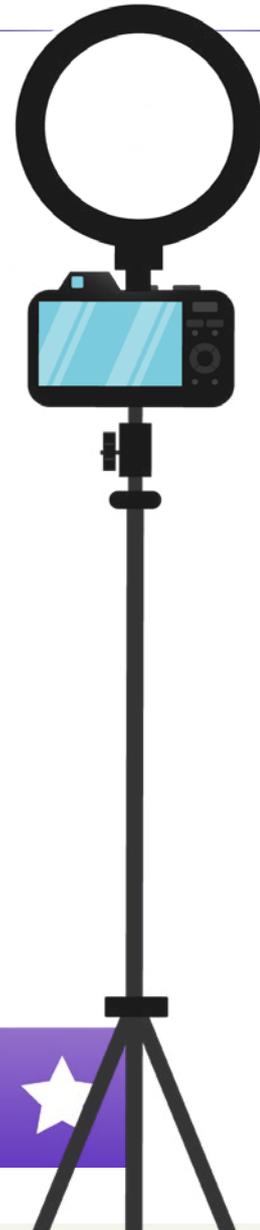


Esses influenciadores representam relevância para os indivíduos da pesquisa que investem, em que a maioria considera esses conteúdos e opiniões no momento de investir seu capital no mercado financeiro. Foi possível ainda verificar aspectos positivos e negativos dos produtores de conteúdo para o mercado de capitais ao comprovar o impacto deles em número expressivo de espectadores, assim como o tipo de conteúdo abordado. As tecnologias estão mudando a forma de entender a educação financeira e os investimentos, permitindo que um público maior possa ingressar nesse universo e aprimorar seus conhecimentos. Para tanto, os influenciadores abordados neste estudo corroboram para este contexto, diante do conteúdo exposto em suas plataformas digitais.

Portanto, acredita-se que o trabalho contribuiu com novas informações para a área de finanças a partir da análise das percepções dos graduandos respondentes frente às informações transmitidas pelos influenciadores financeiros digitais. Nesse sentido, resultados observados apresentam que boa parte dos indivíduos da pesquisa se consideram

influenciados por esses criadores de conteúdo sobre suas percepções e seus comportamentos no momento de negociação de ativos em bolsa. Da mesma maneira, ao buscarem recomendações de compra e venda de ações, informações sobre empresas e ativos, e, por fim, sobre o cenário macroeconômico que influencia o mercado de capitais.

A título de estudos futuros, pode-se levantar a possibilidade de investigar graduandos de cursos similares, como, por exemplo, Ciências Contábeis e Economia, além de pessoas consideradas educadas financeiramente, ou seja, que possuem alguma certificação do mercado financeiro, com o intuito de observar se esse fenômeno também se estende a essa população. Cabe ressaltar a importância de levar a educação financeira também para a população jovem mais carente, que é a que mais precisa desse conhecimento para conduzir sua vida financeira de uma forma sustentável.



Referências

AMBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. *Cursos on-line sobre mercado financeiro, investimentos, gestão e muito mais!*. 2021a. Disponível em: <<https://cursos.ambima.com.br/home.asp?ssloop=1>>. Acesso em: 3 out. 2021.

_____. *Influenciadores de Investimentos*. 2021b. Disponível em: <https://www.ambima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos.htm>. Acesso em: 29 ov. 2021.

_____. *Relatório Finfluence: quem fala de investimentos das redes sociais*. 2022. Disponível em: <https://www.ambima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-2.htm>. Acesso em 22 mar. 2022.

ASSAF NETO, A. *Mercado financeiro*. Atlas, São Paulo, 6. Ed., 2005.

B3, BRASIL, BOLSA e BALCÃO. *Ecosistema do investidor brasileiro*, São Paulo, 9 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.b3.com.br/ptbr/noticias/relacionamento.htm>>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. *Relatório anual – perfil do investidor Pessoa Física*. São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/marketdataeindices/servicosdedados/marketdata/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

BITTENCOURT, J. A. de et al. Análise da relação entre o perfil de investidor, a realidade do mercado de renda fixa e variável e a teoria da aversão à perda. *Revista razão contábil & finanças*, v. 9, n. 2, 2019.

BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. *Investimentos*. 10ª. Ed, p. 185, Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2015.

BRASIL. *Estratégia nacional de educação financeira: plano diretor*. Brasília: Conef, 2010.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, PEREIRA, V. H. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Revista Mediação*, v. 13, n. 12, 2011.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. *Cenário da poupança e dos investimentos dos brasileiros*. 2 0 2 1. Disponível em: <http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/investidor/estudos/pesquisas/20181002_estudo_spc_cenario_da_poupanca_e_dos_investimentos_dos_brasileiros.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO, D. et al. Influenciadores digitais no mercado de capitais: um estudo sobre o aumento de investidores na B3. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 6, n. 4, p. 186-226, 2021.

DE SOUSA, C. L. O.; JÚNIOR, P. F. M. G. O impacto da educação financeira nos orçamentos pessoais e para os investidores no Brasil. *Revista Campo do Saber*, v. 6, n. 2, 2021.

DE VEIRMAN, M.; CAUBERGHE, V.; HUDDERS, L. Marketing through instagram influencers: the impact of number of followers and product divergence on Brand attitude. *International Journal of Advertising*, v. 36, n. 5, p. 798-828, 2017.

FERREIRA, M. A. *Educação financeira: uma proposta de oficina com base em investimentos*. Dissertação (Mestrado) – FMA/Profimat. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

FRANCISCHETTI, C. E.; CAMARGO, L. S. G.; DOS SANTOS, N. C. Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, v. 1, n. 1, p. 33-47, 2014.

FRAUCHES, C. da S. *Escrutínio do comportamento de investidores pessoas físicas no mercado de capitais a partir da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)*. 2021. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, 2021.

FRITZEN, C. C. O. *Flashback: plug-in para proporcionar experiências emocionais a partir da conexão entre streaming de música e mídia sociais*. CCUniversidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOUVEIA, R. C. B., *Educação financeira no ensino médio*. 2019. 51 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Matemática – SBM/Profmat. Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2019.

KARHAWI, I. et al. *Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão*. *Communicare*, v. 17, n. 12, p. 46-61, 2017.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. de L. *Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante às finanças pessoais*. XVI Seminários em Administração, 2013.

LUND, O. M.; SOUZA, P. C.; CARVALHO, S. L. *Mercado de capitais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MELO, M. A. F. *Educação financeira, poupança e investimento*. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2016.

MOTA, M. F.; DE MELO, L. J. F.; ANDRADE, D. de C. Melo. *Seria o educador um digital influencer para a difusão de saberes na cultura ciber?*. II Encontro Regional Norte-Nordeste da ABCiber, n. 1, 2019.

MOURA, J. *Brasileiro aprende a investir com influenciadores e youtubers, diz pesquisa*. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/brasileiroaprendeinvestircominfluenciadores-e-youtubers-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies*. Paris, 2005. Disponível em: https://www.oecdilibrary.org/financeandinvestment/improvingfinancialliteracy_9789264012578-en. Acesso em: 3 out. 2021.

PASCHOARELLI, R. *Benefícios e malefícios da massificação de influenciadores de finanças*. Estadão, São Paulo, 16 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/coluna/rafael-paschoarelli/beneficios-maleficios-informacoes-financas>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. *Planejamento financeiro pessoal e familiar*. Unoesc & Ciência-ACSA, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PITZER, L. C. *Financiamentos e investimentos: uma proposta para o ensino médio*. 2018. 68 f. Dissertação (Mestrado) – SBM/Profmat, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2018.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed., p. 329. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

ROCHA, A. S.; FREITAS, F. P. C. O superendividamento, o consumidor e a análise econômica do direito, 2010. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, p. 480-496. *Anais*. Fortaleza, Ceará, 2010.

SANCHES, M. V. *Comportamento de manada em direção ao índice de mercado: evidências no mercado brasileiro de ações*. 2013. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, D. Perfil dos acadêmicos em relação à educação financeira: Curso de Ciências Contábeis – Joinville e Jaraguá do Sul. *Revista Controladoria e Gestão*, v. 2, n. 1, p. 402-414, 2021.

SILVA, M. F. S. A educação financeira como base para a contabilidade familiar: o controle financeiro para uso e planejamento das finanças pessoais e domiciliares. *Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso*, 2021.

SIMON, H. A. *Models of man: social and rational*, 1957.

SHEFRIN, H. M. *Beyond greed and fear*. Harvard Business School Press, 2000.

VAI INVESTIR. *Educação Financeira: a chave para o seu sucesso financeiro!*. Vai Investir, 2020. Disponível em: <<https://vainvestir.com.br/educacao-financiera-a-chave-para-o-seu-sucesso-financiero/>>. Acesso em 12 dez. 2021.

VALOR INVESTE. *Influenciadores de finanças falam para mais de 74 milhões de seguidores, diz estudo*. Educação financeira. 2021. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/educacaofinanciera/noticia/2021/06/08/influenciadoresdefinancas-falam-para-mais-de-74-milhoes-de-seguidores-diz-estudo.ghtml>> Acesso em: 26 nov. 2021.

VALVERDE, J. M. M. *Perfil e expectativas dos clientes bancários*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Administração, Centro Universitário de Anápolis – Unievangélica, Anápolis, 2021.

VIANA, L. P.; WELTER, M. Z. *Conexões dos influenciadores digitais dos canais YouTube “Primo Rico” e “Ports Trader”*. e-Com, v. 14, p. 94-121, 2021.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 155-172, 2011.

Análise da relação entre a agressividade fiscal e o ciclo de vida de empresas brasileiras listadas na B3

Este estudo teve como objetivo analisar a relação dos níveis de agressividade fiscal e os diferentes estágios do ciclo de vida das empresas de capital aberto no mercado brasileiro. Ao longo do ciclo de vida das empresas, várias estratégias organizacionais são utilizadas buscando o seu desenvolvimento. Uma delas é representada pelo planejamento tributário, o qual é composto de um conjunto de estratégias, como a agressividade fiscal. Para atingir o objetivo proposto pela investigação, foram calculadas as estimativas dos estágios de ciclo de vida e da agressividade fiscal das empresas da amostra, considerando as metodologias propostas pela literatura, para o período de 2010 a 2021. A amostra final do estudo contou com 1.629 observações-ano. A partir da análise descritiva, criação de *cluster* e de testes estatísticos empregados pelo estudo, foi possível levantar indícios de que as empresas que estão no estágio de vida da maturidade apresentam maior agressividade fiscal do que as dos demais estágios (introdução, crescimento, *shake-out* e declínio). Os resultados obtidos pelo estudo contribuem para um melhor entendimento do nível de agressividade fiscal frente ao ciclo de vida organizacional, o que gera maior eficiência na análise das empresas, e ajuda na redução de perdas para investidores e para a economia.

Luana Karoline Soares Santos Sousa

Contadora, possui graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação em Gestão Tributária pelo Centro Universitário Newton Paiva. É mestranda em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais, sócia-diretora da empresa Batista & Associados, Auditoria, Gestão Contábil, Perita Contadora e membra contadora no Brasil do International Women's Insolvency & Restructuring Confederation (IWIRC).

E-mail: luanaksss@ufmg.br

Samuel de Oliveira Durso

Doutor em Controladoria e Contabilidade, é economista e mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É doutor em Controladoria e Contabilidade, pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche na Curtin University (Austrália). Atualmente, atua como professor adjunto na UFMG.

E-mail: sodurso@face.ufmg.br

1. Introdução

Akbar et al. (2019) abordam que, durante o ciclo de vida das empresas, elas passam por uma série de fases de desenvolvimento, as quais são marcadas por diferentes estratégias e estruturas. Moreira et al. (2021, p. 1) destacam que “os fluxos de caixa gerados ao longo dos ciclos de vida das empresas podem funcionar como indicadores para evidenciar sua folga ou dificuldade financeira”. Nesse sentido, várias estratégias organizacionais são utilizadas ao longo do tempo pelas entidades, a fim de promover o desenvolvimento dos negócios. Uma delas é representada pelo planejamento tributário, o

qual é composto de um conjunto de estratégias nas quais as empresas buscam a redução dos tributos e, assim, limitar o impacto da alta carga tributária (CREPALDI, 2021). Isso ocorre na medida em que, de acordo com a literatura, as decisões operacionais e estratégicas da empresa são influenciadas pelo seu ciclo de vida e, conseqüentemente, afetam sua tributação (SILVA, 2016).

Martinez (2017) complementa que, diante de diversas fases a que a empresa está sujeita, o planejamento tributário mostra-se de suma importância para organizações no cenário de alta carga tributária, tornando-se necessário buscar estratégias para reduzir custos tributários dentro da legalidade em busca de maior rentabilidade. Esse comportamento,

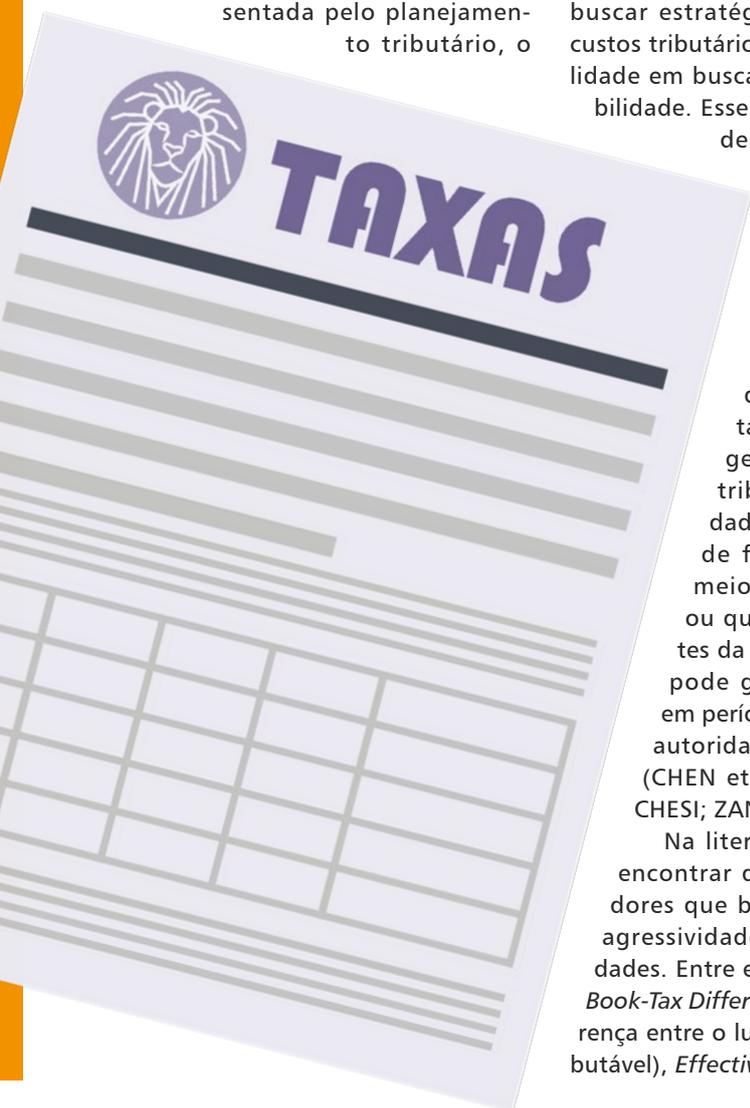
de buscar evitar ou reduzir o ônus tributário, é caracterizado como agressividade fiscal. É importante notar, contudo, que, ao representar uma estratégia gerencial da renda tributável das entidades, a agressividade fiscal ocorre por meio de ações legais ou que testam os limites da legalidade, o que pode gear penalidades em períodos futuros pelas autoridades competentes (CHEN et al., 2010; MARCHESI; ZANOTELI, 2018).

Na literatura, é possível encontrar diferentes indicadores que buscam retratar a agressividade fiscal das entidades. Entre eles, destacam-se: *Book-Tax Differences* (BTD – diferença entre o lucro contábil e tributável), *Effective-Tax-Rate* (ETR –

taxa de tributação efetiva) e *Cash Effective-Tax-Rate* (CashETR – taxa de tributação efetiva paga). Martinez (2017, p. 9) aponta que a BTD é viesada, “pois seu comportamento pode ser também definido pela propensão ao gerenciamento de resultados”, o que indica que as demais métricas podem ser mais relevantes para uma melhor compreensão do fenômeno da agressividade fiscal de diferentes organizações e contextos.

Os fenômenos relacionados ao gerenciamento tributário, como é o caso da agressividade fiscal, podem variar entre as entidades em função de diversos fatores. Entre eles, a literatura internacional destaca os estágios do ciclo de vida organizacional (HASAN et al., 2017). Apesar de não existir um modelo único para a análise do ciclo de vida das entidades (SILVA, 2016), a proposta desenvolvida por Dickinson (2011) tem recebido destaque nos estudos na área de contabilidade e finanças (HABIB; HASAN, 2019). Nesse modelo, as entidades podem ser classificadas em cinco estágios, a depender das características relacionadas ao seu fluxo de caixa, a saber: introdução, crescimento, maturidade, *shake-out* e declínio.

Tendo em vista a importância das temáticas tratadas anteriormente para o bom funcionamento dos mercados (LUKASON; CAMACHO-MIÑANO, 2019), buscou-se contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico a partir do levantamento da seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre os níveis de agressividade fiscal e os estágios do ciclo de vida de empresas brasileiras de capital aberto?** O objetivo geral desta pesquisa consistiu, portanto, em analisar a relação dos níveis de agressividade fiscal e os diferentes estágios do ciclo de vida das empresas listadas na B3.



“Os fenômenos relacionados ao gerenciamento tributário, como é o caso da agressividade fiscal, podem variar entre as entidades em função de diversos fatores. Entre eles, a literatura internacional destaca os estágios do ciclo de vida organizacional (HASAN et al., 2017).”

As empresas têm grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, com função social na produção de riquezas, na geração de empregos, no recolhimento de tributos, no desenvolvimento tecnológico, no desenvolvimento econômico do Estado e no cumprimento dos interesses de investidores (CAMPINHO, 2021; CHAGAS; LENZA, 2021). Assim, este estudo, ao analisar o nível de agressividade das empresas a partir da ótica do ciclo de vida, pode contribuir com a melhoria da qualidade das informações geradas ao mercado, de forma a evidenciar como o processo de tomada de decisão (seja no que tange à agressividade fiscal ou mesmo a diversas decisões ao longo do seu ciclo de vida) gera impactos nas empresas e no seu desenvolvimento. Nesse sentido, acredita-se que os resultados deste estudo podem ser úteis para que os gestores organizacionais tomem decisões financeiras ideais, provendo a

redução de perdas de investidores, ao levar em consideração o estágio correspondente ao ciclo de vida de sua entidade e agressividade fiscal da organização.

2. Fundamentação Teórica

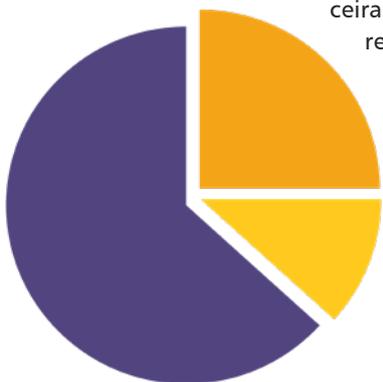
2.1 Agressividade Tributária

Os tributos merecem atenção e, não, simplesmente, como mera obrigação tributária. Aspectos como a eficiência organizacional, o crescimento das entidades fiscalizadoras do mercado e o aumento da concorrência são fenômenos que tangenciam a importância do planejamento tributário das entidades. O tema exige dedicação e tempo para analisar e tirar o melhor proveito do que a legislação tributária oferece. Sendo assim, com a compreensão da gestão fiscal e do planejamento tributário, é possível ter subsídios para melhorar e aperfeiçoar as práticas de gestão empresarial e financeira (CREPALDI, 2021; SILVA, 2016).

Muitas empresas buscam no planejamento tributário a forma para redução dos tributos e, assim, limitar o impacto dos elevados encargos existentes no Brasil. Essa prática consiste no intuito de obter menor ônus fiscal sobre operações ou produtos, utilizando meios legais denominado elisão fiscal. Considerando esse objetivo e a complexidade que envolve o planejamento fiscal, esse se tornou uma necessidade básica para todos os contribuintes (CREPALDI, 2021). Por outro

lado, existe a forma ilegal do gerenciamento tributário, a qual recebe a denominação de sonegação fiscal ou evasão fiscal, em que a maneira de evitar pagamentos dos tributos recai sobre meios ilícitos, independentemente do método utilizado, ocorrendo o não pagamento do tributo após o fato gerador ter ocorrido (SILVA, 2016).

Na busca de redução de impostos, as empresas se tornam mais ou menos agressivas na prática de planejamento tributário. Chen et al. (2010) definem agressividade fiscal como uma redução gerencial da renda tributável por meio de ações de planejamento tributário. Martinez (2017, p.4) corrobora que “dependendo do grau de intensidade e legalidade em como essas práticas são adotadas define-se o seu grau de agressividade tributária, que se materializa, pragmaticamente, na magnitude de redução dos impostos explícitos”. Nesse sentido, as ações que geram menor ou maior agressividade tributária incluem tomadas de decisão que testam os limites da legalidade, e podem gerar, inclusive, penalidades a longo prazo, caso as entidades reguladoras do mercado tenham interpretação tributária diferente daquela praticada pela empresa (CHEN et al., 2010; MARCHESI; ZANOTELI, 2018).



Considerando as sugestões de Martinez (2017), que destaca algumas fragilidades da métrica da BTB para a mensuração da agressividade tributária, o presente estudo adotará a ETR e a CashET para capturar o fenômeno analisado. Adicionalmente, é importante destacar que essas duas medidas de agressividade fiscal são mais utilizadas pela literatura nacional e internacional (DANG; TRAN, 2021; DAMASCENA et al., 2018; DHAWAN et al., 2020; FRANÇA et al., 2018, MARTINEZ; SILVA, 2018, RICHARDSON; LANIS; TAYLOR, 2015). As fórmulas relacionadas com o cálculo da ETR e da CashETR estão definidas neste estudo no tópico da metodologia.

2.2 Ciclo de Vida Organizacional

No decorrer da vida de uma empresa, ela progride por várias fases, as quais estão associadas a padrões

estratégicos e estruturais. Essas fases são caracterizadas na literatura como ciclo de vida, em que o objetivo é demonstrar que as empresas nascem, crescem e, eventualmente, morrem (LESTER et al., 2003). Moreira et al. (2021) complementam que o ciclo de vida da firma tem a capacidade de mostrar como os fatores internos e externos refletem nas estratégias adotadas pela empresa, como na capacidade de pagamento e o seu nível de competitividade.

Silva (2016) aponta que na literatura consta o modelo de Dickinson (2011), que apresenta a classificação dos estágios de ciclo de vida. A autora considerou que a empresa no seu ciclo de vida tem cinco estágios, como definido por Gort e Klepper (1982), os quais estão descritos abaixo:

1) introdução: quando a inovação é produzida pela primeira vez;

- 2) crescimento: em que o número de produtores aumenta significativamente;
- 3) maturidade: estágio em que atinge o número máximo de produtores;
- 4) *shake-out*: quando o número de produtores começa a diminuir; e
- 5) declínio: quando a entrada líquida é próxima de zero.

Para classificar o ciclo de vida, pode-se considerar que os fluxos de caixa capturam o resultado financeiro das empresas em seus diferentes estágios de vida. Assim, essas métricas irão captar diferenças na rentabilidade, crescimento e risco de uma empresa, de acordo com as determinações apresentadas no Quadro 1.

As combinações trazidas com essa exposição pelas atividades do fluxo de caixa geram oito combinações possíveis, de acordo com os cinco estágios dos ciclos de vida, as quais estão evidenciadas no Quadro 2.

Quadro 1: Estágios do Ciclo de Vida do Modelo de Dickinson (2011)

Fluxo de Caixa	Introdução	Crescimento	Maturidade	Shake-out	Declínio
Operação	As empresas entram no mercado com déficit de conhecimento sobre receitas e custos potenciais (-) Fluxo de Caixa	As margens de lucro são maximizadas durante o período de maior investimento (+) Fluxo de Caixa	Eficiência maximizada por meio de um maior conhecimento das operações (+) Fluxo de Caixa	Taxas de crescimento decrescentes levam à queda dos preços. Rotinas da empresa dificultam a flexibilidade competitiva. (+/-) Fluxo de Caixa	Taxas de crescimento decrescentes levam à queda dos preços (-) Fluxo e Caixa
Investimento	Otimismo gerencial impulsiona investimento. As empresas fazem grandes investimentos para dificultar a entrada (-) Fluxo de Caixa	As empresas fazem grandes investimentos para dificultar a entrada (-) Fluxo de Caixa	Obsolescência aumenta em relação a novos investimentos (-) Fluxo de Caixa	Vazio em teoria (+/-) Fluxo de Caixa	Liquidação de bens para serviço da dívida (+) Fluxo de Caixa
Financiamento	Peckink-Order afirma que as empresas buscam dívida bancária. Empresas de crescimento aumentam a dívida (+) Fluxo de Caixa	Peckink-Order afirma que as empresas buscam dívida bancária. Empresas de crescimento aumentam a dívida (+) Fluxo de Caixa	Foco muda: a) "de adquirir financiamento" para "pagar dívida" b) distribuição de fundos em excesso aos acionistas. De modo que as empresas maduras diminuam a dívida (-) Fluxo de caixa	Vazio em teoria (+/-) Fluxo de Caixa	Concentra-se em reembolso e/ou renegociação da dívida (+/-) Fluxo de Caixa

Fonte: Dickinson (2011).

Quadro 2: Classificação dos Estágios do Ciclo de Vida do Modelo de Dickinson (2011)

Fluxo de Caixa	Introdução	Crescimento	Maturidade	Shake-out	Declínio
Atividades Operacionais	-	+	+	- + +	- -
Atividades de Investimento	-	-	-	- + +	+ +
Atividades de Financiamento	+	+	-	- + +	+ -

Fonte: adaptado de Dickinson (2011).

Conforme é possível notar pelas descrições apresentadas nos Quadros 1 e 2, espera-se que as entidades apresentem estratégias distintas ao longo do seu ciclo de vida, em função de fatores como financiamento, comercialização e acesso a novos mercados (JENKINS et al., 2004; MARTINEZ; BASSETTI, 2016). Essas estratégias também podem estar refletidas nos níveis de agressividade tributária, uma vez que ela demonstra uma relação direta com a lucratividade das entidades ao representar ações que alteram a renda tributável das organizações (CHEN et al., 2010). Sendo assim, a hipótese de pesquisa deste estudo é:

Existe diferença estatisticamente significativa para a agressividade fiscal das entidades de capital aberto no Brasil considerando os diferentes estágios do ciclo de vida.

3. Metodologia

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo pode ser classificado como quantitativo e descritivo, pois se utiliza de estratégias bibliográfica e *archival*. A pesquisa é quantitativa, uma vez que serão utilizados métodos e técnicas estatísticas, mensurando os constructos de interesse para realizar testes que permitam as interpretações do estudo (CRESWELL, 2010; BOTELHO; CRUZ, 2013). Já pesquisas descritivas vão buscar analisar características de fatos ou fenômenos, utilizando métodos formais para a apresentação e o detalhamento das informações (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Além disso, esta pesquisa faz uso de estratégia bibliográfica, necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, já que busca discutir os assuntos e problemas a partir de referências já publicadas com relação à mesma temática discutida (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Por fim, a pesquisa é

caracterizada como *archival* porque apresenta como fonte de coleta de dados informações contábeis-financeiras e de mercado das empresas a serem analisadas (SMITH, 2014).

3.2 Amostra e Fonte de Dados da Pesquisa

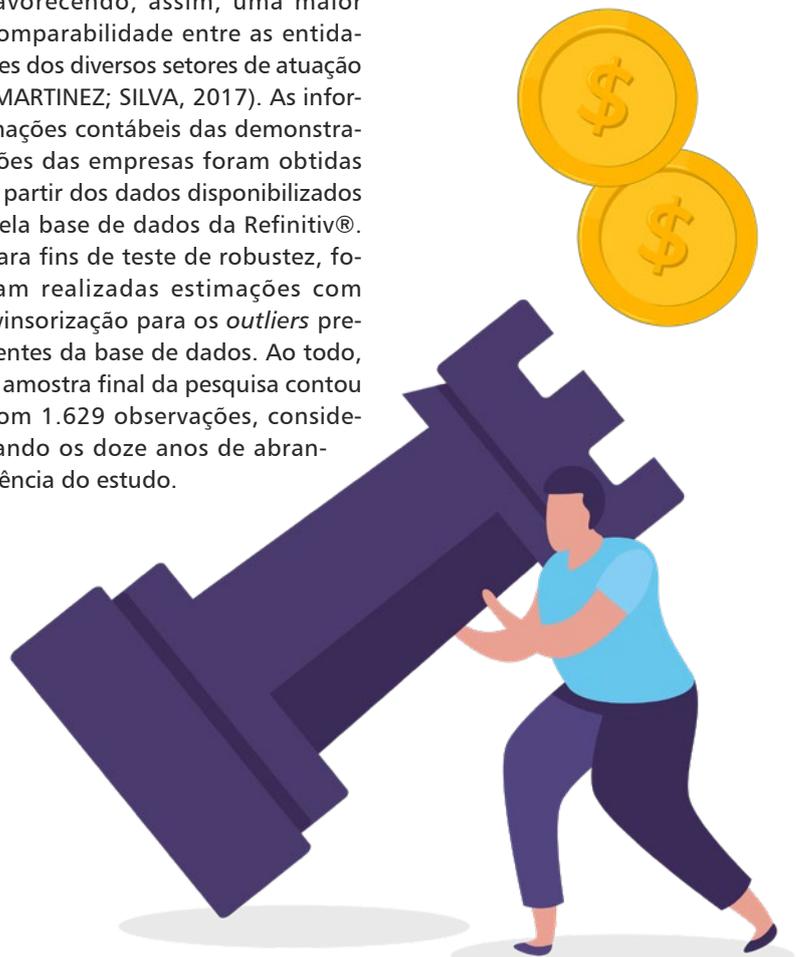
Para a operacionalização deste estudo, foi necessária a análise de informações de empresas de capital aberto brasileiras, que serão a população deste estudo. A amostra, por sua vez, foi composta de empresas que possuíam dados suficientes para análise. Os dados coletados compreenderam o período de 2010 a 2021, com a utilização de dados anuais. Ressalta-se que, a partir de 2010, todas as empresas brasileiras listadas no mercado de capitais foram obrigadas a apresentar os seus demonstrativos financeiros com base no padrão IFRS, favorecendo, assim, uma maior comparabilidade entre as entidades dos diversos setores de atuação (MARTINEZ; SILVA, 2017). As informações contábeis das demonstrações das empresas foram obtidas a partir dos dados disponibilizados pela base de dados da Refinitiv®. Para fins de teste de robustez, foram realizadas estimativas com winsorização para os *outliers* presentes da base de dados. Ao todo, a amostra final da pesquisa contou com 1.629 observações, considerando os doze anos de abrangência do estudo.

3.3 Descrição das Variáveis

Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo, as variáveis são o ciclo de vida corporativo e a agressividade fiscal das empresas. Assim, para analisar a relação dos níveis de agressividade fiscal e os diferentes estágios do ciclo de vida das empresas listadas na B3, foram utilizados o modelo proposto por Dickinson (2011) e as métricas ETR e CashETR, os quais estão descritos nos subtópicos a seguir.

3.3.1 Ciclo de Vida

Apesar de alguns estudos proporem formas diferentes de definir o estágio de ciclo de vida das empresas, nesta análise serão utilizadas as variáveis de ciclo de vida fundamentadas nos estudos de Dickinson (2011), que utiliza os padrões do fluxo de caixa das empresas.



No modelo de Dickinson (2011), a autora ressalta que um dos benefícios da métrica é que ela se utiliza de todo o conjunto de informações dispostas nos fluxos de caixa de uma empresa, seja operacional, de investimento ou de financiamento, em vez de uma única medida para determinar o ciclo de vida organizacional, como idade, crescimento de vendas, despesas de capital ou pagamento de dividendos.

A partir disso, portanto, a autora fornece uma medida de ciclo de vida, e utiliza dados da demonstração dos fluxos de caixa das empresas, agrupando-as em cinco estágios diferentes do ciclo: introdução, crescimento, maturidade, *shake-out* e declínio (DICKINSON, 2011). Dentro desses estágios do ciclo de vida há oito possíveis combinações obtidas a partir dos sinais apresentados em cada tipo de fluxo de caixa, conforme dados disponíveis no Quadro 2, apresentado no capítulo do Referencial Teórico deste estudo.

Para a operacionalização da variável de ciclo de vida de Dickinson (2011), as combinações dos fluxos de caixa das empresas deram origem a variáveis binárias para cada estágio do ciclo de vida, que permitiram avaliar seus possíveis reflexos sobre a agressividade fiscal das entidades da amostra da pesquisa. Essa classificação do estágio do ciclo de vida de Dickinson (2011) é uma medida popular e tem seu uso frequente nas pesquisas recentes do ciclo de vida na área de contabilidade e finanças (HABIB; HASAN, 2019). Além disso, esse modelo já foi utilizado por outras pesquisas que avaliam a relação entre o risco de falência das empresas e o ciclo de vida (AKBAR et al., 2019; SHAM-SUDIN; KAMALUDDIN, 2015; TERRENO et al., 2017). É importante destacar que neste estudo foi realizada uma adaptação para os estágios de *shake-out* e declínio, fenômenos



considerados como um único estágio. Sendo assim, os estágios de ciclo de vida foram analisados nas cinco categorias propostas por Dickinson (2011).

3.3.2 Agressividade Fiscal

A agressividade fiscal, por sua vez, foi representada pelas variáveis relacionadas à ETR e à CashETR. Hanlon e Heitzman (2010) e Martinez (2017) ressaltam que as medidas de agressividade fiscal mais utilizadas pela literatura são as relacionadas às taxas de tributação efetiva, que também se aplicam a este estudo para a avaliação da agressividade fiscal. Além disso, ressalta-se que os estudos correlatos também vêm utilizando taxas de tributos efetivas para avaliação de diversos fenômenos organizacionais (DANG; TRAN, 2021; DAMASCENA et al., 2018; DHAWAN et al., 2020; FRANÇA et al., 2018; MARTINEZ; SILVA, 2018; RICHARDSON; LANIS; TAYLOR, 2015).

A ETR foi obtida a partir das des-

pesas com tributos sobre o lucro e a CashETR pelo desembolso de tributos sobre o lucro no exercício fiscal. A utilização dessas duas métricas permite investigar possíveis estratégias fiscais que diferiram os tributos pagos à vista para períodos posteriores, sem afetar a despesa tributária das demonstrações financeiras (RICHARDSON; LANIS; TAYLOR, 2015). O cálculo das variáveis ETR e CashETR pode ser observado nas Equações (1) e (2), respectivamente.

Destaca-se, ainda, que uma das vantagens da CashETR sobre a ETR é que ela considera apenas os impostos pagos, incluindo informações sobre o diferimento de tributos e não sobre as provisões contábeis para tributos (HANLON; HEITZMAN, 2010). Por fim, é importante destacar que taxas mais baixas de ETR e CashETR indicam que as empresas realizam planejamento tributário de forma mais agressiva do que as empresas com valores mais altos para essas métricas.

$$ETR_{i,t} = \frac{\text{Despesa com Tributo sobre o Lucro}_{i,t}}{\text{Lucro antes dos Tributos}_{i,t}} \quad (1)$$

$$\text{CashETR}_{i,t} = \frac{\text{Tributos sobre o Lucro Pagos}_{i,t}}{\text{Lucro antes dos Tributos}_{i,t}} \quad (2)$$

3.4 Método

A partir da construção das variáveis descritas anteriormente, foi possível realizar análises descritivas e testes estatísticos para os dados coletados pela investigação. A análise descritiva contou com medidas de posição e dispersão que possibilitaram uma melhor compreensão dos dados. Essa etapa também contou com a técnica da análise de *cluster* (agrupamentos), que consiste na identificação de similaridades (homogeneidade interna) entre as observações analisadas, a partir de critérios preestabelecidos pelos pesquisadores (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Para os testes estatísticos, tornou-se necessário utilizar a abordagem não paramétrica de Wilcoxon. Isso porque o teste de normalidade de Shapiro-Wilk indicou que os dados não apresentavam uma distribuição normal, tanto para a variável ETR quanto CashETR, conforme evidências apresentadas na Tabela 1.

O teste não paramétrico de Wilcoxon, também denominado de Wilcoxon-Mann-Whitney, utiliza a construção de postos (*rankings*) dos valores obtidos combinando-se duas amostras. Esse teste é considerado alternativa do teste T de Student, quando se tem dados de amostras independentes com distribuições que não seguem a normal (KOMATSU, 2017). Para a condução das análises descritivas e estatísticas, foi utilizado o software Stata14®.

4. Síntese dos Resultados

Conforme descrito na metodologia, o presente estudo utilizou o conjunto de dados das empresas listadas na B3 que apresentaram todas as informações sobre o fluxo de caixa, necessárias para o cálculo dos estágios do ciclo de vida organizacional, e tributárias, necessárias para o cálculo da ETR e CashETR. Nesse sentido, na Tabela 2, está apresentado

Tabela 1: Resultado do teste de normalidade de Shapiro-Wilk

Variável	Obs.	W	V	z	Prob>z
ETR	1.629	0,0246	959,77	17,33	0,0000
CashETR	1.629	0,1510	835,40	16,98	0,0000

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 2: Número de observações da pesquisa por ano

Ano	N.º de obs.	Ano	N.º de obs.
2010	99	2016	119
2011	98	2017	142
2012	110	2018	174
2013	120	2019	181
2014	119	2020	169
2015	110	2021	188
Total		1.629	

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 3: Número de observações por estágio de ciclo de vida

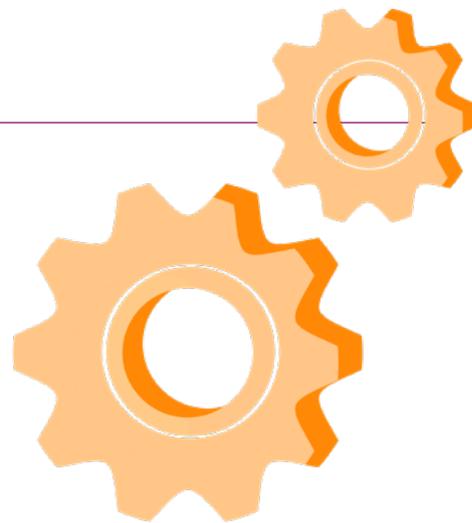
Ano	N.º de observações		Total
	0	1	
CV Introdução	1.498	131 (8%)	1.629
CV Crescimento	1.133	496 (31%)	1.629
CV Maturidade	876	753 (46%)	1.629
CV Shake-out	1.446	183 (11%)	1.629
CV Declínio	1.563	66 (4%)	1.629

Fonte: elaborado pelos autores.

o número de observações coletadas pela pesquisa para cada ano de análise (2010-2021), considerando as entidades com informações completas na base de dados Refinitiv®. Como é possível notar, o ano com menos dados foi 2011, com 98 observações. Em contrapartida, 2021 mostrou-se o ano com mais dados na amostra final do estudo, com 188 observações. Ao todo, portanto, a análise de dados contou com 1.629 observações.

Na Tabela 3, estão apresentadas as categorias formadas a partir da metodologia proposta pela pesquisa, baseada em Dickinson (2011). Tendo em vista a classificação baseada na estrutura dos dados do fluxo de caixa das entidades, foi possível segregar as entidades que estavam, nos respectivos períodos de análise (2010-2021), classificadas em um dos cinco estágios Ciclo de Vida (CV) organizacional, a saber: CV Introdução, CV Crescimento, CV Maturidade, CV Shake-out e CV Declínio.





Na Tabela 3, as observações que foram classificadas nos respectivos CVs estão indicadas na coluna 1, enquanto na coluna 0 estão aquelas classificadas nos demais estágios. Tendo em vista que não há dupla classificação para uma mesma observação, pode-se notar que o somatório da coluna 1 perfaz o total de 1.629 observações. Sendo assim, é possível notar que no estágio da CV Introdução existiram 131 observações no contexto da amostra, considerando todos os anos de análise (2010-2021). No estágio do CV Crescimento, o número total de observações foi de 469. Para CV Maturidade, foi possível encontrar a maior participação, com 753 observações. No estágio CV *Shake-out*, havia 183 ocorrências para o período de análise. Por fim, para o CV Declínio, foram obtidas 66 observações.

Na Tabela 4, estão apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas como métricas da agressividade fiscal das entidades da amostra. Conforme definido no capítulo da metodologia, quanto menores os indicadores da ETR e da CashETR, maior a agressividade fiscal da observação em questão. Sendo assim, conforme dados apresentados na Tabela 4, as médias da ETR e da CashETR foram, respectivamente 0,6238 e 0,3712 unidades.

Além disso, é possível notar que existe uma variabilidade considerável para o conjunto de dados dessas duas variáveis, principalmente para a ETR, tendo em vista os nú-

meros obtidos para o desvio-padrão e a amplitude (diferença entre o valor máximo e mínimo). É importante destacar que as análises foram conduzidas considerando todos os dados coletados, sem exclusão de *outliers*. Contudo, para verificar os efeitos de possíveis valores extremos, foi realizada uma análise de robustez dos achados por meio da técnica de winsorização.

Na Tabela 5, estão apresentadas as estatísticas descritivas para a ETR e a CashETR, considerando os diferentes estágios do ciclo de vida das organizações analisadas. Como é possível notar, no caso da ETR, as menores médias foram obtidas para o estágio CV Declínio e a maior para o CV Maturidade. Contudo, também foi possível notar que, no caso do CV Maturidade, o desvio-padrão mostrou-se significativamente elevado, o que indica que o grupo apresenta maior dispersão das informações.

No caso da CashETR, em contrapartida, os dados demonstrados na Tabela 5 indicam que o estágio CV Maturidade foi o que apresentou, em média, o maior nível de agressividade fiscal, já que a medida obtida para o grupo foi de 0,3015. Em contrapartida, o estágio CV Intro-

dução foi aquele com o menor nível de agressividade, em média, já que a métrica obtida para o grupo foi de 0,6604.

Comparativamente aos dados da ETR, é possível notar, ainda, que a variável CashETR apresenta uma menor dispersão para os grupos CV Introdução, CV Crescimento e CV Maturidade, uma vez que os desvios-padrão desses estágios se mostraram menores na segunda variável de análise. Conforme destacam Hanlon e Heitzman (2010), a CashETR possui algumas vantagens em relação à ETR, na medida em que considera apenas o desembolso realizado pelas entidades. A ETR, por considerar as provisões tributárias que geram despesas no exercício, pode apresentar maiores oscilações em função de sua natureza de reconhecimento e mensuração contábeis.

Tabela 4: Estatística descritiva das variáveis de agressividade fiscal

Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ETR	1.629	0,6238	8,4382	0,0000	330,997
CashETR	1.629	0,3712	1,5162	0,0000	39,0749

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 5: Estatística descritiva da agressividade fiscal por estágio do ciclo de vida organizacional

Ano	ETR					CashETR				
	Obs.	Média	Desv. Pad.	Mín.	Máx.	Obs.	Média	Desv. Pad.	Mín.	Máx.
CV Introdução	131	0,7490	4,7793	0,0070	54,7232	131	0,6604	2,6803	0,0000	26,9316
CV Crescimento	496	0,4934	2,3946	0,0039	43,3372	496	0,3214	0,8556	0,0000	9,775629
CV Maturidade	753	0,7649	12,0815	0,0000	330,997	753	0,3015	0,8301	0,0000	12,29265
CV <i>Shake-out</i>	183	0,4075	1,2322	0,0006	11,5143	183	0,5348	3,0110	0,0000	39,07493
CV Declínio	66	0,3441	0,6643	0,0068	4,92717	66	0,5128	1,9853	0,0000	16,07799

Fonte: elaborado pelos autores.

“Com o objetivo de testar a hipótese de pesquisa apresentada pelo estudo, foi estimado o teste de diferença de distribuição, a partir da estatística de Wilcoxon, para cada variável de agressividade fiscal (ETR e CashETR), considerando os diferentes estágios do ciclo de vida organizacional.”

Com o objetivo de testar a hipótese de pesquisa apresentada pelo estudo, foi estimado o teste de diferença de distribuição, a partir da estatística de Wilcoxon, para cada variável de agressividade fiscal (ETR e CashETR), considerando os diferentes estágios do ciclo de vida organizacional. Os resultados dessa etapa da pesquisa encontram-se na Tabela 6. É importante destacar que os dados apresentados na coluna da probabilidade, na Tabela 6, contemplam a análise unicaudal do teste estatístico empregado, em função da natureza da investigação.

Sendo assim, a partir da análise da Tabela 6, é possível notar que o único grupo que apresenta diferenças estatisticamente significativas, ao nível de 10%, para as variáveis utilizadas como métricas para a agressividade fiscal é o estágio CV Maturidade e, especificamente, para a variável CashETR. Isso indica que, para o grupo em questão, pode-se rejeitar a hipótese nula do teste de Wilcoxon de que as amostras provêm de populações com médias iguais. Para todos os demais estágios, não houve significância estatística a 1%, 5% ou 10%, não sendo possível rejeitar a hipótese nula do teste de Wilcoxon.

Apesar desses resultados, a evidência obtida para a CV Maturidade corrobora a hipótese de

Tabela 6: Resultado do teste de Wilcoxon para a ETR e a CashETR por ciclo de vida (N=1.629)

Variáveis	ETR		CashETR	
	z	Prob. (one tailed)	z	Prob. (one tailed)
CV Introdução	0,380	0,3519	0,511	0,3048
CV Crescimento	-0,923	0,1781	0,940	0,1737
CV Maturidade	-0,220	0,4129	-1,579	0,0572*
CV Shake-out	0,668	0,2521	0,463	0,3219
CV Declínio	1,117	0,1321	0,353	0,3620

Nota: *P-valor < 10%.

Fonte: elaborado pelos autores.

pesquisa de que existe diferença estatisticamente significativa para a agressividade fiscal das entidades de capital aberto no Brasil, tendo em vista os diferentes estágios do ciclo de vida. A significância apresentada pelos testes estimados, contudo, indica que a evidência ainda é incipiente, o que demanda análises futuras mais profundas. De acordo com Martinez e Basseti (2016), as empresas no CV Maturidade buscam minimizar seus custos, têm ganhos maiores e possuem menores oportunidades de realizar investimentos. Nesse contexto, a maior agressividade tributária nesse grupo, como a verificação para o caso da CashETR, pode se

apresentar como uma oportunidade de garantia da gestão de caixa.

Para verificar o impacto de possíveis *outliers* nos resultados alcançados pela pesquisa, procedeu-se à técnica de winsorização dos dados da amostra, considerando os limites de 1%-99% e 5%-95%. Essa técnica consiste em aparar os valores extremos, e substituí-los pelos valores menores e maiores remanescentes na distribuição (BARNETT; LEWIS, 1994). Nos dois casos, contudo, os resultados do teste estatístico de Wilcoxon mantiveram-se os mesmos daqueles apresentados na Tabela 6, ou seja, apenas o resultado do CV Maturidade permitiu a rejeição da hipótese nula do teste ao nível de 10%.

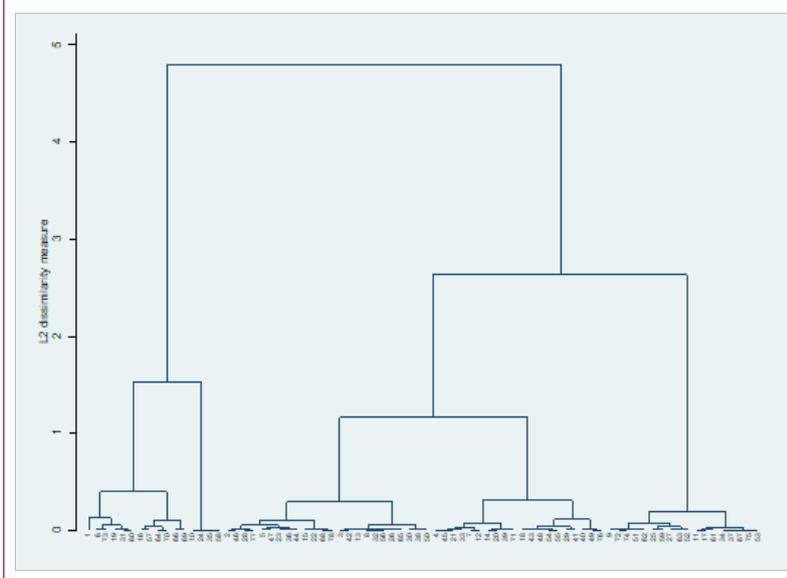
Adicionalmente, em busca de uma maior compreensão do perfil que compõe as entidades do estágio CV Maturidade, procedeu-se à criação de uma análise de *cluster* para o grupo, considerando apenas as informações do último ano de análise (2021) e a variável CashETR, que apresentou diferença estatisticamente significativa para o grupo em questão. A restrição para um único ano de análise se mostrou importante em função das possíveis repetições de empresas nesse estágio do ciclo de vida ao considerar todo o período abrangido pela investigação.

Na Figura 1, está apresentado o dendrograma formado a partir da variável CashETR e considerando o conjunto de 78 empresas que foram classificadas em 2021 como CV Maturidade. Como é possível notar, a formação dos primeiros grupos se dá em uma distância euclidiana (L2) muito próxima a zero, o que indica uma alta homogeneidade para da amostra utilizada. Na distância euclidiana de 2, é possível notar a formação de três grandes grupos, dentre as entidades classificadas no estágio CV Maturidade para o ano de 2021.

No Quadro 3, estão apresentadas as empresas que compõem cada um dos três grupos formados no dendrograma, ao considerar a distância euclidiana igual a 2. Como é possível notar, o grupo com maior ocorrência é o segundo com 44 companhias. Apesar de apresentar entidades de diferentes setores, é possível notar, nesse *cluster*, a presença de grandes indústrias como a Gerdau, Vale, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais e Braskem.



Figura 1: Dendrograma de empresas CV Maturidade em 2021 (N=78)



Quadro 3: Empresas CV Maturidade por *clusters* (N=78)

Grupo	Empresas
1 (N=16)	Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Wilson Sons Holdings Brasil; Companhia Brasileira de Distribuição; Fleury; Raia Drogasil; Centro de Imagem Diagnósticos; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Ser Educacional; Companhia de Saneamento do Paraná; C&A Modas; Technos; CSU Digital; Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro; Banco Alfa de Investimento; Odontoprev; BRB Banco de Brasília.
2 (N=44)	Direcional Engenharia; Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais; Whirlpool; SLC Agrícola; Dexco; Gerdau; Frax-le; Helbor Empreendimentos; Mills Locação Serviços e Logística; Eletrobras Participações; CPFL Energia; Kepler Weber; Banco Santander Brasil; Ambev; Klabin; Vale; Moura Dubeux Engenharia; Boa Vista Serviços; Mahle Metal Leve; Vivara Participações; Ouro Fino Saúde Animal Participações; WEG; Banco Mercantil de Investimentos; Sendas Distribuidora; Randon Implementos e Participações; Aliansce Sonae Shopping Centers; Gerdau; JBS; Instituto Hermes Pardini; Taurus Armas; Tegma Gestão Logística; Companhia Energética do Rio Grande do Norte; Engie Brasil Energia; Santos Brasil Participações; Guararapes Confecções; Neogrid Participações; Porto Seguro; Multiplan Empreendimentos Imobiliários; Braskem; Unipar Carbocloro; Centrais Elétricas de Santa Catarina; WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos; Lojas Quero-Quero; Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares.
3 (N=18)	Arezzo Indústria e Comércio; Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos; Suzano; Vulcabras; Tupy; Bombril; M. Dias Branco; Excelsior Alimentos; JHSF Participações; Tim; Eneva; SYN Prop e Tech; Mangels Industrial; Afluente Transmissão de Energia Elétrica; Quality Software; Enauta Participações; Alupar Investimento; Bradespar.

“Esta pesquisa objetivou analisar a relação dos níveis de agressividade fiscal e os diferentes estágios do ciclo de vida das empresas listadas na B3. Para isso, foram utilizados dados do período de 2010 a 2021 de todas as empresas que possuíam as informações necessárias para a construção das métricas utilizadas no estudo.”

Adicionalmente, ainda pela análise do Quadro 3, é possível notar que os demais grupos apresentaram um conjunto próximo de observações, 16 e 18, respectivamente. No Grupo 1, também estão entidades de grupos diversos, com destaque para empresas de infraestrutura, como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro. Finalmente, no Grupo 3, também diversificado em relação ao setor de atuação das entidades, destacam-se as companhias com atuação direta ao consumidor final, como Arezzo Indústria e Comércio, Bombril e Tim.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou analisar a relação dos níveis de agressividade fiscal e os diferentes estágios do ciclo de vida das empresas listadas na B3. Para isso, foram utilizados dados do período de 2010 a 2021 de todas as empresas que possuíam as informações necessárias para a construção das métricas utilizadas no estudo. Sendo assim, ao todo, foram utilizadas 1.629 observações. A partir de análises

descritivas, formação de *cluster* e testes de médias foi possível chegar a algumas considerações.

A primeira evidência levantada pelo estudo foi a classificação, seguindo as definições de Dickinson (2011), de maior parte da amostra utilizada pela investigação no grupo de CV Maturidade (46%), seguido pela CV Crescimento (31%). Esses resultados são positivos, na medida em que sinalizam que grande parte das empresas listadas na B3 estão em estágios do ciclo de vida que permitem bons resultados para os investidores. Em contrapartida, as empresas do CV Introdução (8%), CV *Shake-out* (11%) e CV Declínio (4%), apesar de presentes, apresentaram pouca participação relativa na amostra do estudo.

De forma geral, os resultados corroboram a hipótese de pesquisa da investigação, de que existe diferença estatisticamente significativa para a agressividade fiscal das entidades de capital aberto no Brasil, considerando os diferentes estágios do ciclo de vida das organizações. Apesar de ser possível verificar relação estatisticamente significativa entre agressividade fiscal e o estágio do ciclo de vida das empresas, esse resultado só foi obtido para a variável CashETR, que considera a taxa de tributação efetivamen-



te paga pelas entidades. A variável ETR, que também foi utilizada como *proxy* para agressividade fiscal neste estudo, não se mostrou estatisticamente significativa para nenhum dos grupos analisados.

Como limitações do estudo, destaca-se a não consideração da evolução temporal nas análises empregadas. Nesta investigação, que contou com observações de 2010 a 2021, os dados foram tratados de forma empilhada. Sendo assim, uma mesma empresa poderia aparecer em diferentes períodos como dados distintos. Para estudos futuros, portanto, pode ser relevante utilizar técnicas mais robustas, como dados em painel, que permitem aprofundar nas análises aqui iniciadas. Adicionalmente, pode ser positivo buscar analisar outros fatores explicativos para a agressividade fiscal, em conjunto com os estágios do ciclo de vida das organizações.

Referências

- AKBAR, A.; AKBAR, M.; TANG, W.; QURESHI, MA. Is Bankruptcy Risk Tied to Corporate Life-Cycle? Evidence from Pakistan. *Sustainability*, v. 11, n. 3, p. 1-22, 2019.
-
- BARNETT, V.; LEWIS, T. *Outlier in statistical data*. 3 ed. John Wiley, 1994.
-
- BOTELHO, J. M.; CRUZ, V. A. G. *Metodologia científica*. Pearson, 2013.
-
- CAMPINHO, S. *Plano de recuperação judicial – formação, aprovação e revisão*. Editora Saraiva, 2021.
-
- CHAGAS, E. E.; LENZA, P. *Esquematizado – direito empresarial*. 8 ed. Editora Saraiva, 2021.
-
- CHEN, S.; CHEN, X.; CHENG, Q.; SHEVLIN, T. Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, v. 95, n. 1, p. 41-61, 2010.
-
- CREPALDI, S. A. *Planejamento tributário*. 4ed. Editora Saraiva, 2021.
-
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Artmed, 2010.
-
- DAMASCENA, L. G.; FRANÇA, R. D.; LEITE FILHO, P. A. M.; PAULO, E. Restrição financeira, taxa efetiva de impostos sobre o lucro e os efeitos da crise nas empresas de capital aberto listadas no B3. *Revista Universo Contábil*, v. 13, n. 4, p. 155-176, 2018.
-
- DANG, V. C.; TRAN, X. H. The impact of financial distress on tax avoidance: An empirical analysis of the Vietnamese listed companies. *Cogent Business & Management*, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2021.
-
- DHAWAN, A.; Ma, L.; KIM, M. H. Effect of corporate tax avoidance activities on firm bankruptcy risk. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, v. 16, n. 2, p. 1-23, 2020.
-
- DICKINSON, V. Cash flow patterns as a proxy for firm life cycle. *The Accounting Review*, v. 86, n. 6, p. 1969-1994, 2011.
-
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil, 2017.
-
- FRANÇA, R. D.; DAMASCENA, L. G.; DUARTE, F. C. L.; LEITE FILHO, P. A. M. Influência da restrição financeira e da crise financeira global na Effective Tax Rate de empresas latino-americanas. *Journal of Globalization, Competitiveness and Governability*, v. 12, n. 1, p. 93-108, 2018.
-
- GORT, M.; KLEPPER, S. Time Paths in the Diffusion of Product Innovations. *The Economic Journal*, v. 92, n. 367, p. 630-653, 1982.
-
- KOMATSU, A. V. Comparação dos poderes dos testes t de student e Mann-Whitney Wilcoxon pelo método de Monte Carlo. *Revista da Estatística Ufop*, v. 6, p. 121-127, 2017.
-
- HABIB, A.; HASAN, M. M. Corporate life cycle research in accounting, finance and corporate governance: a survey, and directions for future research. *International Review of Financial Analysis*, v. 61, p. 188-201, 2019.
-
- HANLON, M.; HEITZMAN, S. A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n 2-3, p. 127-178, 2010.
-
- HASAN, M. M.; AL-HADI, A.; TAYLOR, G.; RICHARDSON, G. Does firm's life cycle explain its propensity to engage in corporate tax avoidance? *European Accounting Review*, v. 26, n. 3, p. 469-501, 2017.
-
- JENKINS, D. S.; KANE, G. D.; VELURY, U. The Impact of the Corporate Life Cycle on the Value Relevance of Disaggregated Earnings Components. *Review of Accounting and Finance*, v. 3, n. 4, p. 5-20, 2004.
-

LESTER, D. L.; PARNELL, J. A.; CARRAHER, S. Organizational life cycle: A five-stage empirical scale. *The International Journal of Organizational Analysis*, v. 11, n. 4, p. 339-354, 2003.

LUKASON, O.; CAMACHO-MIÑANO, M. D. M. Bankruptcy risk, its financial determinants and reporting delays: Do managers have anything to hide? *Risks*, v. 7, n. 3, p. 1-15, 2019.

MARCHESI, R. F.; ZANOTELI, E. J. Estado da arte da pesquisa em agressividade fiscal. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, v. 1, n. 1, p. 42-58, 2018.

MARTINEZ, A. L.; BASSETTI, M. Ciclo de vida das empresas, book-tax differences e a persistência nos lucros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 10, n. 2, p. 148-162, 2016.

MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: um survey da literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 11, ed. esp., p. 106-124, 2017.

MARTINEZ, A. L.; SILVA, R. Restrição Financeira E Agressividade Fiscal Nas Empresas Brasileiras De Capital Aberto. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, v. 11, n. 3, p. 448-463, 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 3 ed. Atlas, 2016.

MOREIRA, C.S.; QUEIROZ, D. B.; LEITE FILHO, P. A. M.; MARTINS, O. S. Estágios de ciclo de vida e risco de falência: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Anais do 21º USP International Conference in Accounting*, São Paulo, 2021.

RICHARDSON, G.; LANIS, R.; TAYLOR, G. Financial distress, outside directors and corporate tax aggressiveness spanning the global financial crisis: An empirical analysis. *Journal of Banking & Finance*, v. 52, p. 112-129, 2015.

SHAMSUDIN, A.; KAMALUDDIN, A. Impending Bankruptcy: Examining Cash Flow Pattern of Distress and Healthy Firms. *Procedia Economics and Finance*, v. 31, p. 766-774, 2015.

SILVA, J. M. D. *A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SMITH, M. *Research methods in accounting*. Sage Publications Ltd, 2014.

TERRENO, D. D.; SATTler, S. A.; PÉREZ, J. O. Las etapas del ciclo de vida de la empresa por los patrones del estado de flujo de efectivo y el riesgo de insolvencia empresarial. *Contabilidad y Negocios*, v. 12, n. 23, p. 22-37, 2017.





O uso da tecnologia na contabilidade brasileira e a perspectiva para o futuro

A pesquisa aborda a percepção dos contadores brasileiros acerca do uso da tecnologia na prática contábil. Foram validados 244 respondentes e buscou-se compreender como esses profissionais utilizam a tecnologia a seu favor e quais são os desafios para o futuro da profissão contábil. Os dados foram coletados via escala Likert, e, com uso da estatística descritiva, chegou-se aos seguintes achados: a) 6,2% dos contadores atuam sem uso de sistema contábil; b) 60,5% utilizam sistemas contábeis para apurar impostos; c) existe espaço para o crescimento da contabilidade digital, à medida que 45,7% dos contadores não indicam nenhum sistema de gestão financeira; d) 83% acreditam que a excelência do serviço contábil se dá pelo uso de diversos sistemas integrados; e) 74,8% se julgam conhecedores de sistemas contábeis; f) 72,9% concordam que os Speds estão mais fáceis de manusear; g) 88,7% afirmam se interessar por ferramentas tecnológicas voltadas para a prática contábil e/ou fiscal; h) 95,7% concordam que o profissional da contabilidade do futuro tem viés altamente tecnológico com entrega de informações relevantes; i) 90,3% concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface do Governo com o intuito de enviar essas informações; e j) 62% acreditam que a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital. O uso da tecnologia é de extrema relevância para mitigar erros, minimizar retrabalhos, eliminar tarefas manuais, obter ganho de escala na empresa contábil, gerar informações tempestivas para o gestor do negócio, prestar informações confiáveis para o Governo, além de outros benefícios. A pesquisa evidencia que o uso da tecnologia na contabilidade com sistemas integrados beneficia a entrega de relatórios contábeis tempestivos, a redução do trabalho manual e melhora, substancialmente, a entrega de obrigações acessórias para o Fisco.

Fellipe Matos Guerra

Contador e advogado tributarista, é pós-doutor em e-Government e em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa em Portugal. Possui doutorado reconhecido no Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Membro da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará. É coordenador e professor de pós-graduação no IPOG Brasil e autor, coautor e/ou coordenador de 12 obras nas áreas de Contabilidade, Tributos e Empreendedorismo. Sócio-fundador do Grupo Compliance, é presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (gestão 2022-2023).
E-mail: fellipe@compliance-ce.com.br

Luis Borges Gouveia

Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa, doutor em Ciência da Computação pela Universidade Lancaster e mestre em Engenharia Eletrônica.
E-mail: lmbg@ufp.edu.pt

1. Introdução

Conforme Guerreiro (2022), pesquisas acadêmicas que tratam sobre a prática contábil têm sido feitas de forma incipiente. No Editorial do volume 33 e de número 90 da Revista Contabilidade & Finanças da Universidade de São Paulo (USP), o autor expôs essa reflexão sobre as pesquisas em Contabilidade que não são utilizadas para a prática da profissão contábil ou que minimamente versam sobre ela.

A Contabilidade é uma ciência social aplicada que tem por objeto de estudo o patrimônio das entidades, e seu aumento ou declínio está relacionado intrinsecamente ao critério adotado para o reconhecimento e a mensuração de ativos e passivos. A ideia de pesquisar a prática contábil, proposta nesta pesquisa, busca verificar a dificuldade dos contadores brasileiros no uso de tecnologias. O trabalho do contador está cada vez mais atrelado ao uso da tecnologia, sendo esta fundamental para melhorar a *performance* do profissional da contabilidade, minimizar erros e

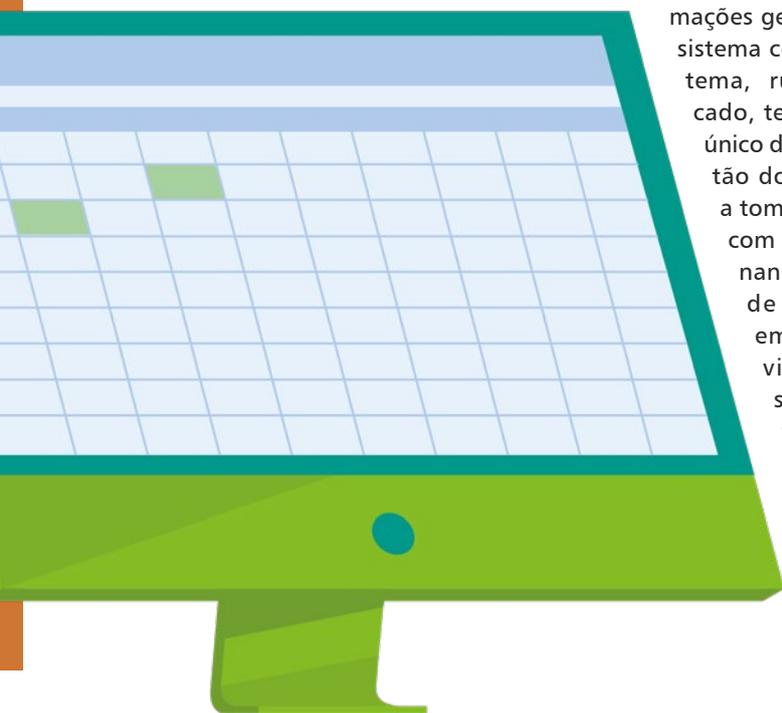
retrabalhos e melhorar o envio de informações confiáveis da empresa para o Governo (CASTRO et. al., 2022). Dessa forma, frisa-se que a Contabilidade é uma ciência social pautada em critérios técnicos e capitaneada por características qualitativas fundamentais e de melhoria, também chamada de princípios contábeis, antes da vigência do CPC00.

A Contabilidade sempre teve como escopo central ser útil e relevante para a tomada de decisões e auxiliar a gestão das empresas, especificamente no que diz respeito às decisões financeiras, ao desempenho organizacional e à lucratividade. Desde os primórdios da civilização, são adotados os critérios contábeis para a mensuração de desempenho para as atividades empresariais, e a Contabilidade vem sendo utilizada largamente como um sistema de informação (SÁ, 2006).

Apesar de esse sistema de informação ter sido aprimorado ao longo dos anos, a geração da informação financeira e econômica para a tomada de decisão sempre foi a essência das informações geradas por esse sistema contábil. Tal sistema, rude ou sofisticado, tem o propósito único de auxiliar a gestão do negócio para a tomada de decisão com informações financeiras, fiscais e de desempenho empresarial. Obviamente, esse sistema de informação contábil é tão antigo quanto a humanidade e foi utilizado antes mesmo da escrita,

sendo hoje regido por um sistema contábil informatizado, apoiado no uso de sistemas e *software*. Na atualidade, a tecnologia é parte integrante na prestação do serviço contábil, cujos sistemas de informação contábil são ferramentas essenciais para o gerenciamento das informações financeiras de uma empresa. Esses sistemas permitem que os dados contábeis sejam inseridos, armazenados e processados eletronicamente, de forma mais eficiente e precisa do que seria possível com registros manuais (STAIR; REYNOLDS, 2023).

O sistema contábil é apoiado por ambiente tecnológico com o uso de diversos sistemas e *softwares*. Aliás, não faltam pesquisas recentes que descrevem como a tecnologia é forte aliada à prática contábil, podendo ser citadas as pesquisas de Avelar, et. al., 2021; Belanda e Gênova, 2021; Silva et. al., 2020. O uso intenso da tecnologia na contabilidade atual, suscita inclusive a ideia de que a profissão contábil irá acabar, o que é uma perspectiva apoiada na tecnologia, a qual despreza, de modo nítido a ideia subjacente de que o serviço contábil é amplamente amparado pela mão de obra qualificada, ou seja, por mais que a tecnologia apoie e facilite a execução do serviço contábil, a consultoria do contador é fator primordial para a prosperidade dos negócios, não bastando penas a inteligência artificial. A tecnologia é meio e, não, fim para a execução do serviço, e a mão de obra qualificada continuará a ser largamente demandada, ainda que os sistemas e a tecnologia sejam aprimorados. Inovações nos sistemas contábeis permitem que a informação contábil seja mais precisa, eficiente e flexível, o que possibilita um melhor gerenciamento das informações financeiras das empresas (MOTA; FREIRE, 2020).



“A Contabilidade sempre teve como escopo central ser útil e relevante para a tomada de decisões e auxiliar a gestão das empresas, especificamente no que diz respeito às decisões financeiras, ao desempenho organizacional e à lucratividade.”

O uso da tecnologia impacta de modo direto as rotinas das organizações contábeis, visto que a demanda de trabalho do contador é apurar informações contábeis e tributárias da empresa para reportá-las ao Governo. A automatização dos processos contábeis é uma tendência cada vez mais presente no ambiente empresarial (CARDOSO, 2020). O trabalho rotineiro do contador de enviar informações para o Governo traz consigo certa complexidade, a qual se dá por vários motivos. O primeiro está relacionado ao sistema operacional disponibilizado pelo Governo, o que, muitas vezes, provoca erro na geração dos arquivos; já o segundo está relacionado ao uso do sistema contábil por parte do contador, o qual pode corromper arquivos no sistema do Governo o que também implica a geração de erros dessas informações da empresa para o Governo. Para a atuação mais assertiva do contador, é necessário o manuseio de informações, o envio delas para o Governo através do uso de sistemas e a da integração de dados pelo uso da tecnologia da informação, em que se buscam maior precisão e confiabilidade no que diz respeito às informações financeiras enviadas pela empresa ao Governo (CASTRO et. al., 2022).

2. Metodologia da Pesquisa

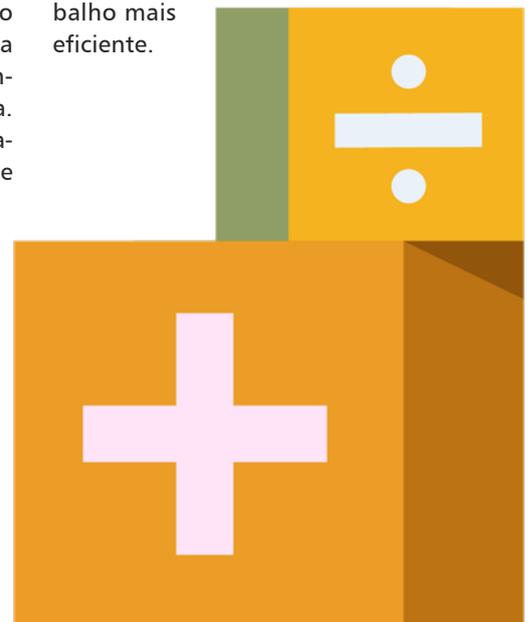
2.1 Problematização

A contabilidade é fonte de informação para diversos usuários, entre eles o Governo. Certamente, toda empresa entregará informações de diversas áreas de sua atuação empresarial, as quais possuem formato padrão e são fornecidas pelo contador à medida que o Governo solicite e exija que determinadas informações sejam disponibilizadas pela empresa.

O objetivo deste trabalho é apurar como a tecnologia utilizada tem trazido benefícios para a atuação do profissional da contabilidade, bem como discutir a percepção dos contadores acerca do futuro da profissão em um cenário altamente dependente da tecnologia. Diversas organizações contábeis fazem uso de sistemas contábeis, que têm o objetivo de preparar as informações para o Governo e, por isso, esta pesquisa aborda a perspectiva de futuro, a qual aponta as consequências esperadas nas rotinas do contador em razão do uso dessa tecnologia.

Posto isso, o problema que esta pesquisa responderá é: De que forma a tecnologia aplicada à prestação de serviços contábeis tem sido utilizada pelos contadores brasileiros?

De forma secundária, este estudo analisará como os contadores brasileiros utilizam as tecnologias de sistemas contábeis para a prestação de serviços. A tecnologia tem sido uma aliada na execução de serviços em diversas áreas de atuação, e isso não é diferente na área contábil. Várias empresas de tecnologia ofertam sistemas para empresas contábeis com o intuito de agilizar processos, gerar confiabilidade e otimizar tarefas. A rotina contábil é afetada pela utilização da tecnologia, e tal uso é uma opção feita pelo contador para tornar seu trabalho mais eficiente.



2.2 Coleta e Tratamento dos Dados

Para responder ao problema da pesquisa, foi utilizada como instrumento para a coleta de dados a técnica de entrevista com perguntas abertas e fechadas aos profissionais de contabilidade que atuam no Brasil. Em um universo de 526.079 profissionais da contabilidade registrados no país, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2022), 258 respondentes fizeram parte deste estudo, sendo validados 244 formulários.

A entrevista com os respondentes foi feita através da plataforma Google Forms, a qual disponibiliza o formulário de pesquisa gratuito e de elevada confiabilidade, o que permite coletar vários tipos de respostas, abertas e/ou fechadas. A técnica da entrevista com o uso de formulários é largamente utilizada em pesquisas, e pode, inclusive, produzir conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno (ROSA; ARNOLDI, 2006).

O formulário de pesquisa foi aplicado no formato da escala Likert, com 5 possíveis respostas, e o respondente deveria escolher apenas uma delas. Dessa forma, por meio dessa escala, buscou-se compreender o nível do uso da tecnologia para a prestação de serviços contábeis na população pesquisada.



Fonte: Botelho (2022).

Considerando a escala Likert com possibilidade de respostas com números ímpares, foi utilizada a régua com 5 possíveis respostas, a saber: 1) Discordo totalmente; 2) Discordo; 3) Indiferente; 4) Concordo; 5) Concordo totalmente, conforme a Figura 1. Além das perguntas com respostas no formato da escala Likert, foi permitido, em determinada questão, que o respondente desse sua opinião acerca das maiores dificuldades ao enviar informações contábeis e fiscais para o Governo.

O formulário contém perguntas abertas, tendo sido eliminados da coleta os profissionais que marcaram a opção inicial “não atuam na contabilidade.” Com isso, foi assegurado que somente os que enviam informações para o Governo são contadores atuantes e estão aptos a participar da pesquisa. Em seguida, foram feitas diversas perguntas relacionadas ao uso da tecnologia no envio de informações contábeis e fiscais.

Algumas empresas de sistemas e *softwares* contábeis fazem parte do escopo de perguntas desta pesquisa, e o critério adotado para a escolha delas foi o elevado impacto comercial no mercado. Existem diversas entidades ofertando soluções e tecnologia para empresas contábeis, e sabemos que algumas ficaram fora desta pesquisa, mas certamente não seria possível incluir todas elas.

2.3 Tipologia da Pesquisa

Esta pesquisa se classifica como exploratória, de acordo com a abordagem da taxonomia de Vergara

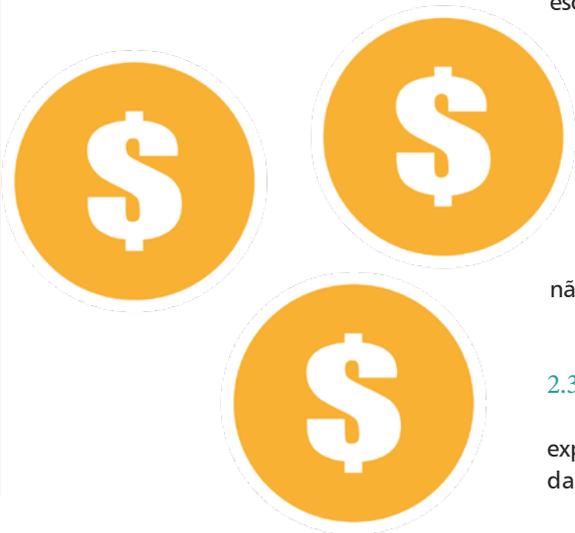
(2015), e tem como objetivo central familiarizar-se com o assunto e obter uma compreensão mais profunda dos principais conceitos, das variáveis e das questões envolvidas. Como em qualquer pesquisa exploratória, não se tem por objetivo chegar a conclusões definitivas ou estabelecer relações causais, mas, sim, gerar hipóteses ou direcionamentos para pesquisas futuras.

Em relação à técnica utilizada, essa foi feita por meio de entrevistas com especialistas no assunto em questão, o que permite, com base nas opiniões desses profissionais, conclusões mais assertivas. A escolha de escala Likert se dá pela sua utilização em larga escala em pesquisas sociais que buscam compreender a opinião de especialistas.

3. Revisão da Literatura

3.1 Contabilidade como Sistema de Informação

A contabilidade é um sistema de informação que deve gerar dados para a gestão da empresa, para o Governo e para a sociedade, que são alguns dos usuários da informação contábil. Há diversos usuários dessas informações e cada um deles anseia por um tipo diferente de dado. Um sistema de informação contábil, de acordo com Xavier, Carraro e Rodrigues (2020, p. 36), “registra, processa e relata transações para fornecer informações, financeiras e não financeiras, para tomar decisões e ter níveis apropriados de controles internos dessas operações”.



“A contabilidade digital vem ganhando cada vez mais espaço e, nesse modelo de negócio, o empresário faz, no sistema, a conciliação bancária, a fim de facilitar o trabalho do contador.”

No que se refere, especificamente, à informação contábil entregue ao Governo, percebe-se que ela deve conter uma série de requisitos legais e de confiabilidade, sendo gerada pelo profissional da contabilidade. Essas informações necessitam estar em conformidade para não gerar problemas, como multas fiscais ou retrabalho, e isso está relacionado ao uso de um bom sistema contábil que garanta maior confiabilidade no tratamento dos dados mencionados. Conforme a Figura 2, o esquema de informações e prestações de contas da empresa é, de maneira resumida, gerar e enviar dados para o Governo através de programas específicos disponibilizados pelo próprio Governo com o uso da internet.

De acordo com Sá (2006), a maneira como a contabilidade tem escripturado os dados financeiros vem mudando desde 1930, mas avançou após 1960, quando se passou a padronizar a forma de escrituração em contas.

Afirmam Silva et. al. (2020, p. 3) “que a partir da década de 1980, houve o surgimento do processo eletrônico, ao qual a escrituração é feita por meio de computadores e microcomputadores, que viabilizam o trabalho da contabilidade, tornando-a mais simples e rápida.” Com a chegada de *softwares* contábeis específicos, além de agilizar a registrar

Figura 2: Modelo básico do envio da informação da empresa para o Governo



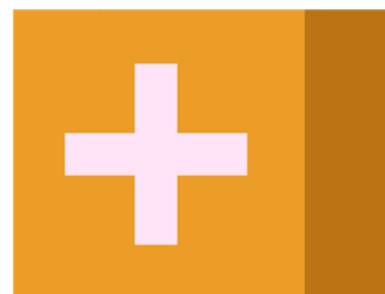
Fonte: Guerra e Borges (2020)

os lançamentos contábeis, os balanços e demonstrativos contábeis são gerados (ANDRADE, 2020). De acordo com Silva et. al. (2020, p. 5):

Enquanto algumas décadas atrás o profissional da contabilidade, conhecido como “guarda-livros”, tinha que possuir apenas o conhecimento das partidas dobradas e da conceituação de contas; já o profissional da atualidade deve possuir o conhecimento adicional de sistemas e tecnologia.

3.2 Contabilidade Digital

A contabilidade digital vem ganhando cada vez mais espaço e, nesse modelo de negócio, o empresário faz, no sistema, a conciliação bancária, a fim de facilitar o trabalho do contador. Na opinião de Filho et. al. (2022, p. 32), “a chegada da era digital é uma das inovações nas áreas de atuação profissional, inclusive



na área contábil; e, seguramente, é o marco mais importante dos tempos atuais”. Na opinião de Staats e Macedo (2021, p. 349), “a contabilidade digital permite que o contador atue de forma consultiva, o que se torna seu grande diferencial, aliado ao relacionamento com o cliente e à integração de sistemas”. Sabe-se que a contabilidade digital foi criada nos Estados Unidos da América (EUA) e possui como conceito o “faça você mesmo”, mas ela apresenta grandes riscos de gerar informações erradas, conforme expõe Breda (2019):

Com início nos Estados Unidos e na Europa, a Contabilidade “Faça você mesmo”, em inglês *Do it yourself* (DIY), vem ganhando espaço no mercado brasileiro. Nessa modalidade, o empresário é responsável por incluir em um sistema interligado ao profissional da contabilidade todas as informações sobre as operações realizadas pela empresa, e é esse processo que tem despertado controvérsias, pois aumenta o risco de distorções nas informações produzidas pelo sistema, uma vez que a inserção dos dados contábeis não é realizada sob a supervisão direta de um profissional da contabilidade.

A tecnologia potencializou a prestação de serviços contábeis de forma digital e, com a chegada da internet e a utilização de *softwares* on-line, a contabilidade digital passou a promover integração do profissional da contabilidade e de seus clientes (ALBUQUERQUE FILHO; LOPES, 2021), o que trouxe mais agilidade e reduziu erros. Filho (2022, p. 34) corrobora essa ideia ao declarar que:

A atividade contábil se torna mais produtiva, célere e apresenta menor possibilidade de erros. Enquanto as demais atividades manuais e, especificamente as com uso do papel, ficam consideravelmente reduzidas. Torna-se importante destacar que, nesse contexto, o profissional de contabilidade não está perdendo espaço no seu mercado de trabalho. Ao contrário, a profissão está ganhando expressão e se tornando promissora frente as atuais exigências e necessidades do mercado.

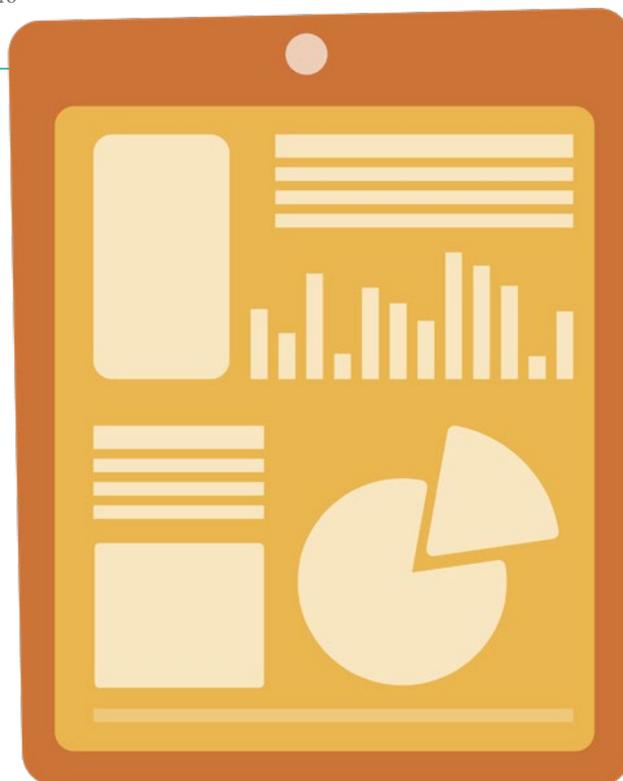
A vantagem do uso da tecnologia e de *software* contábil é que o contador poderá se dedicar às atividades de gestão. O uso de sistemas contábeis facilita as rotinas, cotidianas permitindo ao contador otimizar tarefas. De acordo com Breda (2019):

No campo operacional, os *softwares* de gestão contábil podem otimizar processos e facilitar tarefas rotineiras, deixando mais tempo disponível para que o profissional se dedique à maximização dos resultados da gestão.

Com a chegada da tecnologia e o uso de *softwares* específicos, os profissionais da contabilidade passaram a dedicar tempo ao aprimoramento de suas competências tecnológicas. Houve uma melhora substancial na prestação de contas de informações das empresas para o Governo, à medida que tais informações passaram a ser geradas pelo próprio sistema contábil e inseridas no sistema de obrigações acessórias do Governo. De acordo com Filho (2022, p. 31):

Dessa maneira, nota-se que a modernização do profissional contábil está diretamente ligada a era digital. Os *softwares* impactam na apresentação das demonstrações e organização das obrigações acessórias para os contribuintes de uma maneira mais precisa e transparente, mostrando o aprimoramento dos processos de controle, e com isso tornando as informações acessíveis, através do cruzamento de dados e da auditoria eletrônica.

A contabilidade digital é resultado natural da evolução tecnológica que, de modo célere, vem crescendo e modernizando a forma convencional de executar os serviços de pessoas físicas e jurídicas nas diversas áreas de atividades (HODGE; KENNEDY & MAINES, 2004).



Em relação ao contador do futuro, diante do cenário altamente tecnológico, ele assumirá a função de orientador em um contexto de informações cada vez mais em dados. Nesse sentido, Guerreiro (2021, p. 384) afirma que:

Novos caminhos e oportunidades serão criados, nos quais o futuro do contador assume, por exemplo, o papel de “curador digital” de informações empresariais, proporcionando relevância contextual e orientação através do labirinto de negócios cada vez mais focados em dados.

Essa contabilidade, dita digital, é a prestação de serviços contábeis com entrega de relatórios em tempo real. Essa contabilidade se torna realidade somente com o uso de sistemas, conforme opinam Schapoo e Martins (2022, p. 5):

Na contabilidade digital, como denominam Andrade e Mehlecke (2020), o profissional possui todas as informações do negócio do seu cliente em tempo real, gerando a informação contábil com o auxílio de sistemas integrados em nuvem.

“O Sped foi criado pelo Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), tendo como objetivo melhorar a relação entre Fisco e contribuinte por meio da informatização.”

3.3 Prestação de Contas da Empresa ao Governo

As empresas prestam contas enviando informações contábeis e/ou financeiras, sendo essa uma atribuição do contador. Desde 2007, as empresas brasileiras enviam diversas informações para o Governo através dos programas Speds, os quais devem ser preenchidos com diversas informações.

O Sped foi criado pelo Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), tendo como objetivo melhorar a relação entre Fisco e contribuinte por meio da informatização. De acordo com Duarte (2011, p. 54) o Sped:

[...] é um conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras no sentido de obter informações sobre todas as operações das empresas em formato eletrônico, ou seja, a vigilância em tempo real por parte do fisco.

Na opinião de Guerra (2019, p. 22), “Em uma linguagem mais simplificada, o Sped trata-se de um grande sistema do Governo federal, que foi desenvolvido com o objetivo de receber as informações das empresas”. Ele representa uma evolução no conjunto de

obrigações de natureza acessória, e prima pela modernização da administração tributária, que prioriza agilidade, segurança e eficiência na prestação de informações e no cumprimento das obrigações dos contribuintes.

De acordo com Câmara e Dos Santos (2019, p. 11), “Em decorrência da implantação do Sped, os contribuintes não mais remeterão as informações para cada um dos órgãos fiscalizadores em papel, mas, sim, por meio de sistema digital on-line”.

Com a chegada e a evolução dos sistemas contábeis que auxiliam os contadores a produzirem informações de forma tempestiva às empresas, tem-se também a utilização desse mesmo sistema na geração de arquivos importados para os diversos Speds, os quais são importados para os Speds, para, na sequência, serem enviados ao Governo. Dessa forma, o sistema contábil serve para fornecer informações contábeis para a empresa por meio da geração de livros contábeis de demonstrações contábeis, bem como para produ-

zir arquivos para serem importados para os Speds e, na sequência, para o Governo. Essa linha de pensamento é corroborada por Ferreira (2016, p. 19):

A adoção do SPED pode desencadear consequências para todo o processo de produção da informação e utilização desta, o que poderia remeter a um uso capacitante de um processo de automação contábil.



4. Análise dos Resultados

Este capítulo aborda a análise dos dados da pesquisa, a partir das respostas ao questionário, o que permitirá concluir, no capítulo seguinte, de que forma a tecnologia aplicada à prestação de serviços contábeis tem sido utilizada pelos contadores brasileiros, bem como apurar o nível de adesão à tecnologia por esses profissionais.

Participaram da pesquisa 258 respondentes, mas foram excluídos os que não trabalham efetivamente na área contábil e/ou fiscal. Dessa forma, tornou-se válida para a pesquisa uma amostra de 244 respondentes, que são efetivamente atuantes na contabilidade.

Em relação ao tempo de trabalho na área contábil, a maioria dos respondentes trabalha por mais de 15 anos, o que representa 44,6% dos respondentes aptos. Na sequência, têm-se aqueles que trabalham entre 5 e 10 anos, representando 19,4% da amostra; 18,2% que trabalham a menos de 5 anos na área; e, finalmente, o grupo de 17,8% que trabalha entre 10 e 15 anos na área contábil.

No Brasil, existem diversos sistemas contábeis que auxiliam as organizações contábeis a prestarem os serviços. Esses sistemas são utilizados na geração de arquivos para importação para o programa do Governo, para, na sequência, o contador enviar a informação ao Governo, ou seja, com o intuito de agilizar a informação, utilizam-se sistemas. Como há diversos sistemas disponíveis e cabíveis de serem utilizados, os respondentes da pesquisa declaram que utilizam os sistemas, totalizando 26,7% o sistema Domínio; 22,9% o sistema Fortes; 7,8% o Alterdata; e 6,5% não utilizam ferramentas desse tipo para prestar o serviço contábil. Além disso, 31% dos respondentes utilizam outros sistemas não elen-



cados como possíveis respostas. Os demais sistemas disponíveis para resposta, como SCI, Mastermaq, Prosoft e Nasajon não ultrapassam 2%. Os contadores participantes da pesquisa que não usam sistema acumulam 6,2%.

Quase toda empresa emite nota fiscal, que é o documento probante da operação de venda ou de prestação de serviços. Para cada operação, uma nota é emitida e importada para o sistema contábil, via integração *Application Programming Interface (API)*, a qual auxilia muito o trabalho do contador, pois a tecnologia aplicada nesse método de importação das notas fiscais agiliza a apuração dos impostos, os quais são determinados de acordo com o faturamento da empresa. Nesse quesito, 43% dos respondentes coletam as notas fiscais de venda ou serviços diretamente no sítio do Governo, sendo este um trabalho manual e demasiadamente cansativo. Percebe-se, também, que 5,8% dos contadores participantes do estudo não captam notas fiscais por nenhum tipo de acesso. A maioria dos contadores respondentes não utiliza sistemas para coletar de forma automática as notas. Essa coleta, realizada diretamente no sítio do Governo, torna o trabalho do contador moroso e com muitas etapas a serem seguidas. Na prática, essas notas são salvas e depois importadas para o sistema, e isso traz como consequência um trabalho adicional de inclusão. Apenas 36,4% dos

contadores respondentes utilizam sistema próprio para coletar notas fiscais, o que agiliza o trabalho contábil; 14,7% dos contadores participantes solicitam tais notas para o cliente; e 5,9% dos respondentes não coletam as notas ou as solicitam aos clientes.

A maioria dos contadores, 60,5% dos respondentes, apura os impostos com a utilização de um sistema contábil, e isso é relevante, à medida que o uso da tecnologia ocupa grande espaço nas rotinas contábeis e tributárias. Os dados apurados revelam que 30,2% ainda fazem a conferência do cálculo dos impostos por meio de planilha Excel e 9,3% dos respondentes utilizam apenas a planilha Excel.

Geralmente, os contadores utilizam sistemas financeiros integrados, em que os empresários ou quem eles designem preenchem a plataforma do sistema financeiro e este é integrado à contabilidade. Há diversos sistemas disponíveis que fazem o controle financeiro integrado via API ao sistema contábil. Esses sistemas financeiros, utilizados nas empresas, quando integrados ao sistema contábil do contador, garantem agilidade, confiabilidade e entrega de relatórios contábeis mais precisos. A pergunta formulada na pesquisa mostra que a maioria dos contadores respondentes, 45,7%, não oferece ao empresário nenhum sistema financeiro. Por outro lado, os contadores que indicam sistemas financeiros para integrar à contabilidade representam números tímidos, o que evidencia um grande mercado para prosperar. O sistema financeiro ERP mais indicado é o Conta Azul, o qual alcança o índice de 14,7%, seguido pelo sistema Omie, que alcançou 14,3%. Outros sistemas indicados pelos contadores, mas não elencados nesta pesquisa alcançam 16,3%. Já os sistemas Nibo, eGestor e QuickBooks não ultrapassam 2%.

A Tabela 1 indica as perguntas e respostas no formato de escala Likert, cujas respostas estão em percentual. Esse tipo de abordagem permite apurar a opinião de especialistas e fazer inferências acerca da adesão, ou não, desse especialista à pergunta.

A primeira pergunta evidencia que 83% dos respondentes concordam que, para prestar um bom serviço contábil, é necessário utilizar diversos sistemas contábeis de forma integrada. Apenas 10% dos contadores pesquisados discordam dessa afirmativa. Isso revela que é unânime a ideia de que, para prestar um bom serviço contábil, é necessário utilizar sistemas.

Em relação ao nível de conhecimento que cada contador declara ter sobre tecnologia e ferramenta de sistemas, observa-se que eles declaram ser altamente conhecedores; já 74,8% concordam totalmente e/ou parcialmente possuírem conhecimentos tecnológicos.

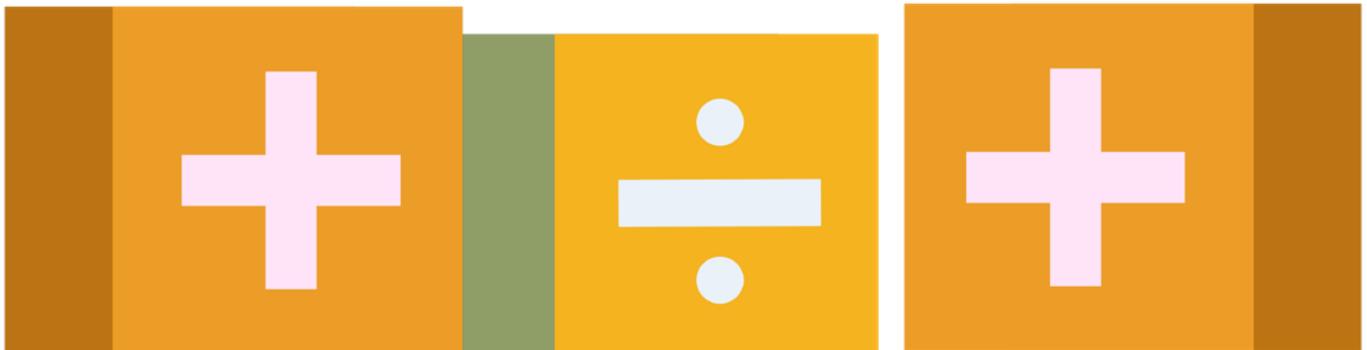
Do total dos participantes, 70,5% concordam que os empresários identificam valor no serviço ofertado pelo contador por meio de sistemas contábeis, em que são gerados relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros. Nesse quesito, apenas 15,5% dos contadores não concordam que o uso de sistemas integrados utilizados pela contabilidade para a emissão de relatórios gera valor.

Tabela 1: Perguntas e respostas com uso da escala Likert

PERGUNTAS	DT	DP	N	CP	CT	Total
Para prestar um excelente serviço contábil é necessário utilizar diversos sistemas tecnológicos integrados	3,4	6,6	7	41,5	41,5	100
Seu nível de conhecimento tecnológico com as ferramentas dos sistemas contábeis é muito alto	2,3	10,9	12	58,5	16,3	100
O empresário identifica valor em um serviço contábil que utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão e indicadores financeiros e não financeiros	4,6	10,9	14	39,5	31	100
Você ou sua organização contábil oferta serviços com entrega de relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros	7,4	8,9	17,4	35,7	30,6	100
Como profissional na área contábil e/ou tributária eu passo mais tempo me atualizando profissionalmente do que aprendendo novas ferramentas e sistemas tecnológicos	2,4	12	12,8	52,3	20,5	100
O uso de sistemas contábeis facilita a geração dos arquivos para importação nos diversos Speds (EFD Contribuições, ECD, ECF, ICMS-IPPI)	0	1,2	1,9	14	82,9	100
Você ou sua organização contábil utiliza somente o sistema contábil para a geração dos arquivos para importação nos diversos Speds (EFD Contribuições, ECD, ECF, ICMS-IPPI)	9,7	8,5	6,2	29,1	46,5	100
Os diversos Speds existentes estão cada vez melhores de manusear e com geração de menos erros	5,4	9,7	12	52,7	20,2	100
A cada dia que passa eu me interessando mais em aprender ferramentas tecnológicas que auxiliam na prática da atuação contábil e/ou fiscal	1,3	1,9	8,1	36	52,7	100
O Governo brasileiro investe constantemente em tecnologia a ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais. Ou seja, enviar informações para o Governo atualmente é mais fácil que antes.	11,3	18,2	8,1	41,9	20,5	100
O profissional da contabilidade do futuro é aquele que usa a tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos. Além disso, ele foca no gerenciamento do negócio do cliente entregando informações financeiras e de custos relevantes.	0	1,6	2,7	25,2	70,5	100
Percebo nitidamente que desde que comecei a trabalhar com contabilidade e/ou fiscal os sistemas contábeis melhoraram e a interface com a Receita Federal estão cada vez melhores	0,7	4,7	4,3	45,3	45	100
A contabilidade tradicional vai acabar pois a contabilidade digital irá tomar seu lugar	12,4	16,3	9,3	39,5	22,5	100

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo Parcialmente; N - Nem Concordo nem Discordo; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.



Dos contadores respondentes, 66,3% declaram entregar relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros para seus clientes. Uma grande parte dos respondentes, 17,4%, nem concorda nem discorda. Já uma pequena parcela dos respondentes, 16,3%, não entregam relatórios de gestão a seus clientes.

Sob outra perspectiva, 72,8% dos contadores respondentes concordam que passam mais tempo se atualizando profissionalmente do que aprendendo a manusear novas ferramentas e sistemas contábeis e 14,4% dos respondentes, antagonicamente ao primeiro grupo, dedicam mais tempo em aprender novas ferramentas e fazer uso de sistemas tecnológicos do que se atualizando profissionalmente.

A maioria dos contadores, 75,6% dos respondentes, concorda que o uso de sistemas contábeis facilita a geração de arquivos para envio das informações contábeis e fiscais da empresa para o Governo. Já 18,5% dos respondentes discordam que o uso de sistemas contábeis facilita a entrega das informações contábeis e fiscais para o Governo.

Ademais, 72,9% dos contadores concordam que os Speds estão cada vez melhores e mais fáceis de manusear. Isso significa que existe uma melhora dos programas disponibilizados pelo Governo para que o contador preste informações. Uma pequena parcela, 15,1% dos respondentes, declara haver uma piora no manuseio dos Speds.

Em relação ao uso de ferramentas tecnológicas, 88,7% dos contadores respondentes afirmam cada vez mais se interessar em ferramentas tecnológicas que irão auxiliar na prática da atuação contábil e/ou fiscal. Como o ponto neutro acu-

mula 11,1%, pode-se afirmar que 100% dos contadores têm interesse em aprender mais sobre tais ferramentas. Nessa pergunta, os contadores respondentes divergem na resposta, deixando-a inconclusiva: 62,4% deles concordam que o Governo brasileiro investe em tecnologia a ponto de facilitar a contabilidade para envio de informações contábeis e/ou fiscais. Já 29,4% dos respondentes julgam que o Governo não investe em tecnologia para facilitar a contabilidade no envio de informações contábeis e/ou fiscais.

Do total, 95,7% dos respondentes concordam categoricamente que o contador do futuro é aquele profissional que usa tecnologia a favor da otimização de processos, da redução de erros e do gerenciamento total da empresa, e entrega informações financeiras e de custos relevantes.

É unânime a percepção dos contadores acerca da melhora dos sistemas contábeis que auxiliam na geração de arquivos para envio à Receita Federal, em que 90,3% dos respondentes concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface do Governo com o intuito de enviar essas informações.

Quando se busca entender com os contadores se a contabilidade tradicional irá desaparecer, existe uma grande divergência nas opiniões: 62% dos respondentes acreditam que a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital. Já um grupo de respondentes, 28,7%, discordam que a contabilidade digital irá sucumbir a contabilidade tradicional. Fica, assim, evidente que, a despeito do novo formato de a contabilidade digital ser uma realidade cada vez mais utilizada na prestação de serviços contábeis, existe a crença de que a contabilidade tradicional perde, apesar de a tecnologia sugerir fortemente a nova era da contabilidade totalmente digital.

5. Considerações Finais

Em relação ao uso dos sistemas contábeis utilizados para fazer escriturações em livros contábeis, à geração de demonstrativos contábeis e ao pré-envio de informações fiscais para o Governo, percebeu-se que apenas 6,2% dos contadores não utilizam sistemas contábeis. Isso demonstra que, na prática, o trabalho desse grupo de contadores é demasiadamente manual e, muitas vezes, incompleto. À medida que a contabilidade gera informações para a tomada de decisões em tempo hábil, o não uso de sistemas contábeis por parte dos contadores indica que tais informações não têm sido enviadas aos empresários e, como consequência, essa entrega é, também, prejudicada. Muito provavelmente, as informações geradas para o Governo por esses contadores que atuam sem sistema contábil são enviadas de forma incompleta, omissa ou errada. Obviamente, não é o uso do sistema contábil que irá garantir a exatidão dessas informações, mas não usá-lo gera uma série de efeitos negativos para a gestão do negócio e para a entrega de informações contábeis e fiscais para o Governo. Os sistemas contábeis mais utilizados são Domínio e Fortes, mas 31% dos respondentes dizem usar outros sistemas. Percebe-se que praticamente 1/3 da amostra pesquisada usa outro sistema não citado como opção de resposta no estudo, o que indica que, apesar de os sistemas contábeis brasileiros mais comercialmente conhecidos serem opções de respostas para os respondentes, há uma gama de outras ferramentas sendo utilizadas. Isso sugere que a área de tecnologia e de sistemas contábeis é promissora, na medida em que muitos contadores utilizam sistemas que estão fora das opções desta pesquisa.

“Em relação ao uso de sistemas para a coleta de notas fiscais que melhoram a prática da profissão contábil na apuração de impostos, percebe-se que muitos contadores não utilizam tais recursos, perfazendo um total de 43% da amostra pesquisada.”

Em relação ao uso de sistemas para a coleta de notas fiscais que melhoram a prática da profissão contábil na apuração de impostos, percebe-se que muitos contadores não utilizam tais recursos, perfazendo um total de 43% da amostra pesquisada. Esse grupo de contadores efetua a coleta de notas fiscais de forma manual diretamente no sítio do Governo, o que torna o trabalho demasiadamente cansativo. Isso indica que empresas de tecnologia que auxiliam na captura de notas fiscais têm um vasto campo para ampliar seus serviços. Apenas 36,4% dos contadores pesquisados utilizam sistemas para a coleta dessas notas e as integram ao sistema contábil, o que torna o trabalho mais ágil e eficiente. Em relação ao trabalho de importação de notas fiscais, a maior parte dos contadores declara salvar os arquivos XML das notas fiscais para, na sequência, importá-las para o sistema contábil, o que representa 55,8% da amostra. Apenas 32,6% fazem importação dessas notas via API com integração do sistema coletor de nota fiscal juntamente com o sistema contábil e 11,6% dos contadores não importam notas fiscais para o sistema e inclusive porque 6,2% dessa amostra nem utiliza sistema contábil.

A maioria dos contadores entrevistados apura impostos diretamente em seu sistema contábil, o que representa 60,5% da amostra. Essa informação é relevante, pois evidencia que a maior parte dos contadores apura impostos naquela ferramenta. Chama a atenção, nesse ponto, o fato de muitos contadores utilizarem sistemas contábeis, mas desprezarem a ferramenta de apuração de impostos. Posto isso, sabe-se que nem todas as ferramentas de um sistema contábil são utilizadas sem sua totalidade. Essa apuração de impostos com a utilização de planilha em Excel é uma realidade na prática dos contadores brasileiros, uma vez que 30,2% dos entrevistados apuram os impostos no sistema e verificam se os cálculos estão corretos por meio do uso de planilha no Excel. Apenas 9,3% apuram impostos utilizando exclusivamente a planilha em Excel, e devem ser aqueles contadores que não utilizam sistemas contábeis nem coletam notas fiscais, somados a uma pequena parcela de profissionais que possuem sistemas contábeis e os utiliza parcialmente.



As empresas podem utilizar algum sistema de gestão financeira, o qual, quando integrado à contabilidade, é de grande utilidade para agilizar informações contábeis. Esse sistema é uma plataforma de conciliação bancária na qual o empresário, ou quem ele delegue, faz a conciliação bancária e evidencia o que se refere cada entrada e saída de recursos financeiros. Dessa forma, o contador recebe a conciliação bancária feita pela própria empresa, devendo apenas conferir para gerar os demonstrativos contábeis. A pesquisa revela que 45,7% da amostra pesquisada não recomenda nenhum sistema de gestão financeira, ficando claro que existe um espaço enorme para a ampliação desses sistemas nas empresas e organizações contábeis. A contabilidade digital é aquele tipo de serviço contábil que mais demanda o uso desses sistemas de gestão financeira, pois aquela é, para muitos, a nova contabilidade ou a contabilidade do futuro, uma vez que os relatórios contábeis são feitos quase que em tempo real e sem muito esforço do contador. Os sistemas mais recomendados são Conta Azul e Omie, praticamente empatados. O pri-

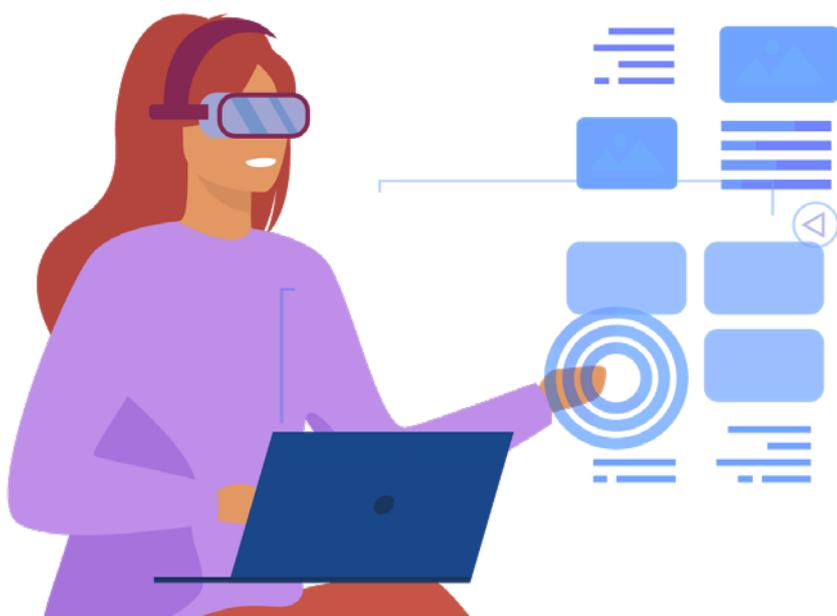
meiro representa 14,7% e o segundo 14,3% da amostra pesquisada. Sistemas como Nibo, QuickBooks, eGestor, Simplifica não ultrapassam 4%. Percebe-se que 16,3% da amostra recomenda outro sistema não elencado nas opções de respostas deste estudo, o que evidencia que demais sistemas de gestão financeira são utilizados.

Em relação às perguntas que utilizou escala Likert, observa-se que:

- a) 83% da amostra pesquisa acredita que para prestar um bom serviço contábil é necessário que o contador utilize diversos sistemas integrados;
- b) 74,8% dos contadores participantes se definem conhecedores de sistemas contábeis;
- c) 70,5% acreditam que o empresário identifica valor no serviço contábil quando o contador utiliza sistemas integrados e gera relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros;
- d) 66,3% da amostra da pesquisa entrega relatórios de gestão com indicadores financeiros e não financeiros para seus clientes;
- e) 72,8% dos contadores partici-

pantes da pesquisa passam mais tempo se atualizando profissionalmente do que aprendendo a manusear novas ferramentas e sistemas contábeis;

- f) 75,6% dos contadores respondentes concordam que o uso de sistemas contábeis facilita a geração de arquivos para envio das informações contábeis e fiscais da empresa para o Governo;
- g) 72,9% dos contadores concordam que os Speds estão cada vez melhores e mais fáceis de manusear;
- h) 88,7% dos contadores respondentes afirmam cada vez mais se interessar em ferramentas tecnológicas que irão auxiliar na prática da atuação contábil e/ou fiscal;
- i) 62,4% dos respondentes concordam que o Governo brasileiro investe em tecnologia a ponto de facilitar a contabilidade para enviar informações contábeis e/ou fiscais para o Governo. Uma parcela, também significativa, de 29,4% dos respondentes, de forma antagônica julga que o Governo não investe em tecnologia para facilitar a contabilidade no envio de informações contábeis e/ou fiscais; 95,7% dos contadores participantes da pesquisa concordam que o profissional da contabilidade do futuro é aquele que usa tecnologia para otimizar processos, reduzir erros humanos; além disso, ele deve focar no gerenciamento do negócio do cliente, e entregar informações financeiras e de custos relevantes;
- j) 90,3% dos respondentes concordam que existe melhora substancial dos sistemas e da interface do Governo com o intuito de enviar essas informações; e
- k) 62% dos contadores respondentes acreditam que a contabilidade tradicional irá ceder espaço para a contabilidade digital.



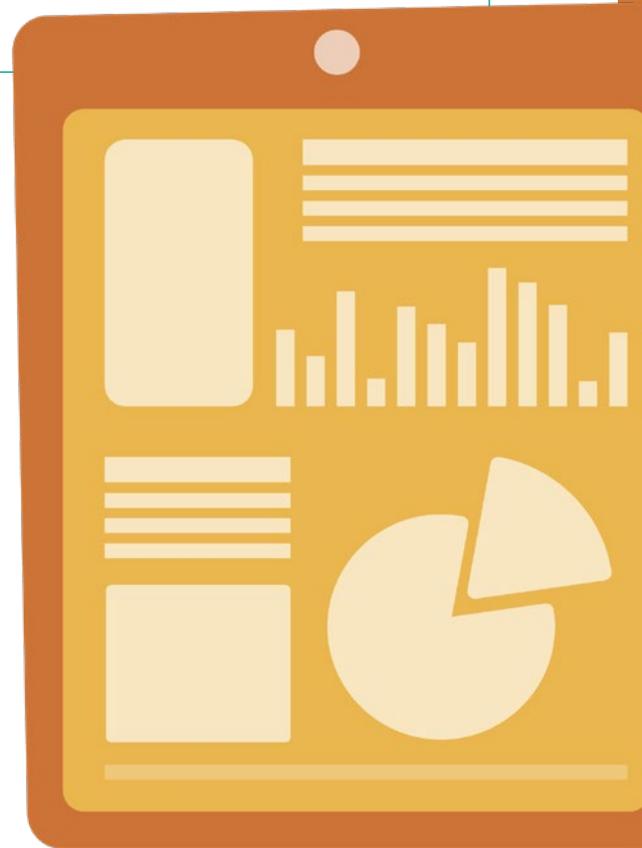
“Além disso, identifica-se a ideia subjacente de que o uso da tecnologia na prestação do serviço contábil irá minimizar o retrabalho, reduzir tarefas repetitivas, potencializar a alavancagem operacional e manter a mesma estrutura organizacional.”

A pesquisa revela que o uso da tecnologia para a prestação de serviços contábeis é imprescindível para um serviço de qualidade, em que informações financeiras e não financeiras e de gestão de custos sejam fornecidas pela empresa prestadora de serviço contábil à empresa/ao empresário. Sistemas integrados são o futuro da profissão contábil, os quais garantirão maior confiabilidade e eliminação de processos que são feitos manualmente. A maioria dos contadores acredita que o uso de sistemas integrados gera valor para a prestação do serviço contábil, sendo isso percebido pelos empresários. Na prática, existem poucos contadores que não utilizam sistemas contábeis, o que representa uma ameaça para a qualidade do serviço prestado, pois a empresa não tem a informação contábil, e o Governo pode receber informações erradas e/ou contendo omissões. Existe espaço para a ampliação da contabilidade digital, a qual tem como insumo primordial o uso do sistema de gestão financeira integrado ao sistema contábil, em que se observa que quase a metade dos contadores não indica sistemas financeiros a seus clientes. É notada a crença pela maioria dos contadores do estudo de que a contabilidade digital irá suplant

a contabilidade tradicional. Fica evidente que os contadores percebem um esforço do Governo brasileiro ao aprimorar e facilitar a entrega das informações contábeis e fiscais devido ao melhoramento da interface para entrega dessas informações através dos diversos Speds. O interesse dos contadores por aprendizado em tecnologia é algo claramente evidenciado nesta pesquisa. Além disso, identifica-se a ideia subjacente de que o uso da tecnologia na prestação do serviço contábil irá minimizar o retrabalho, reduzir tarefas repetitivas, potencializar a alavancagem operacional e manter a mesma estrutura organizacional.

O futuro da profissão contábil está intrinsecamente relacionado ao uso da tecnologia, cujo papel, na profissão contábil, é de extrema relevância para mitigar erros, minimizar retrabalhos, eliminar tarefas manuais, obter ganho de escala na empresa contábil, gerar informações tempestivas para o gestor do negócio, prestar informações con-

fiáveis para o Governo, além de outros benefícios. Investigações futuras para analisar a qualidade da mão de obra na área contábil merecem ser aprofundadas, visto que o profissional da contabilidade necessita cada vez mais de capacitação no manuseio de sistemas. Ademais, pode-se investigar a qualidade da mão de obra nas organizações contábeis, e se estas atendem aos requisitos para essa demanda.



Referências

- ALBUQUERQUE FILHO, A. R.; LOPES, F. J. R. (2021). Benefícios e dificuldades a partir da implementação do Sped: um estudo com profissionais de contabilidade. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, 11(1), p. 1-15.
- ANDRADE, M. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v.1(9), 2020. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/issue/view/65/showToc>>. Acesso em 10 jan. de 2023.
- AVELAR, E. A.; JORDÃO, V. D. R.; FERREIRA, G. M. C.; DA SILVA, B. N. E. R. Inteligência artificial como suporte a sistemas de controle e contabilidade gerencial: uma análise em empresas do transporte por aplicativo. *Sistemas & Gestão*, v. 16, (1), p. 57-64, 2021. Disponível em: <https://revistasg.emnuvens.com.br/sg/article/view/1668>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- BELANDA, T.; GÉNOVA, L. *Blockchain* e inteligência artificial na contabilidade. XII Fórum Científico CEMA, 2019. Disponível em: https://fema.edu.br/images/fema/ForumCientifico/anais_xii_forum.pdf#page=28. Acesso em: 17 abr. 2023.
- BICA, D; MONSER, N. T. B. (2020). Tecnologia aplicada à contabilidade: estudo de caso em uma organização contábil. *Revista Contabilidade em Foco*, v. 2(2), pp 3-31.
- BREDA, Z. I. Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na contabilidade. *Conselho Federal de Contabilidade*, 2019. Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- CÂMARA, L. A. N.; DOS SANTOS, G. C. (2019). Sistema público de escrituração digital (Sped) analisado à luz da bibliometria. *Revista Interdisciplinar de Contabilidade, Administração e Direito*, v.6(1), jan-jul.
- CARDOSO, E. P. (2022). *Transformação financeira: impactos da automatização nos processos contábeis*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62846>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- CASTRO, B. N. de; SOARES, J. S.; MESQUITA, E. P. L. A contabilidade na era da tecnologia. *Facit Business and Technology Journal*, v. 1 (37), 2022. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1616>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- FERREIRA, T. J. (2016) *Automação contábil: tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da teoria institucional*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, SP.
- FILHO, A. R. A. et al. (2022). Benefícios e dificuldades na era digital: uma percepção dos profissionais de contabilidade de Fortaleza/CE. *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*, v. 11(20), p. 30-40, jun.
- FILHO, A. R. A.; et. al. (2022). *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*. *Revista Brasileira de Contabilidade & Gestão*, v.11(20), p. 30-45, jun.
- GUERRA, F. (2019). *Descomplicando o Sped: aspectos operacionais do sistema público de escrituração digital*. 2 Ed. Fortaleza: Fortes.
- GUERRA, F. M.; BORGES, L. B. (2020). Prestação da informação contábil-fiscal das empresas para o governo: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, v.3(1), p.87-111, jan.-jun.
- GUERREIRO, R. (2022). Algumas reflexões sobre a relevância da pesquisa contábil para a Sociedade. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, v. 33(90), e9040.
- HODGE, F. D.; KENNEDY, J. J.; MAINES, L. A. (2004). Does search□facilitating technology improve the transparency of financial reporting? *The Accounting Review*, 79(3), p. 687-703.

KUNRADI, F. A. *O profissional de contabilidade no Brasil: um estudo dos conflitos existentes no exercício de suas atribuições*, 1999.

MOARES, M. B. da C.; NAGANO, M. S. (2011). Nagano. Sistemas de informações contábeis: uma comparação entre as partidas dobradas e o modelo REA. *Revista de Informação Contábil – RIC*, v. 5(3), p. 1-20, jul-set.

MOTA, C. M. D.; FREIRE, E. J. O nível de conhecimento dos profissionais em contabilidade acerca das características da indústria 4.0. *Revista Científica da Ajes*, v. 9 (19), 2020. Disponível em: <http://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/394>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MCGUIGAN, N. (2021). Formação contábil à prova de futuro: um educar para a complexidade, ambiguidade e incerteza. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, v. 32(87), p. 383-389, set-dez.

SÁ, Antônio Lopes de. (2006). *A evolução da contabilidade*. 2 ed. São Paulo: Thomson – IOB.

ROSA, M. V. F. P.; ARN|OLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação de resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SCHAPOO, B. H.; MARTINS, Z. B. (2022). A utilização da tecnologia na contabilidade: uma percepção de profissionais contábeis do estado de Santa Catarina. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 22(50), jan/abr.

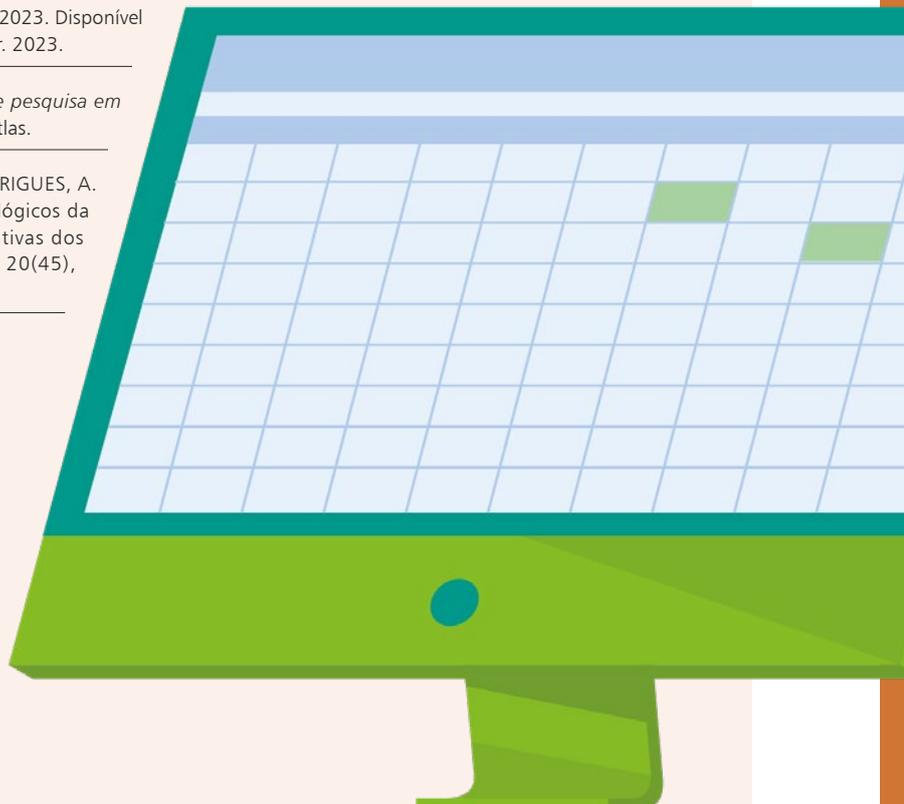
STAATS, C.; DE MACEDO, F. (2021). As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil de Joinville/SC. *Revista Controladoria e Gestão – RCG*, v. 2(1), p. 348-369, jan.-jun.

SILVA, G. O.; et. al. O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, outubro, 2020. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/10/tecnologia-contabilidade.html>>. Acesso em: 10 jan 2023.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. *Princípios de sistemas de informação*. 11ª edição. Cengage Learning, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/Q1f1>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VERGARA, S. Constant. (2015). *Métodos de pesquisa em administração*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Atlas.

XAVIER, L. M.; CARRARO, W. B. W. H.; RODRIGUES, A. T, L. (2020). Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: perfil, percepção e expectativas dos profissionais. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 20(45), mai/ago.





Educação financeira: percepção de professores de escolas públicas de Minas Gerais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar e descrever os componentes do modelo conceitual apresentado por Gilligan (2012) e caracterizou-se como descritiva, com método quantitativo. Para tanto, foi utilizada como amostra um grupo de 47 professores que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) para professores da Educação Básica (turma 2018), com 42 questionários respondidos e validados sobre o comportamento financeiro desses profissionais, por meio de uma análise exploratória e do exame do modelo de equações estruturais. Uma investigação sociodemográfica foi realizada, e as conclusões apontaram que os homens apresentam melhores resultados nas questões relacionadas ao conhecimento financeiro do que as mulheres. Para validar o modelo utilizado, foram apresentadas quatro hipóteses, cujos resultados foram obtidos a partir do modelo de equações estruturais. As hipóteses 1, 3 e 4 foram aceitas, podendo-se inferir que capital social, expectativas de futuro e estresse financeiro influenciam a educação financeira dos professores da Educação Básica de Minas Gerais. Por sua vez, a hipótese 2 foi rejeitada, o que demonstrou que a autoeficácia percebida sobre as finanças pessoais não influencia a educação financeira dos professores. Diante dos achados, e, a fim de validar o modelo proposto por Gilligan (2012), foi possível identificar que os itens correspondentes a cada constructo possuem relações diretas e significantes, o que explica aproximadamente 52% das variáveis latentes. Dessa forma, e, tendo em vista as cargas fatoriais encontradas, foi possível validar o referido modelo. Como limitações do estudo, há a necessidade de se expandir o presente estudo para professores em outros estados.

Carlos Alberto de Souza

Mestre em Administração e especialista em Controladoria, Gestão Educacional, Comércio Eletrônico, Gestão Pública e Finanças, foi 1º lugar do Prêmio Chico Ribeiro (2018), 1º lugar no Prêmio Internacional Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá (edição 2013). É docente de Graduação e pós-graduação e professor-tutor em cursos técnicos.

E-mail: carlosprofs@gmail.com

Carolina Pinheiro Batista

Doutoranda em Administração, bolsista da Fapemig mestre em Administração, advogada e docente de pós-graduação na Universidade Fumec, Newton de Paiva, SENAC, Faculdade Supremo. É autora de artigos científicos.

E-mail: carolcpb@gmail.com

Vanda Aparecida Oliveira Dalfior

Mestre em Administração, Especialista em Auditoria, docente de Graduação, professora-tutora em cursos Técnicos, é bacharel em Contabilidade e autora de artigos científicos. Tem experiência em contabilidade geral, análise das demonstrações contábeis e auditoria.

E-mail: vaodalfior@gmail.com

Wendel Alex Castro Silva

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), possui graduação, especialização e mestrado em Administração com ênfase em finanças. Professor e pesquisador do Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade FUMEC. É professor adjunto do UNIFEMM, consultor Ad Hoc de pesquisa da Fundação Roberto Marinho (FRM), consultor Ad Hoc CAPES e editor associado da Revista Gestão e Tecnologia.

E-mail: wendel.silva@unihorizontes.br

1. Introdução

O tema educação financeira vem recebendo cada vez mais atenção de governos, instituições financeiras, associações comunitárias e de organizações não governamentais no Brasil e no mundo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Braido (2014), a facilidade do acesso ao crédito tornou muitas pessoas consumidoras compulsivas, uma vez que essas assumem, frequentemente, mais dívidas do que seus rendimentos podem suportar, o que aumenta os índices de endividamento. Por falta de conhecimento financeiro, as pessoas tomam decisões menos eficientes e pouco racionais e se tornam alheias a diversos conceitos e produtos financeiros ofertados pelo mercado, o tornando a educação financeira uma ferramenta crucial para a tomada de decisões financeiras do indivíduo (JONSSON; SÖDERBERG; WILHELMSSON, 2017).

No estudo realizado por Re-

mund (2010), a abordagem acerca da educação financeira se dá como um conjunto de atributos, não como abordagem de processo. São atributos: a habilidade de o indivíduo de tomar decisões de curto prazo e o planejamento de longo prazo, diante das situações que ocorrem na sua vida, de acordo com as mudanças na economia.

Nesse sentido, segundo Sant'Ana (2014), até 2010, não existia uma política governamental voltada para a educação financeira, e pouquíssimas ações vinham sendo implantadas no Brasil. Com isso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendou que as autoridades nacionais integrassem a educação financeira aos currículos escolares. Assim, o Governo federal, por meio do Decreto n.º 7.397, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), para promover as diretrizes da educação

financeira no Brasil. Em dezembro de 2017, a educação financeira foi inserida como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental, e as instituições de ensino têm até o início de 2020 para adequar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC. Essa inserção foi fruto da articulação realizada pelos membros do Comitê Nacional da Enef (Conef), entre eles o Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN, 2019).

A Enef possui dois conjuntos de programas que visam à promoção da educação financeira: Programas Setoriais, realizados pelas instituições membros do Conef, e Programas Transversais, que perpassam vários setores e transcendem os interesses de uma instituição específica (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL, 2016). Desde a criação da Enef, várias ações vêm sendo desenvolvidas com o propósito de levar o ensino da educação financeira para as escolas. O programa piloto de educação financeira para alunos do Ensino Médio foi implementado em agosto de 2010 e teve duração até dezembro de 2011. O Banco Mundial fez a avaliação desse projeto piloto, e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) foi seu colaborador, devido à sua vasta experiência em avaliação educacional no Brasil. Auxiliaram nessa avaliação parceiros de organizações do setor privado, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a BM&F Bovespa, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Instituto Unibanco (IU) e entidades relacionadas à educação, como o MEC (BACEN, 2019).



“Em 2014, foi conduzido outro projeto piloto, com 400 professores e 14.886 alunos do Ensino Fundamental, também avaliado pelo Banco Mundial. Os resultados sugerem impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas às decisões de consumo e poupança.”

Em 2014, foi conduzido outro projeto piloto, com 400 professores e 14.886 alunos do Ensino Fundamental, também avaliado pelo Banco Mundial. Os resultados sugerem impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas às decisões de consumo e poupança. Em 2016, um terceiro programa, inaugurado pela Enef, em parceria com universidades públicas e Secretarias de Educação estaduais e municipais, coloca o professor como protagonista. O projeto, executado por meio de uma plataforma virtual de aprendizagem, oferece cursos de pós-graduação para os professores da rede pública, com polos instalados na Universidade Federal do Tocantins (UFT); na Universidade Federal de Itajubá (Unifei); na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e na Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFSS), no Rio Grande do Sul (BACEN, 2019).

Dada a relevância do tema “educação financeira”, vários modelos foram propostos para seu estudo e sua disseminação. A “Metodologia DSOP” (Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar), por exemplo, dedica-se a divulgar a temática no Brasil e no Mundo (DOMINGOS, 2019). O modelo da Enef buscou desenvolver um programa de educação financeira nas escolas (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRA-

SIL, 2016). Nesse sentido, o Círculo da Matemática do Brasil tem como objetivo a melhora do aprendizado da matemática, inserida no contexto a educação financeira (INSTITUTO TIM, 2019).

Em pesquisa realizada com estudantes, Gilligan (2012), a partir dos estudos de Remund (2010), desenvolveu um modelo conceitual de educação financeira, no qual três importantes componentes são considerados: a) o conhecimento acerca das finanças pessoais; b) a apropriada aplicação desse conhecimento, não apenas o domínio do assunto, mas a capacidade de transformá-lo em ações para administrar as finanças apropriadamente; e c) o reconhecimento das influências temporais e circunstanciais presentes no processo de tomada de decisões financeiras, que leva em consideração consequências imediatas e futuras (GILLIGAN, 2012).

O público-alvo do estudo realizado por Gilligan (2012) sobre educação financeira envolveu estudantes universitários, o que ressaltou a pouca experiência, os custos com a educação e a pouca perspectiva de trabalho como empecilhos para os jovens administrarem suas finanças.

Para dar suporte à sua investigação no campo da educação finan-



ceira, a autora se apoiou em teorias da sociologia e da psicologia. São abordadas no estudo de Gilligan (2012): a) teoria do Capital Social, na qual se considera as fontes de conhecimentos sobre educação financeira do indivíduo e as influências sofridas por esse indivíduo ao longo da vida, sejam familiares, escolares ou qualquer conhecimento adquirido; b) teoria da Autoeficácia Percebida, segundo a qual o indivíduo toma suas decisões considerando a correta aplicação dos conhecimentos adquiridos; c) teoria da Consideração de Consequências Futuras, que examina a capacidade do indivíduo perceber as situações econômicas atuais e suas influências nas decisões financeiras de curto, médio e longo prazo; e d) teoria do Estresse Financeiro, a partir da qual a autora buscou, por meio do viés psicológico, levantar considerações sobre a relação entre a educação financeira e a sensação de tensão financeira, sendo esse item incluído por último.

Tendo em vista o contexto apresentado e as importantes teorias que fundamentam seus construtos: “capital social”, “autoeficácia percebida”, “expectativa de futuro” e “estresse” financeiro e, ainda, a inserção da educação financeira como atividade transversal nas escolas, a partir da aprovação da nova BNCC, surgiu a ideia de testar o modelo teórico de Gilligan (2012) em um grupo de professores.

A pergunta norteadora que se apresenta para este estudo é: **Como se configura a educação financeira dos professores da educação básica de escolas públicas de Minas Gerais que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef?**

1.1 Objetivos

Como forma de auxiliar a busca de respostas ao questionamento apresentado, foram propostos o objetivo geral e os objetivos específicos descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar e descrever os componentes do modelo conceitual apresentado por Gilligan (2012) na educação financeira dos professores da educação básica de escolas públicas de Minas Gerais que concluíram o “Curso de Capacitação Financeira da Enef para professores da Educação Básica”.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral. Dentro do contexto proposto, os objetivos específicos desta pesquisa, em relação aos professores da educação básica de escolas públicas de Minas Gerais que participaram do Programa da Estratégia Nacional de Educação, são:

- a) caracterizar os sujeitos da pesquisa por meio de variáveis sociodemográficas;

- b) identificar e analisar se as variáveis sociodemográficas influenciam o conhecimento dos professores;
- c) identificar os fatores e avaliar como cada um dos que compõem o modelo de Gilligan se manifesta por meio da percepção dos professores; e
- d) validar o modelo proposto por Gilligan, por meio de uma modelagem de equações estruturais.

Este artigo está organizado em quatro capítulos, incluindo esta introdução, que contextualiza a temática abordada e apresenta os objetivos geral e específicos, a justificativa, o problema de pesquisa e a sua estruturação. No segundo capítulo, apresenta-se o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa; no terceiro capítulo, é demonstrado o desenvolvimento da pesquisa; e, no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões e recomendações para futuros estudos.

2. Procedimentos Metodológicos

2.1 Tipo, Abordagem e Método

Do tipo descritiva, esta pesquisa constitui um estudo empírico. Segundo Collis e Hussey (2005) e Gil (2010), estudos empíricos têm como objetivo descrever as características de um fenômeno ou de uma população, e buscam definir relações entre variáveis, valendo-se

da utilização de técnicas padronizadas para coletar dados.

Dessa forma, esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa, pois teve a pretensão de numerar, medir e quantificar as variáveis ou os eventos a serem estudados. A abordagem quantitativa, segundo Richardson (2004), parte de amostras que são aplicadas à luz de análises estatísticas, nas quais se quantificam os dados à procura de uma diferença conclusiva. Foram analisados os dados oriundos de um questionário baseado nas dimensões apresentadas no modelo proposto por Gilligan (2012).

Em relação ao método de pesquisa, este estudo é caracterizado como uma *survey* de modo quantitativo. Isso porque buscou separar uma amostra representativa de uma população, e reuniu condições (após análises) de inferir conclusões a respeito daquela determinada população. Para tanto, segundo Collis e Hussey (2005), a pesquisa verificará a existência de uma relação entre diferentes variáveis.



“No site da Enef, foram levantados os contatos dos responsáveis pelo projeto em cada universidade polo. Assim, foram enviados e-mails para ressaltar a importância da pesquisa de mestrado e solicitar a relação dos professores.”

2.2 Hipóteses do Modelo

A partir dos objetivos e do problema de pesquisa, foram apresentadas as seguintes hipóteses a serem testadas, com base na literatura pesquisada:

Dentro desse contexto de hipóteses, foi necessário definir a população, a amostra, a técnica para coleta de dados e seu consequente tratamento, os quais serão apresentados a seguir.

2.3 População e Amostra

O presente estudo teve como base de observação e análise os professores de escolas públicas de Minas Gerais que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef para Professores da Educação Básica (turma 2018).

No site da Enef, foram levantados os contatos dos responsáveis pelo projeto em cada universidade polo. Assim, foram enviados e-mails para ressaltar a importância da pesquisa de mestrado e solicitar a relação dos professores. Vários e-mails foram enviados sem retorno dos responsáveis. Foi feito contato pelo telefone geral das universidades, mas não foi possível conseguir o do telefone para contato. Em conversa com uma professora da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) acerca

Quadro 1 - Hipóteses de Pesquisa		
N.º	Hipóteses	Teorias Influenciadas
H ₁	O capital social influencia o conhecimento financeiro dos professores que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef de Minas Gerais	Teoria do Capital Social (PONTES, 2010; BOURDIEU 1980; COLEMAN, 1993)
H ₂	A autoeficácia percebida sobre as finanças pessoais influencia o conhecimento financeiro dos professores que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef de Minas Gerais	Teoria da Autoeficácia Percebida (BANDURA, 1986; GILLIGAN, 2012)
H ₃	As expectativas de futuro influenciam o conhecimento financeiro dos professores que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef de Minas Gerais	Teoria da Expectativa de Futuro (STRATHMAN et al. 1994; GILLIGAN, 2012)
H ₄	Existe inter-relação entre o estresse financeiro e a educação financeira dos professores que concluíram o Curso de Capacitação Financeira ao Enef de Minas Gerais	Teoria do Estresse Financeiro (GILLIGAN, 2012)

Fonte: elaborado pela autora, baseado na revisão da literatura (2020).

do projeto, foi possível conseguir o contato do responsável pelo polo de Minas Gerais, da Unifei. Após esse contato, foi possível criar uma lista com nome completo, e-mail e telefone dos professores concluintes do curso.

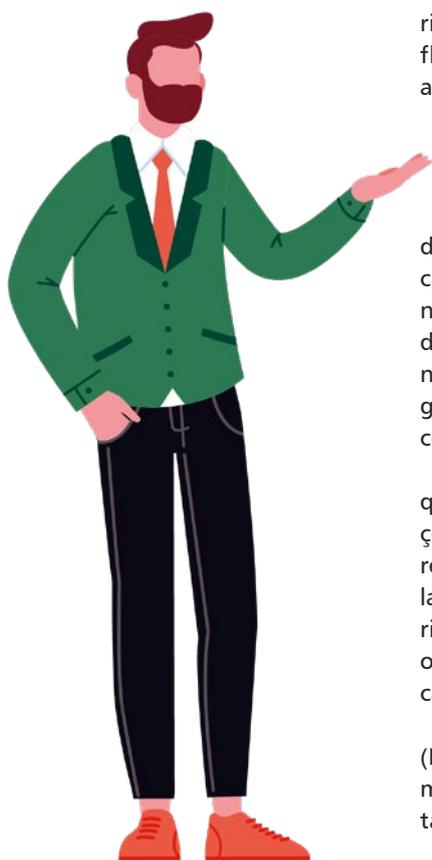
A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a abril de 2020, por meio de um questionário elaborado e disponibilizado na plataforma on-line Formulários Google (Apêndice A), para uma população de 47 professores de escolas públicas de Minas Gerais que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef para Professores da Educação Básica (turma 2018). Dos 47 professores a quem os questionários foram enviados, 42 foram validados para a pesquisa.



2.4 Técnica para a Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados passa pela definição do instrumento a ser usado. Por sua vez, nesta pesquisa, o instrumento para coleta de dados foi constituído em blocos de respostas, elaborado com base nos trabalhos de Gilligan (2012), de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) e de Lusardi e Tufano (2009), com adaptações realizadas para as necessidades específicas do presente estudo. Os dados foram coletados a partir de um questionário (Apêndice A), utilizando-se o método *survey*, enviado para os respondentes por *e-mail*.

O questionário (instrumento de coleta de dados) elaborado constitui-se de 6 partes (bloco de respostas). A primeira parte do conjunto de questões destina-se à caracterização socioeconômica da amostra, e refere-se às questões A1 até A9. O segundo conjunto de questões, que inclui os itens de B1 a B15, é dire-



cionado à escala de conhecimento adquirido. O terceiro conjunto de itens abrange os itens de C1 a C7 e se destina a medir a escala de auto-eficácia percebida. O quarto bloco de perguntas trata das expectativas de futuro (D1 até D10). O estresse financeiro dos professores pesquisados compõe o quinto conjunto de questões, e abraça as questões de E1 até E12. Por fim, o conhecimento financeiro, sexto e último bloco, trata das questões F1 a F16.

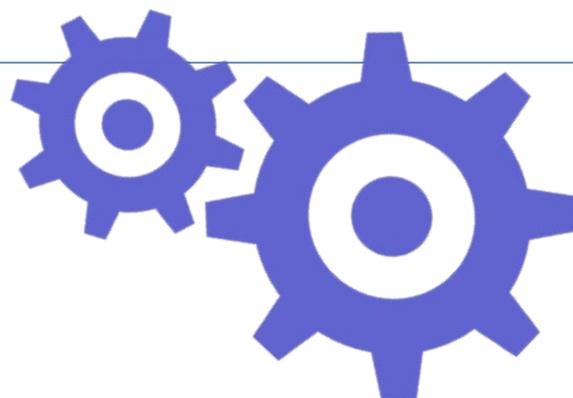
2.5 Análise e Tratamento dos Dados

Os dados foram coletados segundo o método *survey*, mediante entrevistas (questionários) individuais (Freitas et al., 2000). A partir da coleta de dados, foram utilizados os softwares *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) e *SmartPLS*, para responder aos objetivos da pesquisa, por meio de análises multivariadas.

Foi realizada a avaliação das variáveis sociodemográficas que influenciam de forma significativa a percepção ou conhecimento em finanças, pela comparação do percentual de acertos entre os diferentes grupos. Para avaliar se as diferenças encontradas foram estatisticamente significativas, foram utilizados os testes não paramétricos de comparação de grupos independentes de Mann-Whitney, para a comparação de 2 grupos, e de Kruskal Wallis, para a comparação de 3 ou mais grupos.

Para avaliar os objetivos da pesquisa, foi utilizada a técnica equações estruturais. Por meio dela, são realizadas análises das múltiplas relações de dependência entre as variáveis latentes e as relações entre os construtos e suas variáveis indicadoras (Hair et al., 2009).

O método *Partial Least Squares* (PLS) foi utilizado para estimar o modelo proposto, tendo em vista que essa técnica é mais robus-



ta, não possui suposições e não requer normalidade multivariada (Hair, 2009). O método de reamostragem *Bootstrap* (Efron, 1979) foi utilizado para determinar a significância das associações.

O Coeficiente de Determinação (R^2) foi utilizado para mensurar a proporção da variabilidade dos construtos explicada pelo modelo, que é a medida de adequação do modelo estrutural (Tenenhaus et al., 2010). Para avaliar a adequação do modelo de mensuração, foi utilizada a variabilidade média extraída (AVE), de forma a determinar a variabilidade das variáveis latentes, explicada pelas variáveis indicadoras (Tenenhaus et al., 2010).

Além dessas características, determinou-se a validade convergente, que é o grau em que um conjunto de variáveis indicadoras realmente representa a variável latente teórica que ela foi projetada para medir (Hair, 2009).

A validade discriminante indica o grau em que dois conceitos similares são distintos (Hair, 2009) e a confiabilidade das escalas de medidas, que é o grau em que uma variável ou conjunto de variáveis é consistente com o que se pretende medir.

A AVE caracterizou a validade convergente. A validade discriminante foi avaliada por meio das cargas fatoriais do modelo, e a confiabilidade composta determinou a confiabilidade (Tenenhaus et al., 2010). Segundo Hair (2009), cargas fatoriais são definidas como a correlação entre as variáveis originais, indicadoras e os fatores, e variáveis latentes.

Para a avaliação geral do modelo, utilizou-se a proposta de Tenenhaus, Amato e Vinzi (2004), que indicam um índice de adequação do modelo (*Goodness of Fit, GoF*), construído como a média geométrica entre o R^2 médio, que representa a adequação do modelo estrutural e a AVE média que indica a adequação do modelo de mensuração (Tenenhaus et al., 2010).

Para avaliar se as associações e diferenças estudadas são significativas, foi utilizado 5% como nível de significância. Dessa forma, diferenças ou associações com p-valor menor ou igual a 0,05 foram consideradas significativas.

3. Desenvolvimento da Pesquisa

3.1 Impacto dos Fatores Sociodemográficos no Conhecimento em Finanças

Como objetivo da pesquisa, foi realizada a avaliação dos fatores sociodemográficos em relação ao conhecimento em finanças. Para tanto, construiu-se a Tabela 1, que descreve o percentual médio de acertos para cada um dos grupos e o resultado (p-valor) dos testes não paramétricos de comparação de dois ou mais grupos independentes, para indicar se as diferenças observadas são, ou não, significativas do ponto de vista estatístico.



Tabela 1 - Fatores sociodemográficos e sua influência no conhecimento em finanças

Variável	Grupo	Qnt	% de Acertos					Total
			Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	
Gênero	Feminino	30	61	62,5	12,1	31,3	81,3	0,007
	Masculino	12	74	78,1	13	56,3	93,8	
Idade	De 25 anos a 31 anos	6	66,7	59,4	17,1	50	93,8	0,898
	De 32 anos a 38 anos	12	63,5	62,5	9,9	50	81,3	
	De 39 anos a 43 anos	7	67,9	68,8	8,4	56,3	75	
	Mais de 44 anos	17	63,6	62,5	16,7	31,3	87,5	
Estado civil	Casado (a)	18	69,1	71,9	13,5	50	93,8	0,541
	Solteiro (a)	14	61,2	62,5	13,2	31,3	81,3	
	Divorciado (a) / Separado (a)	7	59,8	62,5	14,8	37,5	81,3	
	União estável	2	65,6	65,6	13,3	56,3	75	
	Viúvo (a)	1	68,8	68,8		68,8	68,8	
Com quem reside	Com família (Filhos, Cônjuge)	29	65,3	62,5	13,2	37,5	93,8	0,095
	Com meus pais	8	57	59,4	13,5	31,3	75	
	Sozinho	5	73,8	81,3	11,2	56,3	81,3	
Escolaridade	Ensino Superior (Bacharelado/Licenciatura/Tecnólogo)	9	63,9	62,5	9,8	50	81,3	0,139
	Pós-graduação Lato Sensu	28	66,7	65,6	12,8	50	93,8	
	Mestrado	4	48,4	46,9	17,2	31,3	68,8	
	Doutorado	1	81,3	81,3		81,3	81,3	
Insituição Ensino	Instituição Pública	32	64,3	62,5	13,1	31,3	93,8	0,57
	Instituição Privada	10	66,3	71,9	15,6	37,5	81,3	
Empresa	Setor Público	35	64,8	62,5	13,4	31,3	93,8	0,383
	Setor Privado	6	61,5	65,6	15	37,5	75	
	Não estou trabalhando	1	81,3	81,3		81,3	81,3	
Renda pessoal	R\$998,01 - R\$2.994,00	9	63,2	62,5	8,5	50	75	0,169
	R\$2.994,01 - R\$4.990,00	24	63,8	62,5	13,4	37,5	93,8	
	R\$4.990,01 - R\$14.970,00	8	71,1	78,1	18	31,3	87,5	
	+ de R\$14.970,00	1	50	50		50	50	
Renda familiar	R\$998,01 - R\$2.994,00	3	68,8	68,8	6,3	62,5	75	0,081
	R\$2.994,01 - R\$4.990,00	16	59,8	56,3	12,9	37,5	93,8	
	R\$4.990,01 - R\$14.970,00	23	67,7	68,8	14,1	31,3	87,5	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A partir da análise da Tabela 1 é possível observar que, para a amostra estudada, os homens possuem um percentual de acertos superior ao das mulheres nas questões relacionadas ao conhecimento sobre educação financeira, sendo essa diferença estatisticamente significativa, e p-valor menor que o nível de significância de 0,05.

No que se refere à idade, não existe um padrão de melhores ou piores notas em relação à idade, sendo as melhores notas obtidas pelos entrevistados com idade entre 39 e 43 anos e as piores para colaboradores com idade maior que 44 anos. As diferenças observadas não foram significativas do ponto de vista estatístico (p-valor maior que 0,05).

Percebe-se que a melhor nota, em relação ao estado civil dos entrevistados, foi observada para os viúvos, seguidos dos casados, mas essas diferenças não foram comprovadas estatisticamente (p-valor maior que 0,05).

Em relação às notas obtidas, observa-se que aqueles que moram sozinhos apresentam os melhores resultados, e quem mora com os pais, os piores. Novamente, as diferenças

observadas não foram estatisticamente significativas (p-valor maior que 0,05).

Entrevistados com doutorado apresentam as melhores notas, enquanto os com mestrado tiveram os piores resultados. Não foi possível concluir que as diferenças observadas são estatisticamente significativas, tendo em vista que o p-valor foi maior que 0,05.

As notas obtidas para pessoas com renda pessoal e renda familiar não apresentam nenhuma tendência clara, também não apresentando diferenças significativas, sendo p-valor maior que 0,05.

3.2 Análise do Modelo de Equações Estruturais

Para avaliar o nível de educação financeira percebido pelos professores de Educação Básica de escolas públicas de Minas Gerais que concluíram o Curso de Capacitação Financeira da Enef (turma 2018) em relação ao nível do seu capital social, sua autoeficácia percebida no gerenciamento de suas finanças pessoais, suas expectativas de futuro na sua tomada de decisão financeira e os fatores que geram estresse financeiro, foi

utilizada a modelagem de equações estruturais, via método PLS.

Para a estimação do modelo de equações estruturais, a princípio, é necessário levantar as hipóteses de pesquisa. Assim, a seguir, apresentam-se as hipóteses deste estudo:

H_1 – O capital social influencia a educação financeira dos professores da Educação Básica de Minas Gerais.

H_2 – A autoeficácia percebida sobre as finanças pessoais influencia a educação financeira dos professores da Educação Básica de Minas Gerais.

H_3 – As expectativas de futuro influenciam a educação financeira dos professores da Educação Básica de Minas Gerais.

H_4 – Existe inter-relação entre o estresse financeiro e a educação financeira de professores da Educação Básica de Minas Gerais.

3.2.1 Modelo de Mensuração

Os resultados do modelo de mensuração são descritos nesta subseção. Esse avalia a relação entre os itens do questionário (variáveis manifestas) e as variáveis latentes, e determina a significância e magnitude dessas relações (Hair, 2009). O modelo inicial, fazendo uso de todas as variáveis indicadoras, foi construído e, após isso, foram retirados itens cuja significância estatística não atendiam ao critério de 5% utilizado no estudo.

Percebe-se que todas as cargas fatoriais obtidas para os itens utilizados para mensurar o comportamento financeiro em relação ao nível do capital social, a autoeficácia percebida no gerenciamento de suas finanças pessoais, as expectativas de futuro na tomada de decisão financeira e os fatores que geram estresse financeiro apresentam valores mais elevados justamente na variável latente, o que indica validade discriminante. A Tabela 2 descreve a significância do modelo fatorial obtido para os itens que compõem o capital social.

Tabela 2 - Resultados do Constructo Capital Social

Questões	Carga Fatorial	P-valor
Expectativa_01	0,332	0,003
Expectativa_02	0,916	< 0,001
Expectativa_03	0,843	< 0,001
Conhecimento_01	0,85	< 0,001
Conhecimento_02	0,723	< 0,001
Conhecimento_03	0,495	< 0,001
Conhecimento_04	0,768	< 0,001
Conhecimento_05	0,835	< 0,001
Conhecimento_06	0,31	< 0,001
Conhecimento_07	0,505	< 0,001
Uso_01	0,656	< 0,001
Uso_02	0,76	< 0,001
Uso_03	0,599	< 0,001
Uso_04	0,441	< 0,001

Fonte: dados da pesquisa (2020).

“Em relação à carga fatorial encontrada, os dados revelam forte concordância com os itens confiança e habilidade dos pesquisados, quando confrontados com problemas financeiros inesperados.”

A análise da Tabela 2 permite observar que todas as questões utilizadas para mensurar o construto “capital social” impactam de forma significativa, tendo em vista que a probabilidade de significância do teste t, obtido a partir de simulações *Bootstrap*, é menor que 0,05. É possível inferir que o grupo pesquisado apresenta conhecimento adquirido em educação financeira, quando as maiores cargas fatoriais foram apresentadas na expectativa de rendimento nas aplicações no mercado financeiro (CDBs, Fundos DI, etc.), conhecimento sobre poupança e o uso do dinheiro em aplicações no mercado financeiro (CDBs, Fundos DI, etc.).

A seguir, a Tabela 3 apresenta os resultados obtidos para o construto autoeficácia percebida.

Nota-se que todas as questões trabalhadas para descrever o construto “autoeficácia percebida” têm um impacto significativo, tendo em vista que a probabilidade de significância do teste t, obtido a partir de simulações *Bootstrap*, é menor que 0,05.

Em relação à carga fatorial encontrada, os dados revelam forte concordância com os itens confiança e habilidade dos pesquisados, quando confrontados com problemas financeiros inesperados. Assim, poderiam agir sobre suas realidades, e buscar alternativas mais satisfatórias. Os re-

Tabela 4 - Resultados constructo Expectativa de Futuro

Questões	Carga Fatorial	P-valor
Evento_Futuro_01	0,731	< 0,001
Evento_Futuro_02	0,616	< 0,001
Evento_Futuro_03	0,794	< 0,001
Evento_Futuro_04	0,724	< 0,001
Bem_Estar_01	0,731	< 0,001
Bem_Estar_02	0,781	< 0,001
Bem_Estar_03	0,593	< 0,001
Bem_Estar_04	0,683	< 0,001
Bem_Estar_05	0,681	< 0,001
Bem_Estar_06	0,771	< 0,001

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Tabela 5 - Resultados constructo Estresse Financeiro

Questões	Carga Fatorial	P-valor
Estresse_Financeiro_01	0,674	< 0,001
Estresse_Financeiro_02	0,736	< 0,001
Estresse_Financeiro_03	0,735	< 0,001
Estresse_Financeiro_04	0,707	< 0,001
Estresse_Financeiro_05	0,842	< 0,001
Estresse_Financeiro_06	0,579	< 0,001
Estresse_Financeiro_07	0,692	< 0,001
Estresse_Financeiro_08	0,798	< 0,001
Estresse_Financeiro_09	0,704	< 0,001
Estresse_Financeiro_10	0,446	< 0,001
Estresse_Financeiro_11	0,643	< 0,001
Estresse_Financeiro_12	0,418	< 0,001

Fonte: dados da pesquisa (2020).

sultados obtidos para expectativa de futuro são descritos na Tabela 4.

Com relação às questões utilizadas para medir as expectativas de futuro dos entrevistados, todos os itens apresentam impacto significativo no seu construto, tendo em vista que a probabilidade de significância do tes-

te t é menor que 0,05. Os dados revelam a possibilidade por parte dos professores entrevistados de sacrificarem sua felicidade e seu bem-estar no presente, como forma de alcançar resultados positivos no futuro. A Tabela 5 mostra os “resultados obtidos” para o construto estresse financeiro.

Todos os itens utilizados para mensurar o estresse financeiro apresentam impacto significativo em seu construto, sendo p-valor menor que 0,05. Quando analisada a carga fatorial do construto “estresse financeiro”, é possível perceber que a maior carga está associada à possibilidade de a renda dos entrevistados não ser suficiente para cobrir suas despesas do dia-a-dia, sendo a menor carga atribuída ao quesito pagamento de impostos. A Tabela 6 descreve os resultados obtidos para o construto “educação financeira”.

A partir da análise da Tabela 6, é possível perceber que todos os itens utilizados para mensurar o construto “educação financeira” no modelo final apresentam impacto significativo em seu construto, sendo p-valor do teste t, obtido por simulações *Bootstrap* menor que 0,05 em todos os casos. Como resultado do construto educação financeira, é possível inferir que os entrevistados apresentam conhecimentos financeiros nos níveis classificados como básico e avançado, e sabem identificar o valor do dinheiro no tempo, mediante o uso da taxa de juros, tanto para questões de aplicação quanto endividamento e, por fim, sabem discernir os riscos das oportunidades de investimentos. A seguir, a subseção apresenta o modelo estrutural.

3.2.2 Modelo Estrutural

Esta subseção apresenta os resultados obtidos para o modelo estrutural proposto pela pesquisa. A Tabela 7, descrita a seguir, apresenta o modelo estrutural estimado, com os coeficientes e sua respectiva significância estimada por meio de simulações *Bootstrap*.

Observa-se que os construtos “expectativa”, “conhecimento” e “uso” impactam de forma direta e significativa o capital social. Quanto maior a avaliação dos entrevistados nesses itens, maior a percepção so-

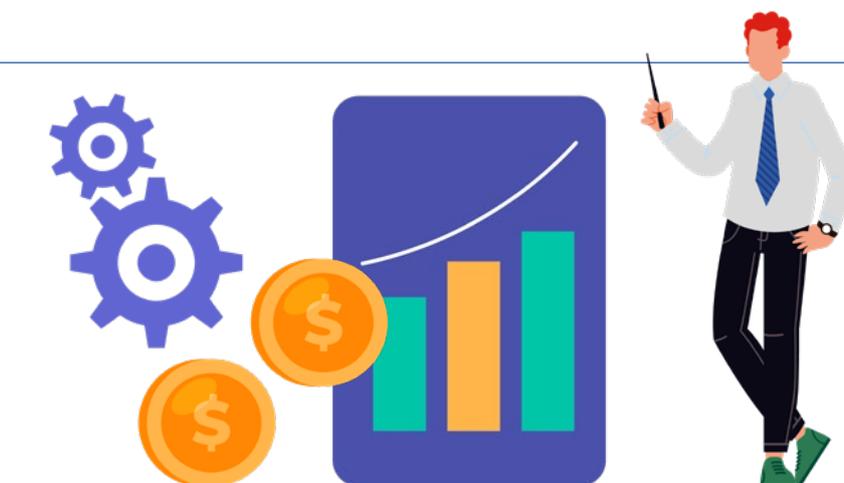


Tabela 6 - Resultados do Construto Educação Financeira

Questões	Carga Fatorial	P-valor
Conhecimento_Financeiro_01	-0,703	< 0,001
Conhecimento_Financeiro_Avançado_02	0,56	< 0,001
Conhecimento_Financeiro_Avançado_06	0,497	0,002
Conhecimento_Financeiro_Avançado_09	0,725	< 0,001
Conhecimento_Financeiro_Básico_01	0,823	< 0,001

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Tabela 7 - Descrição das relações do modelo estrutural

Questões	Carga Fatorial	P-valor
Expectativa => Capital Social	0,213	0
Conhecimento => Capital Social	0,61	0
Uso => Capital Social	0,346	0
Habilidade => Auto Eficácia	0,537	0
Confiança => Auto Eficácia	0,5	0
Eventos Futuros => Expectativa Futuro	0,594	0
Bem Estar Presente => Expectativa Futuro	0,914	0
Expectativa => Educação Financeira	0,032	0,034
Conhecimento => Educação Financeira	0,093	0,035
Uso => Educação Financeira	0,053	0,037
Habilidade => Educação Financeira	-0,052	0,128
Confiança => Educação Financeira	-0,048	0,135
Eventos Futuros => Educação Financeira	-0,179	0
Bem Estar Presente => Educação Financeira	-0,276	0
Capital Social => Educação Financeira	0,152	0,035
Auto Eficácia => Educação Financeira	-0,096	0,13
Expectativa Futuro => Educação Financeira	-0,302	0
Estresse Financeiro => Educação Financeira	-0,231	0

Fonte: dados da pesquisa (2020).

bre o capital social, sendo p-valor menor que 0,05 em todos os casos. Nesse mesmo sentido, foi observado que esses construtos e o capital social impactam de forma significativa a educação financeira, sendo p-valor menor que 0,05.

Os construtos “habilidade” e

“confiança” impactam de forma direta e significativa o resultado da autoeficácia percebida, sendo p-valor menor que 0,05. A avaliação do impacto desses itens e da autoeficácia percebida na educação financeira não é significativa, sendo p-valor maior que 0,05.

“Com relação ao construto estresse financeiro, observa-se que os itens que compõem esse construto impactam de forma inversa e significativa o construto educação financeira, ou seja, quanto maior o estresse financeiro, menor a educação financeira percebida.”

Os itens utilizados para explicar a “expectativa de futuro”, a saber, eventos futuros e o bem-estar presente impactam o construto de forma direta e significativa, sendo p-valor menor que 0,05. Por outro lado, esses itens e o construto expectativa de futuro impactam de forma significativa a percepção dos entrevistados sobre educação financeira, sendo p-valor menor que 0,05, mas no sentido inverso, ou seja, quanto maior a expectativa de futuro, menor a educação financeira percebida.

Com relação ao construto estresse financeiro, observa-se que os itens que compõem esse construto impactam de forma inversa e significativa o construto educação financeira, ou seja, quanto maior o estresse financeiro, menor a educação financeira percebida. A Tabela 8 descreve as medidas de qualidade do modelo estimado.

A partir da Tabela 8, é possível perceber que o modelo estimado conseguiu explicar aproximadamente 80% da mutabilidade da variável educação financeira. A adequação geral do modelo foi avaliada segundo o índice de adequação do modelo, estatística GoF, proposta por Tenenhuas, Amato e Vinzi (2004), que é a média geométrica entre o R² médio (adequação do modelo estrutural)



Tabela 8 - Medidas de Qualidade do Modelo Estrutural

Constructos	Conf. Composta	AVE	R2
Capital Social	0,961	-	-
Expectativa	0,766	0,554	-
Conhecimento	0,839	0,447	-
Uso	0,712	0,39	-
Auto Eficácia	0,992	-	-
Habilidade	0,916	0,733	-
Confiança	0,825	0,622	-
Expectativa Futuro	0,971	-	-
Eventos Futuros	0,809	0,517	-
Bem Estar Presente	0,858	0,503	-
Estresse Financeiro	0,907	0,456	-
Educação Financeira	0,569	0,452	0,226
Média	-	0,519	0,788
R² Global (GoF)	0,64		

Fonte: dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software SmartPLS (2020).

e a AVE média (adequação do modelo de mensuração). Para o modelo estrutural final, o GoF estimado foi de 0,640, que indica que o modelo global consegue explicar cerca de 64% da variabilidade dos dados estudados.

Com relação à validade convergente, não foram observados problemas, uma vez que todos os itens utilizados para medir as variáveis latentes apresentam cargas fatoriais elevadas e significativas em seus próprios construtos.

A Tabela 9 apresenta as hipóteses da pesquisa e as conclusões obtidas por meio do modelo de equações estruturais.

Ao analisar o resultado das hipóteses apresentadas na Tabela 9 é possível observar que, do ponto de vista estrutural, quanto das hipóteses 1, 3 e 4, há uma associação significativa entre as variáveis capital social, expectativa de futuro e estresse financeiro com a educação financeira dos professores que participaram do estudo. No entanto, não foi identificada associação significativa entre autoeficácia percebida e educação financeira, sendo essa hipótese rejeitada pela pesquisa, o que corrobora o estudo de Gilligan (2012) e reforça a necessidade de se ter uma clara definição e o devido entendimento da autoeficácia perce-

Hipótese	Relação Avaliada	Coef.	P-valor	Decisão
H ₁	O capital social influencia na educação financeira dos Professores da Educação Básica de Minas Gerais.	0,152	0,035	Aceita
H ₂	A auto eficácia percebida sobre as finanças pessoais influencia a educação financeira dos Professores da Educação Básica de Minas Gerais.	-0,096	0,13	Rejeita
H ₃	As expectativas de futuro influenciam a educação financeira dos Professores da Educação Básica de Minas Gerais.	-0,302	< 0,001	Aceita
H ₄	Existe inter-relação entre o estresse financeiro e a educação financeira de Professores da Educação Básica de Minas	-0,231	< 0,001	Aceita

Fonte: dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software SmartPLS (2020).

bida, pois, a partir dela, o indivíduo compreende a sua habilidade e confiança em relação à educação financeira, e não se restringe apenas ao conhecimento formal, mas à capacidade de aplicar esses conhecimentos às decisões que toma e à gestão das finanças pessoais.

4. Conclusões e Recomendações para Futuros Estudos

Na análise exploratória dos dados, foi realizada uma descrição de todo o perfil da amostra, de acordo com as variáveis apresentadas: gênero, faixa etária, estado civil, condições de moradia, escolaridade, instituição de ensino onde estudou e renda pessoal e familiar.

Mediante a comparação do percentual de acertos entre os diferentes grupos, foi realizada uma avaliação das variáveis sociodemográficas que influenciam de forma significativa a percepção ou o conhecimento em finanças. Os resultados apontaram diferenças estatisticamente significativas quanto ao fator gênero, no qual os homens apresentam melhores resultados nas questões relacionadas ao conhecimento financeiro. As demais variáveis sociodemográficas analisadas não influenciam a percepção ou o conhecimento em finanças do grupo de professores pesquisados. Vale ressaltar como fator interessante para pesquisas futuras os quesitos "com quem reside" e "renda pessoal e familiar" o p-valor estão próximos de 0,10, o que infere uma influência na percepção ou no conhecimento em educação financeira.



“A partir das análises, foi possível concluir que todos os indicadores utilizados impactam de forma direta e significativa o capital social, no sentido de que quanto maior a avaliação dos entrevistados nesses itens, maior a percepção sobre o capital social, o que impacta de forma significativa a educação financeira.”

O construto “capital social” foi mensurado tendo como indicadores: uso, conhecimento e expectativa. A partir das análises, foi possível concluir que todos os indicadores utilizados impactam de forma direta e significativa o capital social, no sentido de que quanto maior a avaliação dos entrevistados nesses itens, maior a percepção sobre o capital social, o que impacta de forma significativa a educação financeira.

O construto “autoeficácia” percebida considerou dois indicadores: habilidade e confiança. A partir dos testes aplicados, verificou-se que todas as questões trabalhadas para descrever tal construto teve um impacto significativo sobre ele. Por sua vez, a avaliação do impacto desses indicadores e da autoeficácia percebida na educação financeira não foi considerada significativa.

No construto “expectativa de futuro”, foram considerados dois indicadores: preocupação com o futuro (evento futuro) e preocupação com o presente (bem-estar). Mais uma vez, verificou-se que todos os eles apresentam impacto de forma direta e significativa sobre o construto. É importante perceber que tais indicadores e o construto “expectativa de futuro” impactam de forma significativa a percepção dos entrevistados sobre educação financeira, todavia

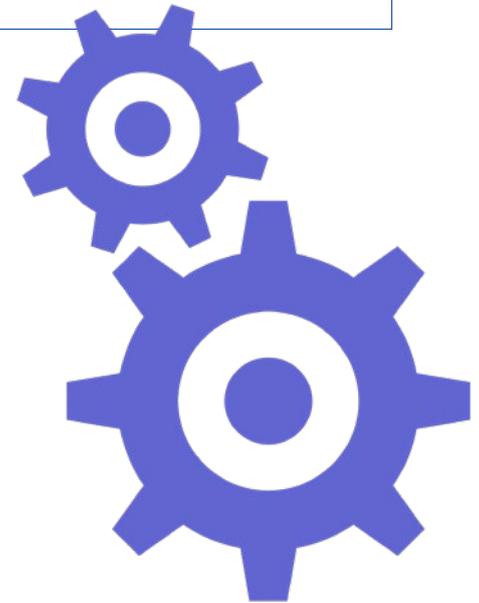
em sentido inverso, ou seja, quanto maior a expectativa de futuro, menor a educação financeira percebida.

Quanto aos resultados para o construto “estresse financeiro”, os itens que o compõem impactam de forma inversa e significativa o construto “educação financeira”, ou seja, quanto maior o estresse financeiro, menor a educação financeira percebida.

Dentro da modelagem de equações estruturais e, ainda buscando validar o modelo proposto por Gilligan (2012), foi possível identificar que os itens correspondentes a cada construto possuem relações diretas e significantes, o que explica aproximadamente 52% das variáveis latentes. Dessa forma e, considerando as cargas fatoriais encontradas, foi possível validar o modelo proposto.

Do ponto de vista estrutural, das quatro hipóteses apresentadas para estudo, houve uma associação significativa entre as variáveis capital social, expectativa de futuro e estresse financeiro com a educação financeira. Quanto à autoeficácia percebida, essa foi rejeitada, o que indica não haver associação significativa com a educação financeira dos professores da Educação Básica de Minas Gerais.

Os resultados da pesquisa indicam que os professores, objeto deste estudo, consideram o conhecimen-



to que possuem acerca da educação financeira, demonstram preocupação e habilidade para planejar suas finanças e levam em conta as consequências futuras de suas decisões.

Por fim, como limitação do estudo, surge a necessidade de expandi-lo, a fim de incluir os professores no Curso de Capacitação Financeira da Enef em outros estados. Pode-se considerar, ainda, a possibilidade de aplicação dos questionários para professores de escolas particulares e até estaduais ou municipais, que não tiveram oportunidade de fazer o Curso de Capacitação Financeira da Enef. Existe, também, a possibilidade de ampliar o estudo, avaliar o modelo da Enef e comparar os resultados com o presente estudo.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. *Relatório final do projeto piloto do programa de educação financeira nas escolas de ensino fundamental*. 2016.
-
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais*. Disponível em: www.bcb.gov.br 1. Educação financeira. 2. Economia doméstica. 3. Finanças pessoais. Brasília: BCB, 2013. 72 p.
-
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos. programa cidadania financeira*. Brasília: BACEN, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/relicidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.
-
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Programa de educação financeira. Apresenta o programa de educação financeira desta instituição*. Brasília: BACEN, 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>. Acesso em: 10 jan. 2020.
-
- BANDURA, A. *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1986.
-
- BONGOMIN, G. O. C. et al. Financial literacy in emerging economies: Do all components matter for financial inclusion of poor households in rural Uganda. *Managerial Finance*, v. 43, n. 12, p.1-25, jan. 2017.
-
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes Rech. Sci. Soc.* 31, p.2-3 1980.
-
- BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul. *Revista Estudo & Debate*, v. 21, n. 1, 2014.
-
- BRASIL. *Decreto-Lei n.º 5.685, de 25 de janeiro de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5685.htm. Acesso em: 5 dez. 2019.
-
- BRASIL. *Decreto-Lei n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso: 05 dez. 2019.
-
- BRASIL. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro DE 2017*. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEZEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 5 dez. 2019.
-
- BROWN, T. A. *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research*. USA: The Guilford Press, 2006. p. 337-345.
-
- CHIN, W. W. *The partial least squares approach to structural equation modeling*. In: MARCOULIDES, G.A. (Ed.) *Modern methods for business research*. USA: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., p. 295-336, 1998.
-
- COLEMAN, J. S. *The design of organizations and the right to act*. *Sociology Forum* 8, p. 527-46, 1993.
-
- COLLIS, J; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
-
- FREITAS, H. et al.; O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração*: v.35, n.3, p. 105-112, julho/setembro 2000.
-
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 175 p.
-
- GILLIGAN, H. L. *An examination of the financial literacy of California college students*. These (Doctor of Educational Leadership Committee)-University of San Diego, 2012.
-
- HAIR, J. F. Jr. et al.; *Análise de dados multivariados*. 6. ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 2009.
-
- INSTITUTO TIM. *O círculo da matemática do Brasil*. Brasil, novembro, 2019. Disponível em: <http://www.ocirculodamatematica.com.br/>. Acesso em: 5 nov. 2019.
-

JACOB, K. *et al.* *Tools for survival: An analysis of financial literacy programs of lower income families*. Chicago: Woodstock Institute, Jan/2000.

JONSSON, S; SÖDERBERG, I.; WILHELMSSON, M. Investigation of the impact of financial literacy, risk attitude, and saving motives on the attenuation of mutual fund investors' disposition bias. *Managerial Finance*, v. 43, n. 3, p.1-29, 2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OCDE. *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness: recommendation of the council*. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SANT`ANA, M. V. S. *Educação financeira do Brasil: um estudo de caso*. 2014. Disponível em: xxxxx Acesso em: 1º dez. 2018.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. *A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*. IX SEMEAD – Seminários em Administração. FEA/USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 2007.

STRATHMAN, A. *et al.* The consideration of future consequences: weighing immediate and distant outcomes of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, v.66, n.4, Apr., p. 742-752, 1994.

TENENHAUS, M.; Amato, S.; Vinzi, V.E. *A global goodness-of-fit index for PLS structural equation modeling*. In Atti della XLII Riunione Scientifica della Società Italiana di Statistica, Roma: 2004. Disponível em: <<http://www.sis-statistica.it/files/pdf/atti/RSBa2004p739-742.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

TENENHAUS, M.; Vinzi, V.E.; Chatelin, Y.; Lauro, C.; *PLS path modeling*. *Computational Statistics & Data Analysis*, v. 48, p. 159-205, 2005.

VENHKALAHTIN, K.; Puntanen, S.; Tarkkonen, L. *Estimation of reliability: a better alternative for Cronbach's alpha*. *Reports in mathematics*. Finland: University of Helsinki, Department of Mathematics and Statistics, 2006.





A influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal sob a ótica da governança

Este estudo verificou a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal, por meio dos fatores humano, estrutural, relacional e de transparência, sob a ótica da governança pública. Refere-se a um estudo de caso mediante a aplicação de questionários. A pesquisa, do tipo censo, utilizou-se da análise confirmatória multivariada e da modelagem com equações estruturais (SEM-PLS). A amostra foi composta de 9 secretários municipais, 26 diretores e 20 órgãos de assessoramento, que representou 100% da população pesquisada. Foi elaborado um questionário estruturado, com perguntas fechadas, em escala Likert de sete pontos, com o período de coleta de dados de 30 de junho a 15 de julho de 2022, contendo 51 respostas válidas. Os resultados demonstraram que os componentes do capital intangível são estatisticamente significativos para a gestão municipal e são possíveis potencializadores de benefícios para a administração municipal e a sociedade. Constatou-se que os indicadores de governança municipal apontaram haver relevância do capital intangível para a efetividade, os quais valida a influência (importância) do capital intangível na efetividade das ações realizadas e na execução das melhores práticas de gestão. Conclui-se que o capital intangível influencia na efetividade da gestão e que os municípios precisam focar na busca pela eficácia de gestão e de resultados das ações realizadas, com vistas a promover o desenvolvimento e benefícios à população, resultados esses que são demonstrados por meio dos indicadores de gestão.

Marta Raquel Zuchelli Felipetto

Contadora da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR.

E-mail: mrzuchelli2020@gmail.com

Emerson Orsini Ferrari

Profissional de Nível Superior Sênior, mestre em Contabilidade e docente nas disciplinas de Administração de Custos e Administração Financeira.

E-mail: emersonferrari@yahoo.com.br

Delci Grapégia Dal Vesco

Professora doutora da Unioeste, docente do mestrado profissional em Administração e do mestrado em Contabilidade da Unioeste. É doutora em Contabilidade.

E-mail: delcigrape@gmail.com

1. Introdução

A administração pública tem como objetivo a busca pela correta aplicação dos recursos públicos, com vistas à efetividade das políticas públicas (FRAGA et al., 2019), de modo eficiente com a finalidade de atender aos interesses da sociedade (CASTRO & SILVA, 2017).

No contexto da administração pública, similarmente ao que ocorre nas organizações privadas, os administradores públicos assumem o papel de gestores, e a sociedade o papel de proprietária; sob essa premissa, pode-se aplicar a teoria da Agência e Governança aplicada aos serviços públicos. Jensen e Meckling (1976) corroboram a ideia de que a governança tem potencial para colaborar com a gestão pública para se tornar eficiente na entrega dos resultados à socie-

dade, pois ela é capaz de monitorar o conflito de agência, de forma que possa minimizar a disputa de poder entre os agentes.

A partir das perspectivas da teoria da Agência e do alinhamento de interesses, o conjunto de mecanismos inerentes às boas práticas de governança, isento de privilégios relacionados aos interesses individuais, colabora para que esses custos de agência sejam minimizados de forma a conduzir a tomada de decisões consciente para a eficiência e a eficácia (ROSSETTI & ANDRADE, 2012).

Ao tratar gestão e governança pública, tem-se a concepção de Silva (2022) de que a ênfase na eficiência e na eficácia tem importância para maximizar o valor do impacto das ações quanto aos objetivos sociais, além da ideia de ofertar mais e me-

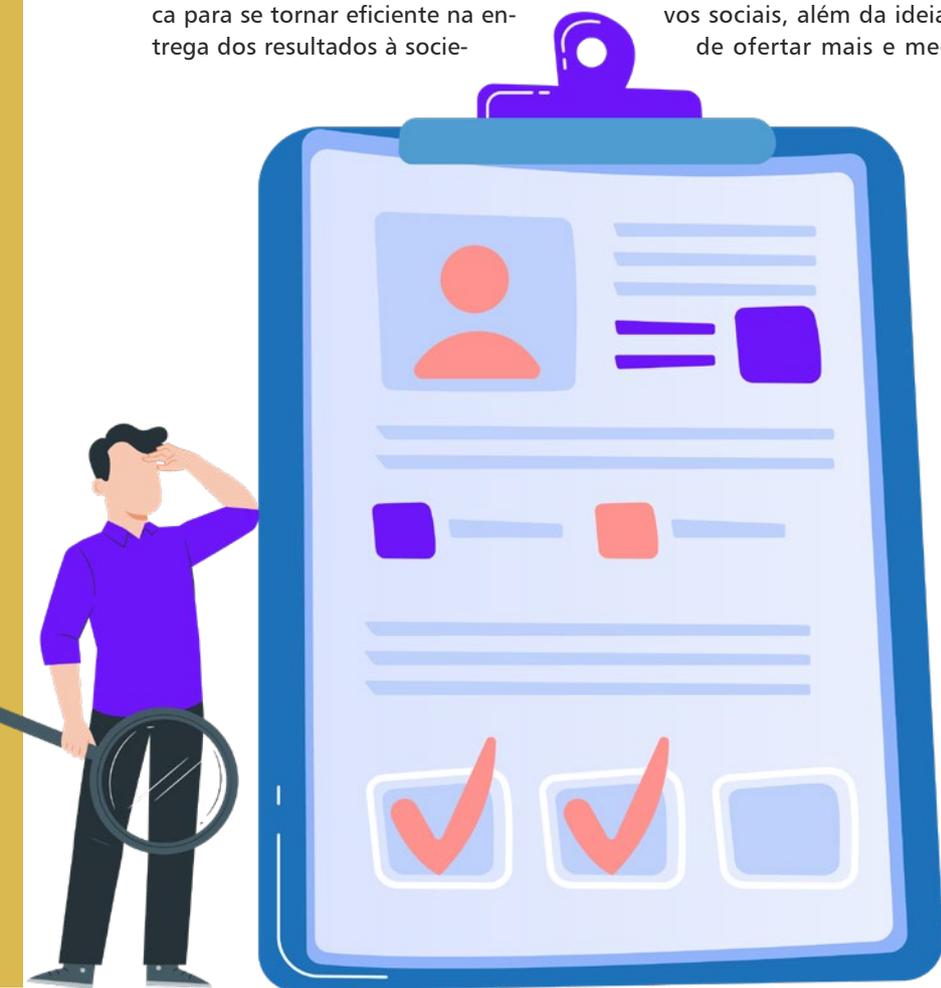
lhores serviços sejam colocados à disposição da sociedade.

Nesse viés, constata-se a relevância do capital intangível, tanto nas organizações privadas quanto nas organizações públicas. No que refere às organizações públicas, Joia (2001) descreve que a disseminação do conhecimento passa pela gestão do capital intangível e considera-o relevante para se chegar à eficiência na prestação dos serviços públicos.

Alinhado a isso, cita-se o estudo de Cichoski et al. (2019), os quais pesquisaram a influência do IGM-CFA sobre as práticas de governança eletrônica adotadas pelos municípios do Oeste do Paraná. Os autores constataram que o índice de gestão afeta de forma positiva e significativa a governança eletrônica dos municípios. Tal estudo corrobora a pesquisa de Teles (2021), que avaliou a relação entre as boas práticas de governança municipal, por meio do IGM, e a eficiência na gestão de convênios pactuados em 5.568 municípios brasileiros, tendo demonstrado que o índice de desempenho de gestão de transferências discricionárias e legais da União tem grau de correlação significativa com o IGM.

Nesse contexto, o objetivo do estudo consiste em verificar a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal, por meio dos fatores humano, estrutural, relacional e de transparência, sob a ótica da governança pública.

O presente estudo justifica-se dada a relevância da influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal, na busca pela eficácia de gestão e resultados das ações. Ainda, propiciar aos gestores uma perspectiva complementar da gestão pública quanto à necessidade de gerir os intangíveis, principalmente ferramentas aplicadas de governança para resultado e de instrumentos de gestão.



“Karlsson (2018) trouxe a perspectiva de que a redução das desigualdades passa pela racionalização do gasto público para a busca da otimização dos recursos e eficiência do atendimento à população, que será alcançada pelas melhorias nas práticas de gestão. Donec et dapibus ante, non mattis.”

Nessa ótica, é importante mencionar que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é o maior da América Latina, estimado em R\$ 9,9 trilhões em 2022, portanto, uma economia de grande porte, que representa algo em torno de 31,8% do total produzido pela região, ainda que tenha perdido representatividade para a década passada (2010 a 2019), cujo percentual encontrava-se em 38%. Cita-se, ainda que, em média, 9,9% das despesas com o PIB no ano de 2020 foram para pagamento dos gastos com servidores públicos, o que coloca o Brasil próximo dos gastos médios de países desenvolvidos, como Suécia, França, Itália e Alemanha (IPEA, 2022).

Karlsson (2018) trouxe a perspectiva de que a redução das desigualdades passa pela racionalização do gasto público para a busca da otimização dos recursos e eficiência do atendimento à população, que será alcançada pelas melhorias nas práticas de gestão. Corroboram o assunto Araújo e Leitão (2019), os quais constatam que o caminho para a efetividade está no investimento e na capacitação de seus intangíveis (os servidores públicos) que tendem a ser o diferencial da gestão para alcançar o bem-estar social de forma mais dinâmica.

2. Referencial Teórico

2.1 Teoria da Agência e Governança Pública

A teoria da Agência é definida como um contrato, no qual o principal contrata uma pessoa (denominada agente) para representá-lo e, portanto, com autoridade para tomar decisões. Ambas as partes (o agente e o principal) possuem interesses pessoais e buscam maximizar seus interesses (JENSEN E MECKLING, 1976).

No entendimento de Eisenhardt (1989), no que se refere à administração municipal, na perspectiva interna, tem-se que o chefe do Poder Executivo é o principal, que foi eleito pelo voto popular, enquanto os agentes são seus assessores, ministros e secretários, que contribuem para a qualidade da gestão.

Viana (2010) corrobora essa questão ao mencionar, na perspectiva externa, que trata como principal o cidadão, o contribuinte ou o eleitor que elegerá o agente; nesse caso, os gestores públicos, responsáveis por gerirem os recursos financiados pelo principal, mediante o pagamento de impostos. É nesse contexto que surgem as práticas de governança pública que serão utilizadas como ferramentas que visam minimizar os conflitos de agência (CICHOSKI et al., 2019).

A governança é tida como importante aliada quando se busca minimizar os problemas da agência e, segundo Carvalho (2002), pode ser compreendida como os princípios que governam o processo decisório das organizações de modo a ser possível gerenciar os conflitos de agência.

As boas práticas de governança corporativa estimulam aqueles que detêm o poder para a tomada de decisão a agirem de modo a alinhar os interesses das partes conflitantes. A governança corporativa tem papel mediador na redução dos conflitos dos agentes que conduzem a redução de riscos e tendem a buscar a excelência nas decisões corporativas, uma vez que elas serão conduzidas por processo transparente (BASTOS & SILVA, 2018).





Dessa forma, Santos e Rover (2019) analisaram a influência de práticas de governança pública na eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, a partir da perspectiva da nova governança pública (*new public governance*). Os resultados apontaram que as práticas de governança pública influenciaram a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.

A observância ao termo governança decorre, principalmente, das mudanças do papel do Estado em função da *new public management*, que se tornou amplamente discutida, passando a ser sinônimo de reforma do setor público (RHODES, 2017). Essa nova forma de administrar no setor público é corroborada por Castro e Silva (2017), que trazem a concepção de que os recursos públicos devem ser utilizados de forma eficaz, com vistas a terem o melhor desempenho e a propiciarem serviços de qualidade aos públicos de interesse.

Nesse sentido, os indicadores de gestão tornam-se importantes ferramentas para monitorar as ações executadas, sendo utilizados como forma de comparar as metas planejadas com os resultados alcançados, em um processo que precisa ser constante (GOMES, 2009). É uma maneira de poder verificar os resultados quanto aos serviços prestados e/ou aos bens públicos disponibilizados (COSTA et al., 2020).

O estudo de Zubyk et al. (2019) buscou identificar o nível de eficiência na gestão dos recursos locais aplicados nas áreas de educação e saúde dos municípios paranaenses, referente ao período de 2001 a 2012. Os resultados indicaram que aproximadamente 8% dos municípios paranaenses apresentaram eficiência máxima, em relação à gestão dos recursos destinados às áreas de educação e de saúde.

A pesquisa de Milinkovic et al. (2020) examinou os investimentos do Governo em saúde e em programas sociais que têm potencial para a criação de ativos intangíveis relacionados à infraestrutura intangível, os quais possuem importante papel para a entrega nos programas de saúde e/ou sociais, e, também, de intangíveis que se relacionam com o capital humano mais preparado para atender aos destinatários dos serviços do programa. A pesquisa de Conlledo (2020) corrobora a temática, uma vez que traz como ponto central a consideração quanto ao engajamento das pessoas como um dos principais ativos intangíveis a se ponderar para uma gestão pública com qualidade.

Sob a ótica dos indicadores de desempenho, cita-se o índice de governança municipal do Conselho Federal de Administração (IGM/CFA), o qual consiste em uma métrica da governança pública, que visa reconhecer, registrar e disseminar as boas práticas de gestão.

2.1.1 Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM)

O índice de governança municipal (CFA, 2018) tem como seu principal objetivo ser um indicador no monitoramento das boas práticas de gestão e, com isso, possibilitar o acompanhamento e o controle das ações municipais em benefício dos ajustes necessários para o desenvolvimento municipal sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

O IGM utiliza-se de dados secundários, advindos dos indicadores existentes (STN, IBGE, PNUD e Datasus), públicos e privados, que tratam das dimensões finanças, gestão e desempenho, cujos dados permeiam as áreas

de saúde, educação, gestão tributária, habitação, recursos humanos, transparência e violência, sendo uma métrica relacionada à administração pública dos municípios brasileiros (IGM-CFA, 2022)

Destaca-se que o IGM-CFA tem como diferencial abranger aspectos relacionados à governança e, dessa forma, permite aos gestores públicos acesso a informações do seu município e, também, de municípios que estão com melhores desempenhos e estratégias diferentes, que podem ser utilizadas como parâmetros na busca por melhorias que colaboram com a gestão do município (ALBUQUERQUE, 2017).

As dimensões que compõem o IGM-CFA são: finanças, desempenho e gestão. A dimensão finanças tem como indicadores fiscal, investimento *per capita*, custo legislativo e equilíbrio previdenciário; o desempenho está relacionado aos indicadores saúde, educação, segurança, saneamento e meio ambiente e vulnerabilidade social; por fim, a dimensão gestão tem como indicadores planejamento, colaboradores e transparência. As dimensões objetivam avaliar a gestão fiscal, mensurar as práticas de administração adotadas pelo município e avaliar o impacto das políticas públicas para os cidadãos do município (IGM-CFA, 2022). Assim, para que se tenha uma gestão mais dinâmica, que possa permitir a melhoria no que tange aos serviços prestados e à produtividade, é preciso ser efetivo na utilização dos capitais intangíveis, colocado como meta a ser alcançada, uma vez que se busque direcionar investimentos que possam permitir o desenvolvimento do capital intelectual (ARAÚJO & LEITÃO, 2019).

“O capital intelectual tornou-se o principal ativo das organizações por ser um ativo intangível com elevada capacidade de gerar benefícios para as entidades que controlam sua aplicação.”

2.2 Capital Intangível

O capital intelectual tornou-se o principal ativo das organizações por ser um ativo intangível com elevada capacidade de gerar benefícios para as entidades que controlam sua aplicação (GIMENES et al., 2019). Araújo e Leitão (2019) mencionam que o capital intelectual tem a capacidade de transformar a imagem da gestão pública ante seu público de interesse no que se refere à valorização do setor público.

O capital intangível deve ser reconhecido quando houver o preenchimento dos requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ainda que careça de substância física (DUMITRU, 2022). Para Meyr et al. (2019), os ativos intangíveis são caracterizados como recursos não físicos, que geram benefícios econômicos para a empresa, com custos identificáveis e com vida útil controlada e limitada pela organização.

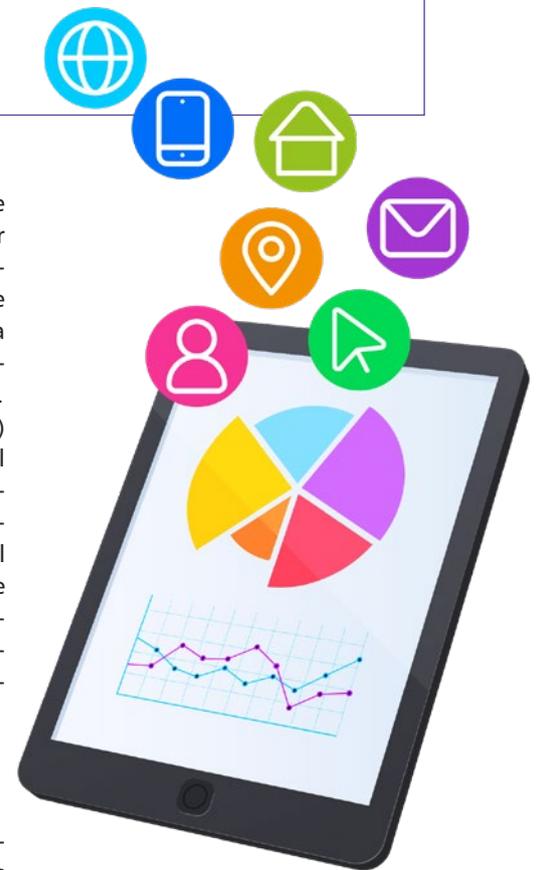
Nesse contexto, Crikingen et al. (2021) caracterizam o capital intelectual como um ativo intangível e até consideram tais termos sinônimos, sendo aquele importante para a criação de valor. Queiroz (2003) investigou o perfil das informações disponibilizadas pelos municípios espanhóis na internet para avaliar o capital intelectual, tendo justifi-

cado a pesquisa pela necessidade da administração pública de gerir o seu capital intangível, porém ressaltou ser necessário que cada ente público encontre o melhor sistema de gestão que se enquadre aos objetivos e às prioridades planejados.

O estudo de Rodrigues (2018) buscou medir o capital intelectual no setor público e trouxe como resultado que o capital intangível relações externas no Instituto Federal de Itumbiara (GO) foi aquele que melhor pontuou em relação às demais variáveis do estudo (transparência, organização interna e qualidade), que, segundo o autor, podem ser consideradas passivos intelectuais.

Já a pesquisa de Vieira (2020), que analisou o capital intelectual, demonstrou que todos os elementos estudados sob o enfoque de gestão: capital humano, organização interna, relação externa, qualidade e transparência, utilizando o modelo proposto por Queiroz (2003) como base, tiveram uma relação positiva no que se refere à valorização da gestão do capital intangível.

Ainda no contexto do capital intelectual, Donato e Dal Vesco (2021) realizaram pesquisa nas universidades federais brasileiras e confirmaram a existência e a relevância da mensuração desse capi-



tal para contribuir com melhorias na gestão, de forma que o efeito encontrado foi positivo e significativo entre os componentes do capital intelectual.

Silva e Jardon (2021) analisaram a capacidade do setor público utilizar-se de inovação influenciada pelo capital intelectual humano. Foi possível observar que a capacidade de inovar no setor público é influenciada pelos fatores de capital humano, de forma significativa e direta.

Nesse contexto, baseado na fundamentação teórica e nos estudos anteriores analisados, formulou-se a seguinte hipótese:

H₁: O capital intangível influencia direta e positivamente na efetividade da gestão municipal

A seguir, apresentam-se, na Figura 1, o modelo teórico da pesquisa com variáveis latentes de primeira e de segunda ordem e a hipótese formulada a partir do referencial teórico, as quais serão analisadas na Seção 4 deste estudo.

Conforme ilustrado na Figura 1, tem-se que as evidências teórico-empíricas demonstram que o ativo intangível tem influência na efetividade da gestão municipal, que, por consequência, busca criar valor por meio dos ativos intangíveis.

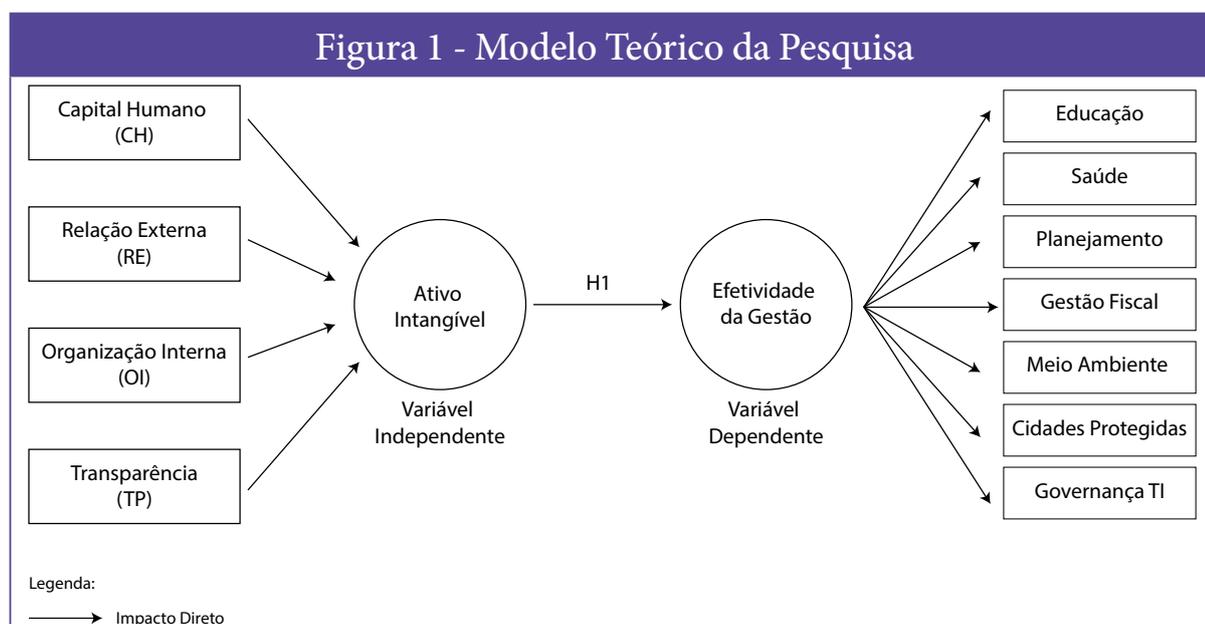
Espera-se que, ao confirmar a hipótese, os resultados da pesquisa se assemelhem aos estudos de Crespo (2018), que observaram a existência de relação entre o ativo intangível e a efetividade das ações, na direção do que preconiza Araújo e Leitão (2019), que o ativo in-

tangível tem a capacidade para ser o caminho que pode transformar a imagem da gestão pública. Espera-se, ainda, que seja possível, por meio do IGM-CFA, buscar os melhores desempenhos para servir de parâmetros para melhorias na gestão dos municípios, inclusive com a busca pelas boas práticas de gestão que visem ao desenvolvimento para os municípios. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG, 2015), a governança atua como um sistema que objetiva dirigir, monitorar e incentivar as organizações às boas práticas, de modo que seus princípios básicos se transformem em recomendações objetivas, que possam auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e que geram benefícios à população.

O estudo de Fontes Filho e Alves (2018) tratou de entender o problema de agência e dos mecanismos da governança em empresas estatais para mitigá-lo. Os autores apontaram significativas evoluções nas práticas de governança nas estatais, em tais países buscou-se adotar elementos

nos mercados de capitais que fortaleceram os mecanismos de controle interno e externo; acrescido, em Portugal, pela obrigatoriedade de exame anual por parte do Programa Destaque em Governança de Estatais da Bolsa de Valores e elaboração de código de governança específico para essas empresas. Santos e Rover (2018) pesquisaram a influência das práticas de governança pública na eficiência da aplicação de recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros e, a partir dos achados, concluíram pela influência da governança na efetividade da aplicação de recursos, em especial, no que tange à transparência e *accountability* nos municípios brasileiros. Nesse contexto, Correio e Correio (2019) investigaram as práticas de governança pública adotadas pelos órgãos da administração pública federal, tendo concluído que esses órgãos estão dando os passos necessários para adotarem as melhores práticas de governança corporativa, porém, alertam que ainda há um longo caminho a percorrer.

Figura 1 - Modelo Teórico da Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, a partir de saída do software SmartPLS3

“A governança atua como um sistema que objetiva dirigir, monitorar e incentivar as organizações às boas práticas, de modo que seus princípios básicos se transformem em recomendações objetivas, que possam auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e que geram benefícios à população.”

O estudo de Abílio Martins et al., (2021) analisou, por meio de um ensaio teórico, as relações existentes a respeito da teoria da Agência e da Governança Corporativa na aplicação no setor e nos serviços públicos. Os autores concluíram que uma boa estrutura de governança torna-se recomendável para uma eficaz administração e uma adequada gestão nos órgãos do setor público.

Baseado na fundamentação teórica e nos estudos anteriores, formula-se a seguinte hipótese:

H₂: A governança corporativa tem relevância na relação entre o CI e a efetividade

Espera-se que os resultados sejam similares aos pesquisados por Santos e Rover (2018), de que a governança influenciou na aplicação dos recursos públicos em educação e saúde, e ao estudo de Charão et al. (2022). Isso porque os autores trataram das orientações de melhores práticas de governança corporativa emitidas pelo grupo de países de mercado emergente de que fazem parte Brasil, Rússia, Índia, África do Sul (BRICS) ao setor público e constataram que essas práticas devem ser estímulo para que os países, não só os do BRICS, busquem cada vez mais implementarem políticas de boas práticas de governança.

3. Metodologia

O estudo é quantitativo, descritivo, do tipo estudo de caso. Optou-se pelo Município de Francisco Beltrão/PR, visto que ele continua os parâmetros para analisar os componentes formadores do capital intangível na gestão municipal e na efetividade da gestão municipal.

O constructo da pesquisa foi estabelecido pelo capital intangível e pela efetividade da gestão municipal. Contemplou-se como variável independente a gestão do capital intangível, e a variável dependente considerou-se a efetividade da gestão municipal.

Realizou-se a etapa de validação e confiabilidade por meio da estatística descritiva e da Modelagem por Equações Estruturais (SEM-PLS), a partir da técnica chamada “mínimos quadrados parciais” e da utilização do *Bootstrapping* para os testes de hipótese e significância das relações (p-valor).

Na sequência, os dados foram triangulados com os indicadores do Índice de Governança Municipal, sob gestão do Conselho Federal de Administração, tendo sido utilizados os dados referentes aos exercícios 2020 e 2021.



4. Análise dos Resultados e Discussão

O município possui em sua estrutura administrativa 2.585 servidores, destes 1.992 são servidores efetivos. No que tange à efetividade da gestão municipal no ano de 2020, o Município de Francisco Beltrão obteve 63 pontos. No quesito transparência pública, observa-se que, em 2020, o município obteve 92 pontos, classificando-se como o de melhor índice de transparência no Estado do Paraná para municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes.

A pesquisa obteve 51 respostas válidas e, dos respondentes, 9 ocupavam o cargo de secretário(a) municipal e 42 estavam nas funções de diretores ou em órgãos de assessoramento. Do total de respondentes, 30 eram do gênero feminino, sendo 3 em função de secretário(a) municipal e 21 do gênero masculino, tendo 6 em função de secretário(a) municipal.

O número de respostas recebidas é considerado satisfatório, portanto, considera-se a amostra pronta para se proceder às análises, uma vez que o presente estudo buscou obter informações com base na percepção dos gestores municipais.

4.1 Análise Fatorial Confirmatória e Descritiva

Para a análise do modelo estrutural, foram utilizadas 51 observações, 4 variáveis latentes para a variável independente e 7 variáveis latentes para a variável dependente, de primeira e segunda ordem, por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC).

Foram excluídas as variáveis observáveis do fator capital intangível e do fator efetividade da gestão municipal, que apresentaram carga fatorial menor que 0,7.

Utilizaram-se os estudos de Rodrigues (2018), Vieira (2020) e Donato e Dal Vesco (2021), apresenta-

Dimensão	Dados da Pesquisa (2022) Escala 1 a 7	Donato e Dal Vesco (2021) Escala 1 a 7	Vieira (2020) Pontos*	Rodrigues (2018) Pontos*
Capital Humano	4,451	4,77	5,48	3,58
Organização Interna	5,878	4,69	4,79	3,01
Relação externa	5,897	5,10	4,43	3,98
Transparência	6,191	-	5,84	3,43

Fonte: dados da pesquisa, a partir de saída do *software* SmartPLS3.

* Ajustado escala 1 a 7. Utilizou-se o percentual representativo da nota (escala de 0 a 100) das referidas pesquisas para multiplicar o valor máximo (7) da escala de Likert de forma a encontrar a posição referente na escala Likert de 7 pontos.

Dimensão	Variância Média Extraída (AVE)	Alfa de Cronbach	Confiabilidade Composta
Capital Intangível	0,615	0,784	0,863
Efetividade da Gestão Municipal	0,550	0,860	0,893

Fonte: dados da pesquisa, a partir de saída do *software* SmartPLS3.

dos na Tabela 1, a fim de comparar com as médias da pesquisa.

Os resultados dos componentes capital humano, organização interna, relação externa e transparência apresentaram-se com efeito direto, positivo e alto. O componente capital humano apresentou resultado similar ao de Donato e Dal Vesco (2021), Rodrigues (2018), e Vieira (2020), de forma a ser possível observar que a não utilização dos ativos intangíveis tende a dificultar o direcionamento das instituições públicas para o caminho do melhor desempenho. No que diz respeito à organização interna, o resultado é melhor que aqueles dos estudos de Vieira (2020), Donato e Dal Vesco (2021) e Rodrigues (2018) que reforça a importância do esforço para se prestar serviço de qualidade.

No que diz respeito ao componente relação externa, o resultado apresentou-se mais significativo do que aqueles das pesquisas de Donato e Dal Vesco (2021), Vieira (2020) e Rodrigues (2018). Em relação à transparência, o resulta-

do se mostrou mais significativo do que as médias dos estudos de Vieira (2020) e Rodrigues (2018) e corrobora a concepção de Cinca et al. (2003), que constataram ser a transparência no setor público um objetivo fundamental.

Após a análise descritiva, buscou-se a construção da modelagem de equações estruturais, apresentada a seguir.

4.1.1 Avaliação do Modelo de Mensuração e Estrutural

A análise da validade discriminante foi utilizada para avaliar a consistência do modelo de mensuração com os dados de primeira ordem. Para a validade discriminante, verificou-se que a validade discriminante é satisfatória.

O Alpha de Cronbach, a validade convergente, a variância média extraída (AVE) e a confiabilidade que constam da Tabela 2 demonstraram ser confiáveis. A análise da estatística de colinearidade (VIF) relacionada à multicolinearidade, indicou não haver multicolinearidade.

“O modelo estrutural da pesquisa foi realizado por meio do cálculo do Algoritmo PLS e Bootstrapping (cálculos não paramétricos em técnica de reamostragem). Na sequência, verificou-se o R^2 (Coeficiente de relação de Pearson) de cada construto.”

Por fim, realizaram-se os testes para análise do ajustamento do modelo que identificou o modelo como sendo de bom ajustamento, uma vez que os valores de Q^2 são maiores que zero ($Q^2 > 0$). De igual forma, o RMS_{Theta} apresentou um valor de 0,117 que indica ser um bom ajuste de modelo.

Após a realização dos testes e análises concluiu-se que o modelo tem qualidade satisfatória para ser utilizado como mensuração. O modelo estrutural da pesquisa foi realizado por meio do cálculo do Algoritmo PLS e *Bootstrapping* (cálculos não paramétricos em técnica de reamostragem). Na sequência, verificou-se o R^2 (Coeficiente de relação de Pearson) de cada construto. Destaca-se que o poder explicativo da variável independente do modelo estrutural da pesquisa, uma vez que esse índice demonstra ter o capital intangível (variável independente) capacidade de explicar 79,10% (0,791) da efetividade da gestão municipal (variável dependente).

4.2 Discussão dos Resultados

Os resultados do modelo estrutural estudaram a influência do capital intangível na efetividade da gestão municipal, hipótese H_1 , de forma a ser possível avaliar a infe-



Tabela 3 - Relação entre Capital Intangível e a Efetividade da Gestão Municipal

Caminho	Hipótese	Coeficiente de Caminho	p-valor	Significante	Validação
H1: Há influência positiva dos capitais intangíveis para a efetividade de gestão.					
CI -> EG	H1	0.889	0.000	Sim	Aceita

Fonte: dados da pesquisa, a partir de saída do software SmartPLS3.

rência nas relações entre a variável independente (capital intangível) e a variável dependente (efetividade da gestão municipal), os resultados estão descritos na Tabela 3.

Os resultados apontam relação positiva e significativa (p -valor $< 0,05$) entre o capital intangível e a efetividade da gestão municipal. Observou-se efeito direto, positivo e alto (0,889) que confirma a existência de influência positiva do capital intangível para a efetividade da gestão municipal. Dessa for-

ma, **aceita-se H_1** e reforça o achado da pesquisa de Queiroz (2003) quanto à gestão do capital intangível nas entidades públicas e que essas devem implementar sistemas de gestão adequada de capitais intangíveis. O resultado da pesquisa corrobora o estudo de Araújo e Leitão (2019) que, a partir dos seus achados, concluíram que o ativo intangível tem a capacidade de transformar a imagem da gestão pública entre os seus públicos de interesse, valorizando a gestão.



Por fim, tal resultado vai ao encontro da concepção de Karlsson (2018), de que o intangível é importante para que se possa reduzir as desigualdades, por meio da racionalização do gasto público, a ser possível pela otimização dos recursos e pela eficiência do atendimento à população, mediante melhorias nas práticas de gestão, com ênfase no desenvolvimento do capital intangível disponível.

A partir dos dados da pesquisa, foi realizada a triangulação dos dados IGM-CFA do Município de Francisco Beltrão, divulgados no *síte* do CFA (2020; 2021), conforme apresentado na Tabela 4, com fins de comparação:

O índice fiscal obteve 71,10 na pesquisa e apresentou-se significativa. O resultado é classificado como B, porém não se encontra distante da classificação B+ no IGM (2020), que se repete no IGM (2021). Portanto, é possível classificar a relação entre os índices como coincidentes. Cabe informar que o resultado está acima da classificação no IGM do Estado do Paraná e bem acima do IGM Brasil.

No que tange à comparação relacionada ao índice saúde, que obteve o resultado de 88,00 na percepção dos respondentes, ela vem

ao encontro do que se apresenta no IGM (2020), sendo, inclusive, um dos melhores resultados do Município de Francisco Beltrão, considerado B+. Observou-se, também, que houve uma melhora considerável no índice do IGM (2021), que alcançou 96,30 pontos, classificando-se como A. O índice é melhor do que os IGMs Paraná e Brasil. Dessa forma, considerou-se como coincidentes os resultados para esse índice.

Já os achados para o índice de educação de 78,70 apresentaram relevância significativa e seus resultados são bem próximos da classificação do IGM (2020 e 2021), com classificação de ambos em B+. Esse índice tem apresentado melhorias nos últimos anos pela avaliação do IGM, inclusive, mantendo-se superior aos índices IGM Brasil e Paraná, não muito distante de ambos. Portanto, considera-se que o índice saúde também é coincidente entre pesquisa e IGM.

Quanto aos índices saúde e educação, os resultados corroboram a pesquisa de Santos e Rover (2019),

que indicam que as práticas de governança pública influenciaram a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.

Com relação ao achado de segurança, o resultado observado na variável foi de 78,70, que se encontra próximo da classificação do município no IGM (2020), que foi B no IGM (2020), mas com uma leve queda para C no EGM (2021). O índice da pesquisa e no IGM (2020 e 2021) para o município estão muito acima do encontrado nos IGMs Brasil e Paraná. Para fins de comparação com a pesquisa, considerou-se coincidente.

O índice meio ambiente apresentou significância, tendo pontuado em 56,00, o que fez a pesquisa e o IGM (2020, 2021) ficarem distantes, enquanto a pesquisa assemelhou-se ao C+, em ambos os anos pelo IGM apresentaram-se como B+, com 88,50 e 89,40. Tem-se, portanto, a primeira divergência entre a pesquisa e os índices IGM. Apesar disso, os índices IGM Brasil e Paraná encontram-se abaixo daquele encontrado na pesquisa.

Tabela 4 - Resultados Comparativos IGM (2020; 2021) e Dados da Pesquisa

Dimensão	IGM (2020)	Escala *	IGM (2021)	Escala *	Dados da Pesquisa	Escala *	Comparação	IGM Paraná (2021)	IGM Brasil (2021)
Índice Geral	80,00	B+	81,00	B+	75,47	B+	Coincidente	53,80	52,70
Índice Finanças	79,10	B+	84,10	B+	71,10	B	Coincidente	44,60	43,90
Fiscal	85,60	B+	84,90	B+	71,10	B	Coincidente	61,70	47,00
Índice Desempenho	79,70	B+	81,70	B+	75,35	B+	Coincidente	58,80	54,90
Saúde	79,80	B+	96,30	A	88,00	B+	Coincidente	69,70	66,50
Educação	79,70	B+	80,60	B+	78,70	B+	Coincidente	73,60	63,30
Segurança	73,70	B+	68,50	C+	78,70	B+	Coincidente	46,60	48,60
Meio ambiente	88,50	B+	89,40	B+	56,00	C+	Divergente	49,80	36,20
Índice Gestão	82,10	B+	76,00	B+	77,90	B+	Coincidente	57,90	59,30
Planejamento	65,80	C+	65,00	C+	81,20	B+	Divergente	34,70	42,80
Governança	92,30	A	90,00	A	74,60	B+	Divergente	69,40	70,50

Fonte: CFA (2020; 2021) e dados da pesquisa, a partir da saída do software SmartPLS3.

*Utilizaram-se os parâmetros da escala do IEGM para fins de análise

“Quanto aos índices saúde e educação, os resultados corroboram a pesquisa de Santos e Rover (2019), que indicam que as práticas de governança pública influenciaram a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.”

Já o índice planejamento, que obteve 81,20 na pesquisa, ainda que significativo, também apresentou divergência nos índices do IGM (2020, 2021), em que ambos tiveram C + nesses anos, relacionada, principalmente, à queda dos valores do capital intelectual. A pontuação da pesquisa é quase o

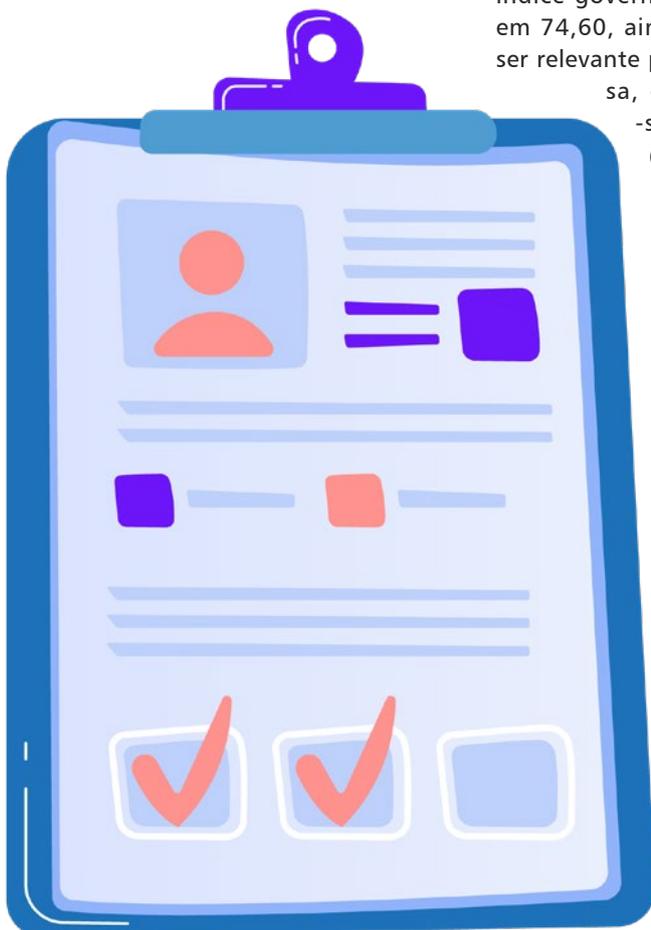
dobro do resultado dos IGMs Brasil e Paraná. Sobre essa variável, torna-se importante que a entidade pública se aproxime do conceito de Crespo (2018) sobre a essencialidade do capital intangível para que o ente público possa alcançar suas metas.

Por fim, no que tange ao índice governança, que resultou em 74,60, ainda que demonstre ser relevante para fins da pesquisa, o índice encontra-se distante do IGM (2020, 2021), que classifica Francisco Beltrão com A. Em relação à pesquisa, entende-se serem divergentes. O município tem seguido a concepção de Correio e Correio (2019), na qual os órgãos estão dando os passos necessários para adotarem as melhores práticas de governança corporativa, mas ainda há espaço para melhorias. Charão et al. (2022) reforçam essa te-

mática de que as boas práticas de governança corporativa servirão de estímulo para que se busque cada vez mais a implementação de políticas de governança, não só os países do BRICS, que foi o foco do seu estudo.

A triangulação com o IGM permitiu observar que a pesquisa esteve coincidente nos índices fiscal, saúde, educação e segurança. Houve divergência nos índices “meio ambiente” e “governança”, ainda que os resultados nesses itens tenham sido melhores no IGM do que na pesquisa. Já o índice planejamento encontrou-se divergente, também, mas, nesse caso, por apresentar-se menor no IGM do que no resultado da pesquisa.

Para concluir, ainda que tenha havido três divergências nos fatores, é importante mencionar que, nas macroáreas, os índices de finanças, de desempenho e de gestão apresentaram-se coincidentes, ou seja, os resultados da pesquisa são similares aqueles encontrados no IGM (2020, 2021). De igual forma, o índice geral do IGM para o Município de Francisco Beltrão, em 2020 e 2021, foi coincidente com os resultados da pesquisa, o que faz aceitar a hipótese H2, de que a governança corporativa tem relevância na relação entre o CI e a efetividade.



5. Considerações Finais

As evidências encontradas confirmam a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal, sob a ótica da governança pública na amostra do estudo. Os resultados demonstram que, na perspectiva da gestão municipal, os elementos formadores do capital intangível são possíveis potencializadores de benefícios para a administração municipal e a sociedade e demonstram potencial para colaborar com a gestão pública para que essa se torne eficiente na entrega dos resultados à sociedade.

No que diz respeito ao índice de planejamento, um dos quesitos que influenciou a sua queda foi aquele relacionado às questões acerca do capital intelectual. Esse resultado vai ao encontro de Silva e Jardon (2021), que apontaram que os fatores de capital humano têm significância, e, também, assemelham-se aos estudos de Cinca et al. (2003) e Moura et. al. (2017), corroborados

por Crespo (2018) no que se refere à essencialidade do capital intangível para que o ente público possa alcançar suas metas.

A pesquisa também revela ser importante que os gestores públicos tenham ciência e saibam gerenciar seus capitais intangíveis, e reforça os estudos de Castro e Silva (2017) e Serra (2007) ao identificarem a existência da influência do capital intangível na efetividade da gestão municipal. Tais resultados coadunam com aqueles apresentados por Crespo (2018), que demonstraram a existência de relação entre o capital intangível e a efetividade das ações; e, ainda, é ratificado por Araújo e Leitão (2019), quanto ao fato de o capital intangível ser capaz de transformar a imagem da gestão pública que conduza a sua valorização.

Na comparação dos resultados da pesquisa e do resultado do IGM (2020; 2021), demonstrou-se ter

havido compatibilidade coincidente entre os resultados dos índices fiscal, saúde, educação e segurança. Com relação ao índice planejamento, os respondentes entenderam que esse índice está melhor do que aquele apresentado na avaliação do IGM, portanto divergente. Já os índices meio ambiente e governança, também se apresentaram divergentes, porém, nesse caso, apresentaram-se melhor no IGM do que no resultado da pesquisa.

5.1 Implicações Teóricas

Como contribuição para a literatura, esta pesquisa demonstra a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal, sob a ótica da governança pública, e pode auxiliar os processos de tomadas de decisões. Embora a gestão do capital intangível seja complexa, evidencia-se que os municípios precisam focar na busca pela eficácia de gestão e de resultados das ações realizadas, os quais foram apresentados por meio dos indicadores de gestão.



5.2 Implicações para a Prática de Gestão Municipal

Diante dos resultados do estudo, observa-se que os elementos capital humano, organização interna, relação externa e transparência demonstram possíveis deficiências dos sistemas de gestão de intangíveis na gestão municipal e que necessitam de melhorias. Dentre esses, constata-se que o capital humano obteve a pior média, resultado que aponta para a necessidade de maiores esforços da gestão, visto que os elementos inseridos no capital humano têm o potencial de transformar, inovar e fornecer impulso para serem capazes de impactar, positivamente, os resultados esperados. Isso afeta os indicadores de governança e configura um elemento importante no aspecto social.

Desse modo, a contribuição deste estudo oportuniza aos gestores

públicos uma análise sobre a governança alcançada por seu município e como o capital intangível pode proporcionar melhores práticas de gestão, resultando na efetividade das ações realizadas. Além disso, representa uma ferramenta de comparação com os indicadores de gestão de outros órgãos governamentais.

Portanto, o presente estudo inova ao analisar a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal e os indicadores do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração.

5.3 Limitações e Recomendações

O estudo apresentou limitações quanto à amostra analisada, uma vez que a população definida para este estudo foi composta de secretários municipais, diretores e órgãos de assessoramento. Assim, ao apresentar uma população es-

pecífica, é possível considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão.

No que tange às futuras pesquisas, a partir dos resultados deste estudo, sugere-se a continuidade seja expandida para uma amostra que agregue outros cargos e outras funções e que seja realizado em outros municípios, para averiguar a influência do capital intangível sobre a efetividade da gestão municipal.

Espera-se que esta pesquisa estimule os gestores públicos a implementarem ações continuadas que visem à eficiência da aplicação dos recursos públicos, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do município. Evidencia-se, ainda, a relevância da governança pública na promoção da eficiência da gestão pública da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade.

Referências

ABILIO MARTINS, V.; JEREMIAS JUNIOR, J.; FERNANDO ENCISO, L. Conflitos de agência, governança corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. *RGC – Revista de Governança Corporativa*, São Paulo (SP), v. 5, n. 1, 2021. DOI: 10.21434/lberoamericanJCG.v5i1.25.

ALBUQUERQUE, A. J. L., SALEM, I., MOURA, R. N., MARTINS, H. F., & PORTO, G. Índice CFA de governança municipal, *Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, DF, Brasil, 10, 2017, julho.

ARAÚJO, A. A.; LEITÃO, C. R. S. Ativo intangível no setor público: percepção das instituições federais de ensino superior quanto ao cumprimento da NBC TSP 081. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 9, n. 3, p. 31-45, 2019.

BASTOS, W.; SILVA, C.D.S. Evolução da governança corporativa no Brasil: levantamento da produção científica dos cursos de mestrado e doutorado de 2010 a 2016. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, 2018.

CARVALHO, A. G. de. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. *Revista de Administração – RAUSP*, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

CASTRO, C. J., & SILVA, G. V. *Boas práticas de governança aplicadas ao setor público: uma análise na prestação de contas de cinco universidades públicas federais*. *Espacios*, v. 38, n. 17, p. 26, 2017.

CFA – CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. *Diagnóstico Brasil IGM/CFA*. Brasília: [s. n.], 2022. Disponível em: <https://cfa.org.br/tags/diagnostico-brasil-igm-cfa/>. Acesso em: mar. 2023.

CHARÃO, F. P., OLIVEIRA, O. V., MAIA, L. L. C. L. Orientações de melhores práticas de governança corporativa emitidas pelos países do BRICS ao setor público. *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)*, v. 13, n. 3, p. 1672-1693, 2022.

CICHOSKI, F.C.L., SEHN, L.C., MELLO, G.R. Índice de governança municipal e práticas de governança eletrônica: um estudo com os municípios do Oeste do Paraná. In: *Anais do 19º USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, 2019.

CINCA, C. S.; MOLINERO, C. M.; QUEIROZ, A. B. The measurement of intangible assets in public sector using scaling techniques. *Journal of Intellectual Capital*, Bradford, Reino Unido, v. 4, n. 2, p. 249-275, 2003.

CONLLEDO, P. P. Análisis de los componentes del bien intangible compromiso ciudadano en el sector público. *Doxa Comunicación*, v. 30, p. 79-106, 2020.

CORREIO, M.N. O.P, CORREIO, CORREIO, O.V.O. Práticas de governança pública adotadas pela administração pública federal brasileira. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 2, 2019.

COSTA, G. M., XAVIER JÚNIOR, A. E., RÊGO, T. F., & MACEDO, A. F. P. Nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros: um estudo sobre a relação dos indicadores socioeconômicos e demográficos. *Interface – Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2020.

CRESPO, M. J. C. En busca de un marco para medir el valor intangible de la gestión pública - análisis de casos prácticos de evaluación del "valor público". *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*, 19, 2018.

CRIEKINGEN, K.V., BLOCH, C., EKLUND, C. Measuring intangible asset – A review of the state of the art. *Journal Economic Surveys*, 2021 DOI: 10.1111/joes.12475.

DONATO, E. L., & DAL VESCO, D. G. Capital intelectual de universidades federais brasileiras: influências isomórficas nas áreas de administração e planejamento. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 19 (5anos), p. 24-48, 2021.

DUMITRU, A. P. Intangible Assets – an important resource for enterprise performance management. Institute for World Economy of the Romanian Academy, v. 10, n. 1, p. 107-111, 2022.

EISENHARDT, K.M. *Agency theory: an assessment and review*. The Academy of Management Review, v.14, n. 1, p. 57-74, Jan. 1989.

FONTES FILHO, J. R., ALVES, C. F. Mecanismos de controle na governança corporativa das empresas estatais: uma comparação entre Brasil e Portugal. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 16, n. 1, 2018.

GIMENES, R. M. T., MOTA, E. A., TAPIA, D. V., CARRARO, F., & GONÇALVES, D. D. Capital humano, relacional e estrutural em organizações hospitalares: evidências empíricas/Human, relational and structural capital in hospital organizations: empirical evidence. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 12, p. 30432-30450, 2019.

GOMES, E. G. M. *Gestão por resultados e eficiência na administração pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2009.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa (5. ed). São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: www.ibgc.org.br em: Acesso em: 13 mar. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas Econômicas. *Nota Técnica 58 – despesas com pessoal ativo na federação brasileira (2002-2020)*. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/5/BMT74_despesas_pessoal.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

IRB – Instituto Rui Barbosa. *1º Anuário do IEGM Brasil 2016 (Índice de efetividade da gestão municipal): aplicado aos municípios brasileiros*. Minas Gerais. p. 7 a 13, 2016. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/indice-da-efetividade-da-gestao-municipal>. Acesso em: 13 ar. 2023.

JENSEN, M. C., & MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305–360, 1976 doi:10.1016/0304-405x(76)90026-x.

JOIA, L. A. Measuring intangible corporate assets – Linking business strategy with intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, v.1, n. 1, p. 68-84, 2001.

MILINKOVIC, D., HURLEY, J., SWEETMAN, A., FEENY, D., TARRIDE, J.-É., LONGO, C. J. AND MCCracken, S. "Unrecognized assets created by public-sector investments in health and social services", *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 2020.

MOURA, A. M. DE A.; RIBEIRO, V. P. L. & MONTEIRO, S. M. DA S. *A responsabilidade social no setor público: uma perspectiva teórica sobre a divulgação de informação*. VII Conference on Environmental Management and Accounting The Portuguese CSEAR Conference. *International Business and Economics Review*, v. 8, p. 1-41, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Índice de desenvolvimento humano municipal-IDHM*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

QUEIROZ, A. B. *La medición del capital intelectual em el sector público*. 373 f (Tesis Doctoral). Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de Zaragoza. Zaragoza: Unizar, 2003.

RHODES, R. *Understanding governance: 20 years on*. Disponível em: <http://www.rawrhodes.co.uk/wp-content/uploads/2017/07/National-governance-Review.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2023.

RINGLE, C. M., SILVA, D., & BIDO, D. D. S. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 13, n. 2, p. 56-73, 2014.

RODRIGUES, R. V. *Setor público e a avaliação do capital intelectual: um estudo de caso no Instituto Federal de Goiás, segundo o modelo de medição do capital intelectual no setor público proposto por Queiroz em 2003*. Dissertação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2018.

SANTOS, R. R., ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, v. 53, p. 732-752, 2018.

SERRA A. *Modelo aberto de gestão de resultados no setor público*. Tradução de Ernesto Montes – Bradley y Estayes. Natal: SEARH/RN, 2008.

SILVA, R. B. DA., & JARDON, C. M. F. La relación entre capital intelectual humano y capacidad de innovación en el sector público. *Revista Científica "Visión de Futuro"*, v. 25, n. 2, p. 114-136, 2021.

SILVA, M. V. G. Índice de governança pública municipal (IGovPMun): um instrumento de avaliação e controle social. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 11, n.3, p. 795-821, 2022.

TELES, J. E. M. *Análise da relação existente entre a governança pública e a eficiência na gestão de recursos federais nos municípios brasileiros no ano de 2021*. (Dissertação de Mestrado em Governança). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2022.

VIANA, E. *A Governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais*. (Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, 2010.

VIEIRA, R. N. *Gestão de capital intelectual no setor público federal: aplicação do modelo proposto por Queiroz (2003) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia*. Dissertação de Mestrado Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2020.

ZUBYK, A. R., RIBEIRO, F., CLEMENTE, A., & GERIGK, W. *Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e de saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no Estado do Paraná*. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 38, n. 1, 2019.



Artigo Convidado

O impacto do trabalho remoto durante a crise pandêmica de Covid-19 no *work-life balance* e na produtividade dos profissionais da contabilidade: um estudo comparativo entre Brasil, Peru e Estados Unidos

Os desdobramentos da crise pandêmica de Covid-19 incutiu o trabalho remoto de forma abrupta para muitos profissionais da contabilidade, uma vez que passou ser a alternativa para contornar as restrições regulamentadas para conter a disseminação do vírus. Em virtude do *lockdown*, os trabalhadores precisaram gerir sua vida profissional e pessoal em um mesmo espaço físico e se adaptarem às novas formas de exercer suas funções. Há uma preocupação sobre o impacto da adoção do trabalho nessas circunstâncias, especialmente sobre o equilíbrio vida-trabalho e a produtividade do trabalho realizado, o que pode comprometer a sustentabilidade dessa prática. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo identificar o impacto do trabalho remoto durante a Covid-19 no *work-life balance* e na produtividade de profissionais da contabilidade. No intuito de atingir esse propósito, realizou-se uma pesquisa de cunho quantitativo, em que foram coletados dados de 1.262 profissionais de três países: Brasil, Peru e Estados Unidos, analisados utilizando técnicas de estatística descritiva e nuvem de palavras. Os resultados encontrados evidenciam e documentam as diferenças culturais sobre a adoção do trabalho remoto pelos profissionais dos três países. Encontrou-se que o maior impacto relatado pelos brasileiros ocorreu no seio familiar, associado a uma percepção de indiferença ou ao aumento na produtividade no trabalho. Para os profissionais peruanos, notou-se uma redução nessa produtividade, oriunda do aumento da carga de trabalho, o que desencadeou impactos negativos na sua vida pessoal, como cansaço e estresse; enquanto para os norte-americanos a principal preocupação se centrou sobre o trabalho, refletido principalmente no maior número de horas trabalhadas, maior produtividade e reclamações acerca a quantidade de distrações.

Márcia Maria dos Santos
Bortolocci Espejo

Graduada em Administração, Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados. Tem especialização em Contabilidade Financeira e Gerencial. Mestrado em Administração. Doutorado em Controladoria e Contabilidade.

E-mail: marcia.bortolocci@ufms.br

Guilherme Alves de Souza Andrade

Graduado em Ciências Contábeis, com mestrado em Ciências Contábeis.

E-mail: alves.andrade@ufms.br

Charles Stanley

Graduado em Matemática e Inglês, com mestrado em Contabilidade. Doutorado em Contabilidade.

E-mail: Charles_Stanley@baylor.edu

Ruth Mirihan Romero Huamani

Graduado em Filosofia, com mestrado em Filosofia.

E-mail: rromeroh@unmsm.edu.pe

1. Introdução

A crise pandêmica de Covid-19 acelerou de forma significativa e abrupta a inserção do trabalho remoto dentro das práticas organizacionais (RAISIENE et al., 2020). Impelidas a adotarem essa prática a fim de permitirem a continuidade dos processos inerentes à atividade empresarial, as organizações precisaram adaptar o *modus operandi* dos seus processos internos (CHANG, CHIEN & SHEN, 2021). Embora essa mudança tenha sido operacionalizada com destacada agilidade pelas empresas (WILLIAMS, 2021), esse deslocamento emergencial impôs desafios aos trabalhadores, uma vez que precisaram gerir sua vida pessoal e profissional em um mesmo espaço físico (LONSKA et al., 2021).

O trabalho remoto propõe algumas vantagens, como, por exemplo, maior proximidade com familiares e flexibilidade (GRINCEVICIENE, 2020), e desvantagens, como a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma demarcação explícita entre vida pessoal e profissional (RUDOLPH et al., 2021; SYREK et al., 2022). Ainda que essas sejam as percepções usuais, a adoção do trabalho remoto dentro do contexto pandêmico deve ser investigada de forma particular, uma vez que essa transição foi involuntária e generalizada, o que culminou com todos os membros familiares compartilhando o mesmo espaço de forma contínua e ininterrupta (ADISA et al., 2022).

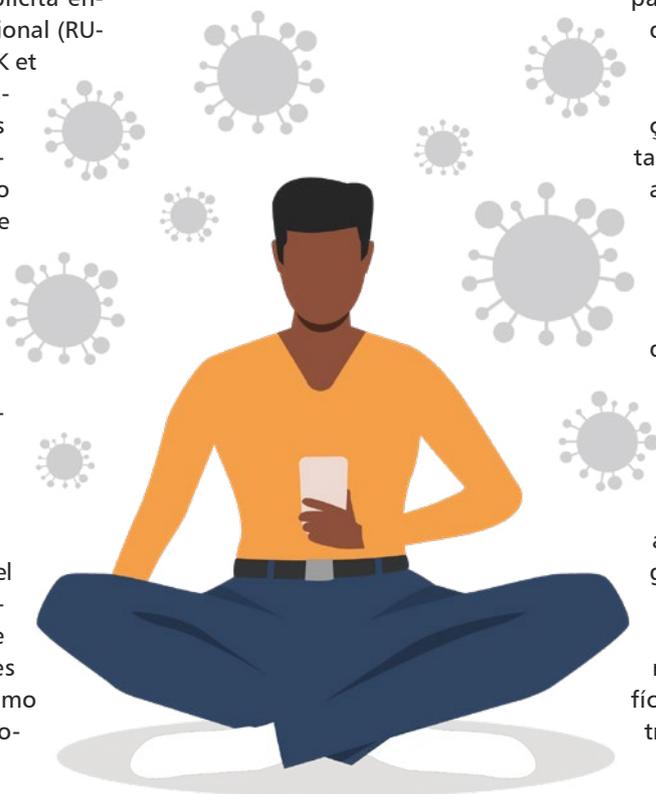
Na literatura, é possível identificar variados trabalhos que investigaram esse fenômeno em diferentes países e culturas, tais como grandes companhias co-

lombianas (CAMPO, AVOLIO & CARLIER, 2021), funcionários da Letônia (LONSKA et al., 2021), trabalhadores da Lituânia (STANKEVICIUTE & KUNSKAJA, 2021) e organizações multinacionais holandesas (SYREK et al., 2022). Os achados, todavia, apresentam considerável variabilidade. Campo, Avolio e Carlier (2021), por exemplo, não encontraram uma correlação entre trabalho remoto com as variáveis *performance* e equilíbrio vida-trabalho no contexto da Covid-19, enquanto os trabalhos de Lonska et al. (2021), Stankeviciute e Kunskaja (2021) e Campo, Avolio e Carlier (2021) registraram um claro comprometimento do equilíbrio vida-trabalho e uma perceptível dificuldade de adaptação frente às inúmeras demandas, oriundas tanto de demandas familiares quanto de demandas do trabalho.

Identifica-se, portanto, uma possível diferença entre a experiência vivenciada entre trabalhadores europeus e latino-americanos. Entretanto, observa-se uma carência de estudos que investiguem esse

fenômeno em países americanos, especialmente comparando a experiência entre diferentes países e culturas e relacionando o equilíbrio vida-trabalho (*work-life balance*) (STANKEVICIUTE & KUNSKAJA, 2021) e particularmente em relação a profissionais da contabilidade (BUCHHEIT et al., 2016). Com o objetivo de contribuir no atendimento a essa lacuna, este artigo possui a seguinte questão de pesquisa: **Qual o impacto do trabalho remoto durante a Covid-19 no *work-life balance* e na produtividade dos profissionais da contabilidade do Brasil, do Peru e dos Estados Unidos?** A fim de responder à questão proposta, coletou-se a percepção de 1.262 profissionais atuantes em diferentes áreas de três países (Brasil, Estados Unidos e Peru) quanto ao equilíbrio vida-trabalho e à produtividade do trabalho remoto durante o período pandêmico.

Os achados deste artigo podem fornecer informações importantes sobre a percepção e as experiências vivenciadas nesse período em países onde há pouca evidência empírica sobre esse fenômeno, e identificar similaridades e diferenças entre culturas distintas. Além disso, ao elencar as principais dificuldades percebidas e a influência delas sobre a produtividade do trabalho remoto e o equilíbrio vida-trabalho desses profissionais, gestores e empresários podem utilizar os achados e os relatos destacados para desenvolver estratégias que possam amenizar os efeitos negativos e eliminar os principais gargalos, a fim de que possam usufruir com mais eficiência dos benefícios proporcionados pelo trabalho remoto.



“Ainda que essas sejam as percepções usuais, a adoção do trabalho remoto dentro do contexto pandêmico deve ser investigada de forma particular, uma vez que essa transição foi involuntária e generalizada.”

2. Referencial Teórico

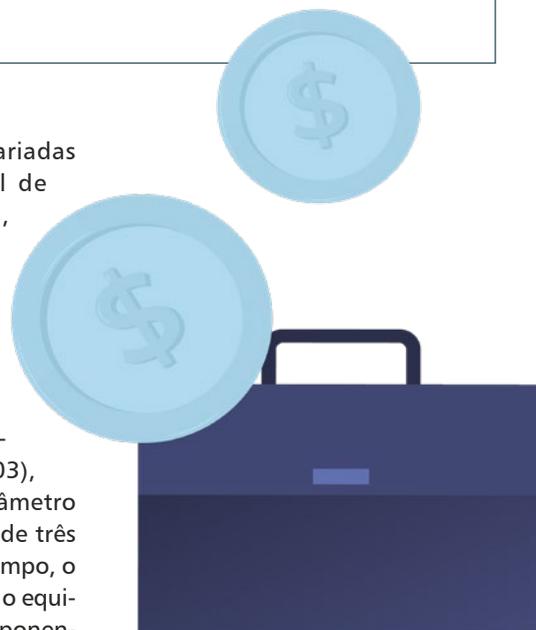
2.1 *Work-Life Balance (WLB)*

O termo *work-life balance* pode ser entendido como a habilidade que um indivíduo possui de equilibrar, sob um mesmo nível de prioridade, as demandas de sua vida profissional e de sua vida pessoal (LONSKA et al., 2021; STANKEVICIUTE & KUNSKAJA, 2022). Outros autores, como Kelliher, Richardson e Boiarintseva (2018), por exemplo, afirmam que a restrição do conceito em dois domínios (vida e trabalho) ignoram a complexidade e as mudanças no estilo de vida ao longo do tempo, especialmente no século XXI. Desse modo, a esfera conceitual “vida pessoal”, a qual historicamente era associada ao atendimento às necessidades dos filhos e da família, deveria ser estendido para incluir elementos como *hobbies*, exercícios físicos, atividades religiosas ou sociais, educação, entre outras (KELLIHER, RICHARDSON & BOIARINTSEVA; 2018). De modo geral, entende-se atualmente que se os indivíduos estão satisfeitos em relação ao modo que lidam com as demandas da vida profissional e pessoal, então seu WLB é satisfatório (CAMPO, AVOLIO & CARLIER, 2021; STANKEVICIUTE & KUNSKAJA, 2022).

É possível encontrar variadas formas de avaliar o nível de WLB. Wolor et al. (2020a), por exemplo, defendem o uso de dois conceitos: senso de conquista e felicidade (WOLOR et al., 2020a). Dentro de estudos da área contábil, destaca-se o estudo de Greenhaus, Collins e Shaw (2003), os quais definiram um parâmetro para avaliar o WLB a partir de três elementos: o equilíbrio de tempo, o equilíbrio de envolvimento e o equilíbrio de satisfação. Os componentes significam, respectivamente, o tempo dispendido entre trabalho e família, o envolvimento psicológico nas tarefas do trabalho e da família e a satisfação com as tarefas do trabalho e da família (GREENHAUS, COLLINS & SHAW, 2003).

Segundo Lonska et al. (2021), os principais fatores que comprometem o WLB dos indivíduos abarcam componentes como o aumento de responsabilidades e comprometimento com a família e o trabalho, trabalhar horas adicionais, incremento de tarefas domésticas, principalmente para pessoas que já têm filhos (LONSKA et al., 2021). Uma vez há evidências de que bons níveis de WLB estão positivamente correlacionados ao desempenho

nas responsabilidades laborais (TALUKDER, VICKERS & KHAN, 2017) e ao engajamento do trabalhador em suas atividades (2020), por exemplo, e negativamente associada à intenção de demissão (KERDPITAK & JERMSITTIPARSERT, 2020), assim como ao estresse dos trabalhadores e, conseqüentemente, à probabilidade de desenvolver a Síndrome de Burnout (LONSKA et al., 2021). Lonska et al. (2021) destacam também a associação entre a melhoria do WLB a melhorias no âmbito social, como aumento no nível de emprego, maior igualdade de oportunidade entre os sexos e o enfrentamento de desafios demográficos (LONSKA et al., 2021).



Dada a sua relevância e o potencial benéfico para múltiplos agentes, o WLB passou a ser um ponto pertinente de investigação dentro da ciência organizacional. De acordo com Wolor et al. (2020b), programas organizacionais voltados ao desenvolvimento de WLB iniciaram em 1930, no intuito de auxiliar trabalhadores a lidarem de forma mais flexível com seus problemas pessoais.

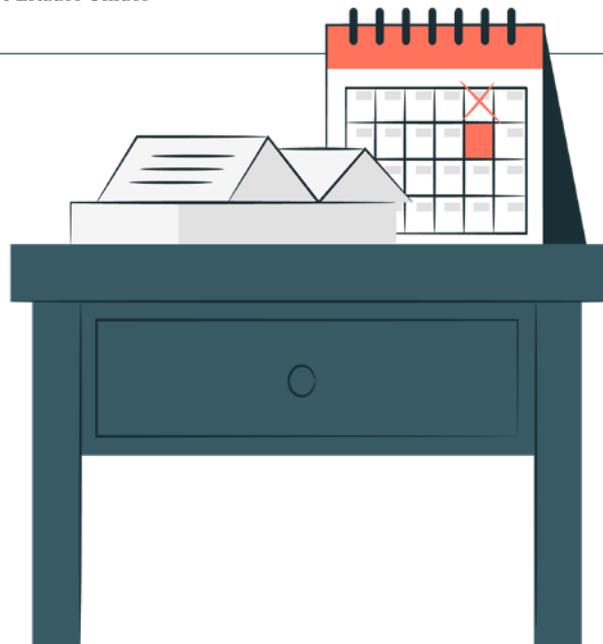
Dentro desse contexto, uma importante ferramenta para o desenvolvimento do WLB foi o trabalho remoto, por permitir uma forma variada dos trabalhadores lidarem com suas tarefas e responsabilidades (LONSKA et al., 2021). O trabalho remoto (ou teletrabalho) pode ser compreendido como uma forma alternativa de um indivíduo realizar suas tarefas laborais, executando-as em um local diferente do “escritório oficial” da organização (GAJENDRAN & HARRISON, 2007). Embora a literatura reconheça que haja certos benefícios trazidos pelo exercício do teletrabalho, como a flexibilidade, a diminuição de custos relativos a deslocamento e a redução substancial de restrições geográficas (HOUGHTON, FOTH & HEARN, 2018; ADISA et al., 2022), há evidências que apontam uma associação negativa entre WLB e teletrabalho, seja pelo sentimento de

isolamento social (BOEL, KECCMANOVIC & CAMPBELL, 2016), a dificuldade em se desconectar das responsabilidades pertinentes ao trabalho (FELSTEAD & HENSEKE, 2017) e interrupções familiares (JACKSON & FRANSMAN, 2018). Dentro do campo contábil, encontram-se algumas dificuldades adicionais, dado que o trabalho de algumas profissões precisa ser realizado exclusivamente em equipe, como os contadores públicos (BAGLEY et al., 2021).

2.2 Estudos Anteriores

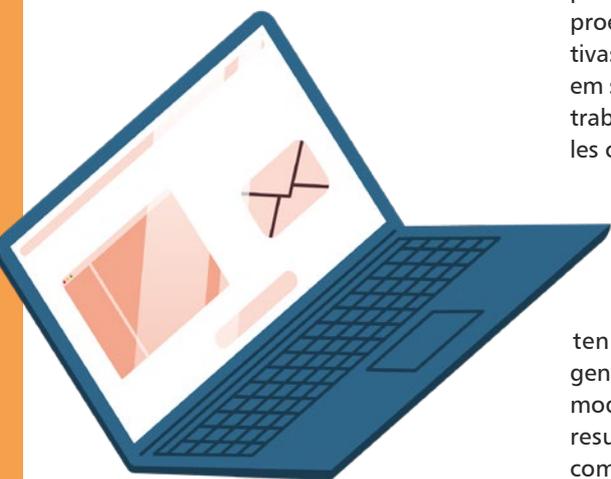
A crise pandêmica impeliu os profissionais da contabilidade à execução de suas tarefas por meio do teletrabalho (BAGLEY et al., 2021). Dentro desse contexto, destacam-se as pesquisas realizadas por Bagley et al. (2021) e Syrek et al. (2022).

Bagley et al. (2021) buscaram coletar informações acerca da experiência com o teletrabalho por contadores públicos americanos durante a crise pandêmica de Covid-19. Por meio de doze entrevistas semiestruturadas com profissionais da contabilidade do setor público, os autores identificaram a proeminência de percepções negativas, como uma maior dificuldade em se relacionarem com colegas de trabalho, especialmente com aqueles com um cargo hierárquico mais alto, maior sobrecarga de trabalho e mais esforço para assegurarem um nível adequado de comunicação. Em suma, embora os entrevistados tenham relatado algumas vantagens em relação ao teletrabalho, a modalidade está longe de ser ideal, resultando na abordagem híbrida como a alternativa mais razoável.



Syrek et al. (2022), por sua vez, realizaram um estudo longitudinal em multinacionais holandesas, de janeiro a maio de 2020. Tais estudos indicaram achados benéficos resultantes da adaptação dos trabalhadores a partir de abril de 2020 e a ausência de influência da quantidade de filhos em casa sobre o WLB. Em contrapartida, os trabalhadores destacaram dificuldades em lidar com as expectativas pertinentes aos deveres do trabalho e da vida privada, as interrupções externas e as adaptações físicas no lar para criar um ambiente propício para a execução do trabalho.

De modo geral, observa-se a proeminência dos desafios gerados nesse processo de adaptação, como a sobrecarga de trabalho e o esforço adicional necessário para a realização das tarefas da vida profissional e privada. Ainda assim, identifica-se uma carência de estudos acerca a compreensão desse fenômeno, principalmente comparando a experiência vivida entre diferentes culturas, escopo do presente estudo. Como salientado por Adisa et al. (2022), a adoção do teletrabalho durante a crise pandêmica de Covid-19 tem um caráter bastante peculiar, uma vez que a adoção dessa modalidade de trabalho foi involuntária.



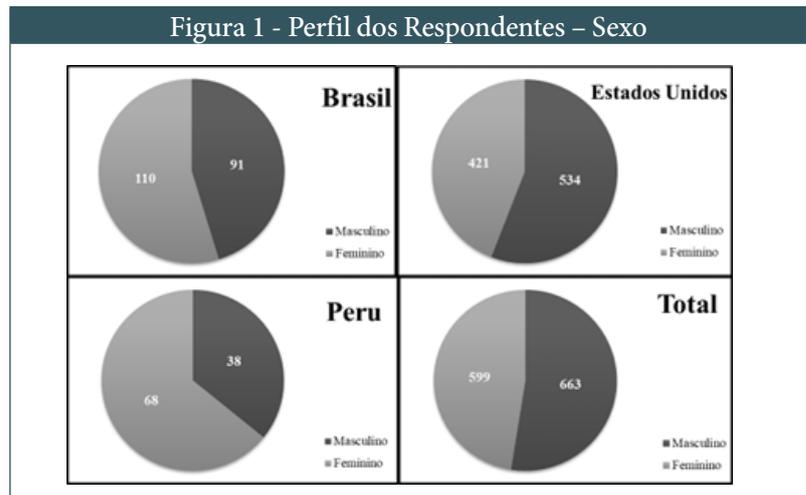
3. Metodologia

O presente estudo, de caráter quantitativo e descritivo, foi desenvolvido por meio de *survey* com profissionais da contabilidade do Brasil, do Peru e dos Estados Unidos. Os dados foram coletados por meio de plataforma on-line Google Forms entre os meses de fevereiro a novembro de 2021, e totalizou 1262 respondentes válidos.

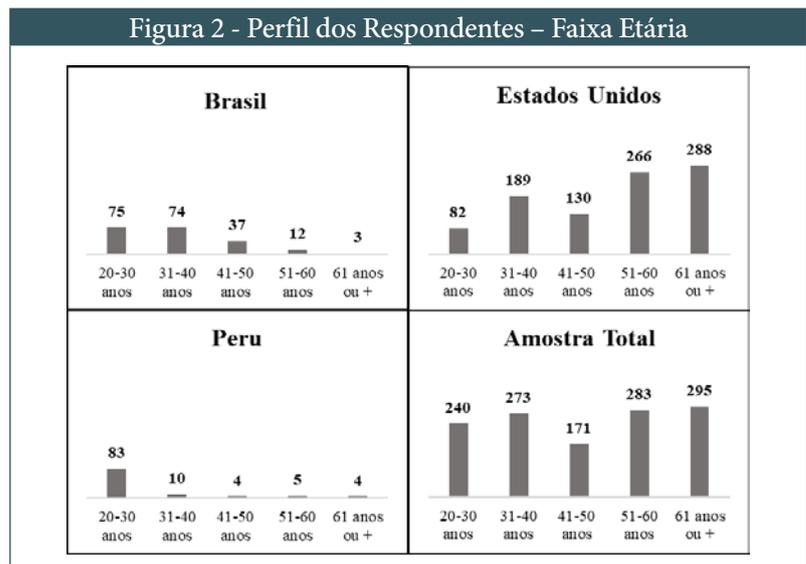
O questionário foi composto de questões fechadas e abertas. As questões fechadas, além de descreverem o perfil dos respondentes, enfatizam características do trabalho (quantidade de horas trabalhadas semanalmente). Quanto às questões abertas, os respondentes foram incentivados a se expressarem livremente sobre o impacto da Covid-19 no equilíbrio vida-trabalho, para identificar o foco empreendido entre vida (família/indivíduo) e trabalho, e sobre o impacto da Covid-19 sobre a sua produtividade no trabalho. Estatísticas descritivas foram realizadas com as questões fechadas com o auxílio do Microsoft Excel 2010 e Stata-MP-16.0, e para as questões abertas foram realizados tratamento de nuvem de palavras, a partir da plataforma WordArt.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Para a análise descritiva do perfil dos respondentes, foram geradas informações acerca o perfil dos respondentes quanto a variáveis como sexo, faixa etária, escolaridade e horas médias trabalhadas. A amostra foi composta de 1.262 respondentes, dentre os quais 201 (15,93%) pertencem ao Brasil, 955 (75,67%) são referentes aos Estados Unidos; e 106 (8,40%) correspondem ao Peru. A Figura 1 ilustra as características dos respondentes quanto ao país de origem e ao sexo.



Fonte: dados da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao sexo, percebe-se um predomínio do sexo feminino entre os respondentes do Brasil (54,73%) e do Peru (64,15%), enquanto o oposto pode ser observado entre os respondentes dos Estados Unidos, onde 55,92% deles foram homens. Em virtude de a amostra americana ser substancialmente maior, seu impacto é refletido na amostra total, a qual se pode identificar uma proeminência de respondentes do sexo masculino (52,54%). Apresenta-se, na Figura 2 a distribuição dos respondentes quanto à sua faixa etária.



Em relação à faixa etária, verifica-se uma distribuição heterogênea entre os países. Na amostra do Peru, há uma maioria significativa de respondentes entre 20 e 30 anos (78,30%), o que indica a representação massiva de um público mais jovem. Na amostra do Brasil, há uma distribuição uniforme entre as duas primeiras categorias (20 a 30 anos e 31 a 40 anos), as quais em conjunto constituem 74,13% de todos os respondentes do país. Os respondentes dos Estados Unidos refletem a perspectiva de um grupo diferente de indivíduos, visto que 45,80% dos respondentes têm mais de 51 anos. Essas diferentes concentrações nas faixas etárias podem ser utilizadas para compreender as diferenças entre os graus de escolaridade verificada na amostra de cada país, conforme exposto na Figura 3.

Em relação à escolaridade, depreende-se que o grau de instrução da amostra é diversificado e concentrado, ou seja, há uma variedade de categorias, porém, se observa uma proeminência relativa de algumas sobre as outras, o que pode ser compreendido a partir da distribuição das faixas etárias da amostra de cada país. Na amostra do Brasil, por exemplo, há uma maior predominância de pessoas com graduação (30,85%) e especialização (54,23%), enquanto na amostra do Peru há uma maior frequência de indivíduos com graduação (42,45%) e licenciatura (30,19%). Essa distribuição de graduados, especialistas e licenciados é esperada de um grupo formado predominantemente por jovens. O inverso é observado na amostra dos Estados Unidos, formada em sua maior porção por integrantes com idade mais avançada, onde 52,46% da amostra possuem mestrado, sendo a qualificação predominante dessa categoria. A Tabela 1, por sua vez, expõe as informações

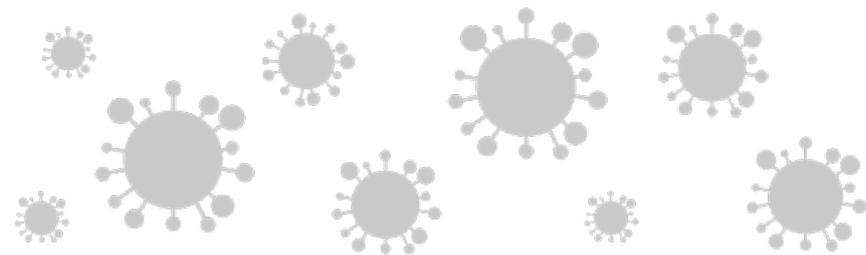
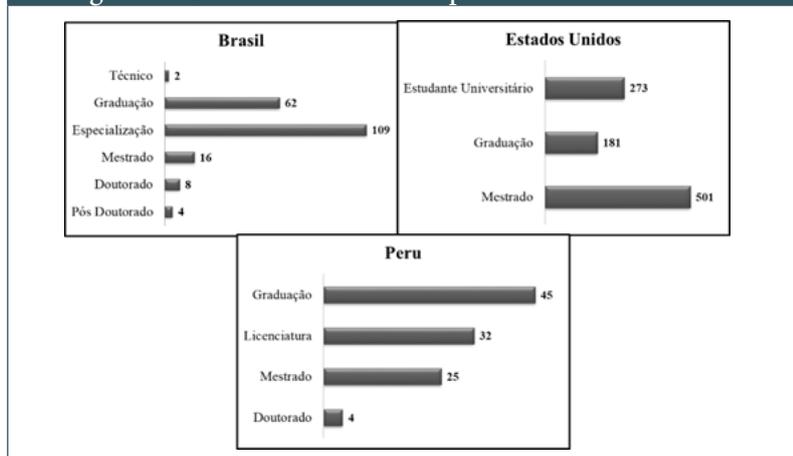


Figura 3 - Características dos Respondentes – Escolaridade



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 1 - Quantidade de horas trabalhadas semanais

Dimensão	Tamanho da Amostra	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Valor Mínimo	Valor Máximo
Brasil	198	41.4	44	14.72	6	112
Estados Unidos	903	47.87	50	11.46	5	79
Peru	106	37.49	40	18.74	0	100
Total	1207	45.89	45	13.29	0	112

Fonte: dados da pesquisa.

quanto à quantidade de horas médias trabalhadas pelos integrantes da amostra.

A partir da estatística descritiva evidenciada na Tabela 1, depreende-se que os integrantes da amostra dos Estados Unidos, em geral, trabalham mais tempo que os integrantes da amostra do Brasil e do Peru, o que pode ser constatado pela maior média e pela mediana. Além disso, há uma dispersão menor entre as horas trabalhadas da amostra dos Estados Unidos em relação à amostra do Brasil e do Peru, dado que pode ser observado pelo desvio-padrão e a diferença abso-

luta do valor máximo de horas trabalhadas de cada amostra.

4.1 Nuvens de Palavras

Nesta seção, serão apresentadas e discutidas as sensações dos respondentes quanto ao impacto da Covid-19 no equilíbrio vida-trabalho e o impacto da pandemia sobre a produtividade do seu trabalho. Com o intuito de auxiliar a análise, utilizou-se uma ferramenta conhecida como nuvem de palavras, a qual possibilita a representação gráfica das expressões mais utilizadas sobre um determinado tópico.

A Figura 6 expõe a nuvem de palavras referente à amostra dos Estados Unidos.

As palavras mais frequentes na Figura 6 foram: “Trabalho”, “Família”, “Horas adicionais”, “Aproximação” e “Sobrecarga”. Ao contrário das amostras brasileira e peruana, o termo “Trabalho” foi o mais proeminente dos apontamentos da amostra americana, tendo o termo “Família” em segundo lugar. Assim como nas amostras do Brasil e do Peru, os integrantes da amostra americana também ressaltaram uma aproximação familiar. Os termos “Horas adicionais” e “Sobrecarga”, por sua vez, estão associadas ao trabalho, como pode se constatar nas seguintes respostas:

“Yes. I’m “on call” 24/7 - never totally disconnected from work.”

“I work all the time, there is no downtime.”

“When working at home, work is always there. I now hate my bonus room.”

A partir dos relatos destacados, observa-se que o aumento da carga de trabalho e o relacionamento familiar foram as variáveis mais afetadas durante a adoção do trabalho remoto no contexto da Covid-19, independentemente do país. Em relação à carga de trabalho, os achados convergem com os resultados de Felstead e Henseke (2017) e Bagley et al. (2021), uma vez que essa característica foi fortemente relacionada com uma conotação negativa. Além disso, destaca-se que, na amostra do Peru, o termo “sobrecarga de trabalho” foi comumente associado ao termo “estresse”, o que sugere baixos níveis de WLB para esse grupo, indicando fortes propensões em desenvolvimento de distúrbios, como a Síndrome de Burnout (LONSKA et al., 2021).

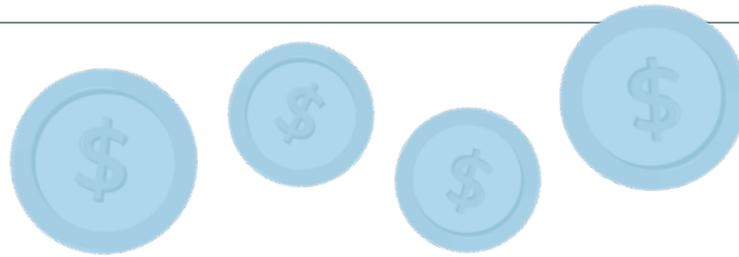
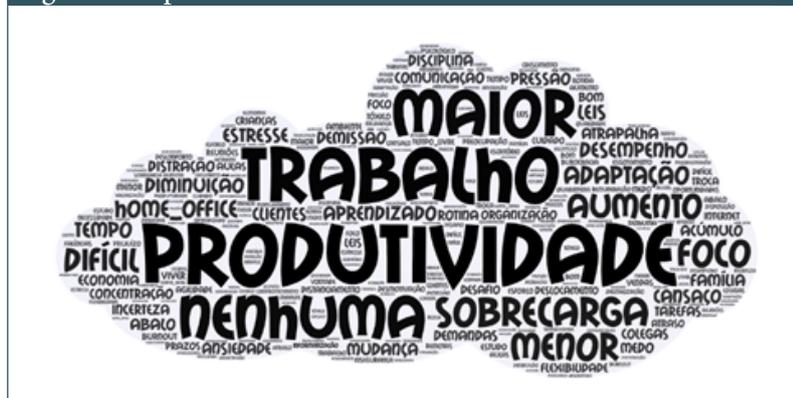


Figura 6 - Impacto da Covid-19 no Equilíbrio Vida-Trabalho – Estados Unidos



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 7 - Impacto da Covid-19 na Produtividade do Trabalho – Brasil



Fonte: dados da pesquisa.

Todavia, nota-se a presença de elementos que não foram relatados com tamanha intensidade em estudos anteriores, o que sugere que a pandemia de Covid-19 gerou efeitos particulares sobre os profissionais da contabilidade. Essas repercussões estão centradas, principalmente, no contexto familiar. Além da percepção da aproximação familiar, relato mais frequente em todos os países, o distanciamento familiar e a preocupação com a saúde dos entes mais próximos foram

tópicos que produziram consequências perceptíveis sobre a qualidade de vida dos contadores.

4.1.2 Impacto da Covid-19 na produtividade do trabalho

Nesta subseção, serão comentados os principais resultados alcançados quanto à percepção dos respondentes ao impacto da Covid-19 sobre a produtividade do seu trabalho. A Figura 7 apresenta a nuvem de palavras obtida a partir da amostra brasileira.

“Apesar do mesmo cenário pandêmico, países tiveram respostas e situações socioeconômicas distintas para o enfrentamento da Covid-19. Tal contexto pode refletir nas respostas dos profissionais investigados, que revelaram aspectos diferenciados que chamam a atenção dos pesquisadores.”

Já com relação aos respondentes norte-americanos, foram profissionais mais experientes em sua maioria e com maior escolaridade, trabalhando, em média, muito mais que os peruanos e brasileiros (47,87 horas/semana). O foco no trabalho foi observado também ao relatar a ênfase do seu *work-life balance*, e ressaltado quando comentam seu aumento de produtividade e que o ambiente familiar os distraia do seu foco.

Apesar do mesmo cenário pandêmico, países tiveram respostas e situações socioeconômicas distintas para o enfrentamento da Covid-19. Tal contexto pode refletir nas respostas dos profissionais investigados, que revelaram aspectos diferenciados que chamam a atenção dos pesquisadores. Evidenciar o comportamento dos indivíduos perante uma crise como a provocada pela Covid-19 pode contribuir para compreender outros aspectos advindos dessa mesma crise, na esfera econômica, social ou psicológica dos indivíduos.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo identificar o impacto do trabalho remoto durante a Covid-19 no WLB e na produtividade de profissionais da contabilidade. Por se tratar de

uma realidade vivida sem precedentes históricos, compreender como foram percebidos o foco do *work-life balance* em função do trabalho remoto, suas dificuldades e o impacto na produtividade em diferentes culturas (Brasil, Estados Unidos e Peru) foi a ênfase da presente investigação, de modo a documentar tal realidade. A fim de atingir esse objetivo, foram obtidos relatos de 1.262 profissionais de três países (Brasil, Estados Unidos e Peru), analisados por meio de ferramentas de estatística descritiva e nuvem de palavras.

Quanto ao equilíbrio vida-trabalho, os resultados apontaram elementos comuns aos três países e convergência com estudos anteriores, principalmente quanto à percepção do aumento da carga de trabalho e à conexão com as tarefas laborais por um tempo mais prolongado que o usual. Ademais, identificou-se uma alta frequência da menção de mudanças relacionadas ao tópico “família”, representado principalmente pela aproximação, pelo distanciamento e pela preocupação com os entes mais próximos, o que indica que a crise da Covid-19 também gerou efeitos específicos e particulares sobre o WLB dos profissionais da contabilidade.

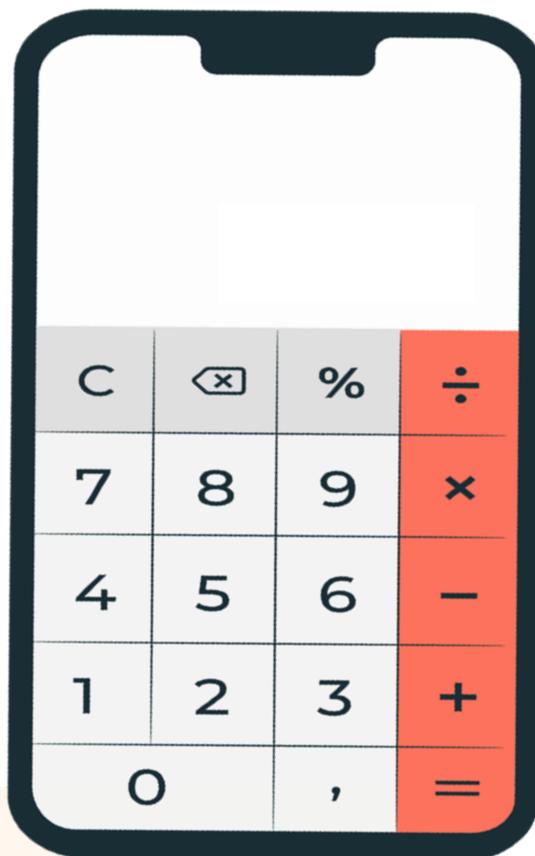
Sobre esse aspecto, a nuvem de palavras revela uma proximidade de comportamento percebido nos respondentes da América Latina, em que a família foi apresentada como o foco. Por outro lado, os respondentes nos Estados Unidos revelaram um foco no trabalho em suas percepções, reforçado pela média da quantidade de horas trabalhadas semanalmente ser superior aos respondentes do Brasil e do Peru.



Quanto ao efeito sobre a produtividade no trabalho, os resultados apontaram percepções diferentes entre os países, havendo, entretanto, um consenso quanto ao elemento causador desses efeitos. Ademais, verificou-se a proeminência de percepções negativas sobre a experiência, principalmente devido ao aumento de interrupções e distrações. Aqui, ressaltam-se, mais uma vez, as diferenças culturais que podem ser compreendidas a partir dos discursos relatados por escrito. Enquanto a nuvem de palavras de produtividade dos respondentes brasileiros revela que o maior impacto da Covid-19 foi na família, pois a produtividade no trabalho aumentou ou foi indiferente, para os peruanos houve uma menor produtividade no trabalho, revelada pelas palavras cansaço e estresse, ou seja, o impacto pode ser percebido na vida pessoal do indivíduo peruano. Já nos Estados Unidos, pela preocupação destacada ser no trabalho na relação

work-life balance, os respondentes revelaram que houve maior produtividade, mas que os aspectos do ambiente doméstico provocavam distrações ao centro do seu foco.

As limitações do estudo residem nas diferenças amostrais entre Brasil, Peru e Estados Unidos, em que este último apresentou uma amostra bem superior às demais para ser analisada. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem de forma mais aprofundada o impacto das particularidades culturais sobre o nível de WLB, principalmente por meio de pesquisas explanatórias e preditivas, a fim de proverem subsídios informacionais que podem ser usados para diminuir os efeitos adversos sobre a qualidade de vida desses profissionais.



Referências

ADISA, T. A., Antonacopoulou, E., Beaugard, T. A., Dickmann, M., & Adekoya, O. D. (2022). Exploring the impact of COVID-19 on employees' boundary management and work-life balance. *British Journal of Management*, 33(4), 1694-1709.

BAGLEY, P. L., DALTON, D. W., ELLER, C. K., & HARP, N. L. (2021). Preparing students for the future of work: Lessons learned from telecommuting in public accounting. *Journal of Accounting Education*, 56, 100728.

BOELL, S. K., CECEZ-KECMANOVIC, D., & CAMPBELL, J. (2016). Telework paradoxes and practices: The importance of the nature of work. *New Technology, Work and Employment*, 31(2), 114-131.

BUCHHEIT, S., DALTON, D. W., HARP, N. L., & HOLLINGSWORTH, C. W. (2016). A contemporary analysis of accounting professionals' work-life balance. *Accounting Horizons*, 30(1), 41-62.

CAMPO, A. M. D. V., AVOLIO, B., & CARLIER, S. I. (2021). The Relationship Between Telework, Job Performance, Work-Life Balance and Family Supportive Supervisor Behaviours in the Context of COVID-19. *Global Business Review*.

CHANG, Y., CHIEN, C., & SHEN, L. F. (2021). Telecommuting during the coronavirus pandemic: Future time orientation as a mediator between proactive coping and perceived work productivity in two cultural samples. *Personality and individual differences*, 171, 110508.

FELSTEAD, A., & HENSEKE, G. (2017). Assessing the growth of remote working and its consequences for effort, *well-being and work-life balance*. *New Technology, Work and Employment*, 32(3), 195-212.

GAJENDRAN, R. S., & HARRISON, D. A. (2007). The good, the bad, and the unknown about telecommuting: meta-analysis of psychological mediators and individual consequences. *Journal of applied psychology*, 92(6), 1524-1541.

GREENHAUS, J. H., COLLINS, K. M., & SHAW, J. D. (2003). The relation between work-family balance and quality of life. *Journal of vocational behavior*, 63(3), 510-531.

GRINCEVIČIENĖ, N. (2020). The Effect of the Intensity of Telework Use on Employees' Work-Life Balance. *Buhalterin[]s apskaitos teorija ir praktika*, 21, 1-1.

HOUGHTON, K. R., FOTH, M., & HEARN, G. (2018). Working from the other office: Trialling Co-Working spaces for public servants. *Australian Journal of Public Administration*, 77(4), 757-778.

IDDAGODA, Y. A., & OPATHA, H. H. (2020). Relationships and mediating effects of employee engagement: An empirical study of managerial employees of Sri Lankan listed companies. *Sage Open*, 10(2).

JACKSON, L. T., & FRANSMAN, E. I. (2018). Flexi work, financial well-being, work-life balance and their effects on subjective experiences of productivity and job satisfaction of females in an institution of higher learning. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 21(1), 1-13.

KELLIHER, C., RICHARDSON, J., & BOIARINTSEVA, G. (2018). All of work? All of life? Reconceptualising work-life balance for the 21st century. *Human Resource Management Journal*, 29(2), 97-112.

KERDPITAK, C., & JERMSITTIPARSERT, K. (2020). The effects of workplace stress, work-life balance on turnover intention: An empirical evidence from pharmaceutical industry in Thailand. *Systematic Reviews in Pharmacy*, 11(2), 586-594.

LONSKA, J., MIETULE, I., LITAVNIECE, L., ARBIDANE, I., VANADZINS, I., MATISANE, L., & PAEGLE, L. (2021). Work-life balance of the employed population during the emergency situation of COVID-19 in Latvia. *Frontiers in Psychology*, 12, 682459.

RAIŠIENĖ, A. G., RAPUANO, V., VARKULEVIČIŪTĖ, K., & STACHOVÁ, K. (2020). Working from home - Who is happy? A survey of Lithuania's employees during the COVID-19 quarantine period. *Sustainability*, 12(13), 5332.

RUDOLPH, C. W., ALLAN, B., CLARK, M., HERTEL, G., HIRSCHI, A., KUNZE, F., SHOCKLEY, K., SHOSS, M., SONNENTAG, S., & ZACHER, H. (2021). Pandemics: Implications for research and practice in industrial and organizational psychology. *Industrial and Organizational Psychology*, 14(1-2), 1-35.

STANKEVIČIŪTĖ, Ž., & KUNSKAJA, S. (2021). Strengthening of work-life balance while working remotely in the context of COVID-19 pandemic. *Human Systems Management*, 41, 221-235.

SYREK, C., KÜHNEL, J., VAHLE-HINZ, T., & DE BLOOM, J. (2022). Being an accountant, cook, entertainer and teacher—all at the same time: Changes in employees' work and work-related well-being during the coronavirus (COVID-19) pandemic. *International Journal of Psychology*, 57(1), 20-32.

TALUKDER, A. K. M., VICKERS, M., & KHAN, A. (2017). Supervisor support and work-life balance: Impacts on job performance in the Australian financial sector. *Personnel Review*, 47(3), 727-744.

WILLIAMS, N. (2021). How COVID-19 has impacted on ways of working. *Occupational Medicine*, 71(1), 40-40.

WOLOR, C. W., KURNIANTI, D., ZAHRA, S. F., & MARTONO, S.. (2020a). The importance of work-life balance on employee performance millennial generation in Indonesia. *Journal of critical reviews*, 7(9), 1103-1108.

WOLOR, C., SOLIKHAH, S., FIDHYALLAH, N. F., & LESTARI, D. P. (2020b). Effectiveness of e-training, e-leadership, and work life balance on employee performance during COVID-19. *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(10), 443-450.